

Diário do Legislativo de 12/10/2002

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Antônio Júlio - PMDB

1º-Vice-Presidente: Alberto Pinto Coelho - PPB

2º-Vice-Presidente: Ivo José - PT

3º-Vice-Presidente: Olinto Godinho - PTB

1º-Secretário: Mauri Torres - PSDB

2º-Secretário: Wanderley Ávila - PPS

3º-Secretário: Álvaro Antônio - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 396ª Reunião Ordinária

1.2 - 210ª Reunião Especial - Ciclo de Debates "Os Anos JK"

1.3 - 389ª Reunião Ordinária Interrompida - Ciclo de Debates "Os Anos JK"

1.4 - 264ª Reunião Extraordinária

1.5 - 27ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembléia

1.6 - 28ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembléia

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Comissões

3 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 396ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 10/10/2002

Presidência do Deputado Wanderley Ávila

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Mensagem nº 334/2002 (encaminha Projeto de Lei nº 2.414/2002), do Governador do Estado - Ofício nº 5/2002 (encaminha Projetos de Lei Complementar nºs 54 e 55/2002), do Procurador-Geral de Justiça - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Requerimentos nºs 3.502 e 3.503/2002 - Comunicações: Comunicação da Comissão de Transporte - Oradores Inscritos: Discursos dos Deputados Doutor Viana e Carlos Pimenta - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Leitura de Comunicações - Encerramento - Ordem do Dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Antônio Júlio - Alberto Pinto Coelho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Aílton Vilela - Ambrósio Pinto - Amílcar Martins - Anderson Aduato - Antônio Andrade - Antônio Genaro - Bené Guedes - Bilac Pinto - Carlos Pimenta - Cristiano Canêdo - Dimas Rodrigues - Doutor Viana - Edson Rezende - Eduardo Hermeto - Ermano Batista - Fábio Avelar - Gil Pereira - Ivair Nogueira - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - Luiz Tadeu Leite - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Haueisen - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Wanderley Ávila) - Às 14h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- O Deputado Ermano Batista, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

- O Deputado Doutor Viana, 1º-Secretário "ad hoc", lê a seguinte correspondência:

"MENSAGEM Nº 334/2002*

Belo Horizonte, 9 de outubro de 2002.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser submetido ao exame dessa egrégia Assembléia Legislativa, o incluso Projeto de lei que aprova o Quadro de Cargos do Pessoal do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais - IPSEMG, e dá outras providências.

A medida visa preliminarmente à aprovação, pela via legislativa, nos termos do inciso III do artigo 66 da Constituição do Estado, da sistemática dos cargos do Quadro de Pessoal da autarquia, ainda inscrito na Deliberação nº 50, de 21 de outubro de 1986, do seu Conselho Diretor, para, em seguida, adequá-lo às diretrizes da Lei nº 10.961, de 14 de dezembro de 1992, que dispõe sobre o Quadro Geral e os Quadros Especiais e fixa as diretrizes para a instituição dos Planos de Carreira do pessoal civil do Poder Executivo, compreendendo a administração direta, as autarquias e fundações públicas. Este ato normativo, como ainda o que instituiu o regime único do servidor civil do Estado, de que trata a Lei nº 10.254, de 20 de julho de 1990, decorreram de mandamento constitucional inscrito no artigo 30 da Carta Estadual.

Por oportuno, é importante destacar que, ao mesmo tempo, propõe-se a criação de cargos de provimento efetivo destinados à área da saúde, com a correspondente extinção de outros (vagos), portanto, sem gerar acréscimo de despesa para o Erário, como também mantém-se inalterada a tabela de vencimento vigente, atendendo ao disposto no artigo 169 da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), conforme quadro demonstrativo em anexo.

Esclareça-se ainda, atento ao disposto no artigo 73 da Lei Federal nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que a medida não afetará a situação funcional dos atuais servidores do Quadro de Pessoal do Instituto, empenhados no momento, registre-se, na implementação da Lei Complementar nº 64, de 25 de março de 2002, que instituiu o regime próprio de previdência e assistência social dos servidores públicos civis do Estado, regulamentada pelos Decretos nºs 42.758, de 17 de julho de 2002, 42.831, de 9 de agosto de 2002, e 42.897, de 17 de setembro de 2002.

Aproveite a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de meu elevado apreço e distinta consideração.

Itamar Cautiero Franco, Governador do Estado de Minas Gerais.

PROJETO DE LEI Nº 2.414/2002

Aprova o Quadro de Cargos do Pessoal do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais - IPSEMG, e dá outras providências.

Art. 1º - Fica aprovado o Quadro de Cargos do Pessoal do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais - IPSEMG, compreendendo:

I - os cargos de provimento efetivo, conforme o Anexo I desta lei, com a composição numérica da classe, o nível de escolaridade e símbolo de vencimento nele indicados;

II - os cargos de provimento em comissão, conforme o Anexo II desta lei, com a composição numérica da classe, o símbolo de vencimento e a forma de recrutamento nele indicados, distribuídos nos seguintes grupos:

a) Direção e Assessoramento de Nível Superior;

b) Direção, Assessoramento e Assistência Intermediária de Nível Superior;

c) Chefia e Assistência Administrativa.

Art. 2º - Os percentuais da Gratificação de Função, correspondentes aos níveis das classes de cargos de provimento em comissão, de que trata o inciso II do artigo anterior, são os constantes do Anexo XLI, a que se refere o artigo 8º da Lei Delegada nº 39, de 3 de abril de 1998, para a jornada de trabalho prevista em seu parágrafo único.

Art. 3º - O Plano de Carreira do Pessoal do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais - IPSEMG adequar-se-á às diretrizes da Lei nº 10.961, de 14 de dezembro de 1992, e do seu respectivo regulamento, nos termos do artigo 46 da Lei nº 11.406, de 26 de janeiro de 1994.

Art. 4º - O regime jurídico dos servidores do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais - IPSEMG é o referido no parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 10.254, de 20 de julho de 1990.

Art. 5º - Os cargos de provimento em comissão da estrutura básica do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais - IPSEMG são regidos pela Lei nº 10.623, de 16 de janeiro de 1992, e legislação complementar.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente as da Deliberação nº 50, de 21 de outubro de 1986, homologada pelo Governador do Estado em 2 de dezembro de 1986.

ANEXO I

(a que se refere o art. 1º, I, da Lei nº , de de de 2002)

Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais

QUADRO DE PESSOAL

A - Cargos de Provimento Efetivo

DENOMINAÇÃO DA CLASSE	QUANTIDADE DE CARGOS	ESCOLARIDADE	SÍMBOLO
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	27	ELEMENTAR	E-03
AUX. DE SERV. HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS	98	ELEMENTAR	E-04
COSTUREIRO	6	ELEMENTAR	E-05
COZINHEIRO	11	ELEMENTAR	E-05
GARÇON	10	ELEMENTAR	E-05
PORTEIRO	16	ELEMENTAR	E-05
ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO	281	ELEMENTAR	E-06
ATENDENTE DE ENFERMAGEM (extinto com a vacância)	29	ELEMENTAR	E-06
AUXILIAR DE LABORATÓRIO	4	1º GRAU	E-06
AUXILIAR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	12	ELEMENTAR	E-06
TELEFONISTA	1	1º GRAU	E-06
MOTORISTA	8	ELEMENTAR	E-06
OPERADOR DE ELETROCARDÍOGRAFO	8	1º GRAU	E-07
OPERADOR DE ELETROENCEFALÓGRAFO	5	1º GRAU	E-07
OPERADOR DE CÂMARA ESCURA	13	1º GRAU	E-07
RECEPCIONISTA	18	1º GRAU	E-08
CAIXA	12	2º GRAU	E-08
DESENHISTA	1	2º GRAU	E-08
ESCRITURÁRIO	1.157	1º GRAU	E-08

REPARADOR DE EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES	6	1º GRAU	E-08
--	---	---------	------

AUXILIAR DE FISIOTERAPIA	11	1º GRAU	E-08
--------------------------	----	---------	------

AUXILIAR DE ENFERMAGEM	1.386	1º GRAU	E-08
------------------------	-------	---------	------

BOMBEIRO	1	1º GRAU	E-08
----------	---	---------	------

ELETRICISTA	1	1º GRAU	E-08
MARCENEIRO	1	1º GRAU	E-08
TÉCNICO DE ARQUIVO	15	2º GRAU	E-08
TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	9	2º GRAU	E-08
ALMOXARIFE	22	2º GRAU	E-09
TÉCNICO DE MANUTENÇÃO	3	1º GRAU	E-09
TÉCNICO DE PRÓTESE DENTÁRIA	43	1º GRAU	E-09
AGENTE ADMINISTRATIVO	97	2º GRAU	E-10
TÉCNICO DE ENFERMAGEM	20	2º GRAU	E-09
TÉCNICO DE HIGIENE DENTAL	10	2º GRAU	E-10
TÉCNICO DE NUTRIÇÃO E DIETÉTICA	12	2º GRAU	E-10
TÉCNICO DE PATOLOGIA CLÍNICA	117	2º GRAU	E-10
TÉCNICO DE RADIOLOGIA	87	2º GRAU	E-10
ASSISTENTE DE ADMINISTRAÇÃO	91	2º GRAU	E-11
MESTRE DE OBRAS	1	2º GRAU	E-11
TÉCNICO DE CONTABILIDADE	18	2º GRAU	E-11
ADMINISTRADOR	20	SUPERIOR	E-13
ADVOGADO	41	SUPERIOR	E-13
ARQUITETO	5	SUPERIOR	E-13
ASSISTENTE SOCIAL	59	SUPERIOR	E-13
AUDITOR	5	SUPERIOR	E-13
BIBLIOTECÁRIO	2	SUPERIOR	E-13
BIOQUÍMICO	30	SUPERIOR	E-13
COMUNICADOR SOCIAL	6	SUPERIOR	E-13
CONTADOR	6	SUPERIOR	E-13
ECONOMISTA	6	SUPERIOR	E-13
ENFERMEIRO	200	SUPERIOR	E-13

ENGENHEIRO	12	SUPERIOR	E-13
ESTATÍSTICO	8	SUPERIOR	E-13
FARMACÊUTICO	52	SUPERIOR	E-13
FISIOTERAPEUTA	41	SUPERIOR	E-13
FONOAUDIÓLOGO	8	SUPERIOR	E-13
NUTRICIONISTA	22	SUPERIOR	E-13
PROFISSIONAL DA CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	20	SUPERIOR	E-13
PROFISSIONAL DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS	2	SUPERIOR	E-13
PSICÓLOGO	30	SUPERIOR	E-13
SECRETÁRIO EXECUTIVO	1	SUPERIOR	E-13
TERAPEUTA OCUPACIONAL	12	SUPERIOR	E-13
CIRURGIÃO DENTISTA	431	SUPERIOR	E-14
MÉDICO	708	SUPERIOR	E-14
TOTAL	5.395		

ANEXO II

(a que se refere o art. 1º, II, da Lei nº , de de de 2002)

Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais

QUADRO DE PESSOAL

B - Cargos de Provimento em Comissão

GRUPO	DENOMINAÇÃO DA CLASSE	Nº CARGOS	SÍMBOLO	FORMA DE RECRUTAMENTO
Direção e Assessoramento	Superintendente	7	C-29	LIMITADO
de Nível Superior	Procurador Geral	1	C-29	LIMITADO
	Secretário Particular do Presidente	1	C-28	AMPLO
	Procurador Chefe	2	C-28	LIMITADO
	Chefe de Divisão	24	C-28	LIMITADO
	Auditor Geral	1	C-28	AMPLO

	Corregedor Administrativo	1	C-28	LIMITADO
	Chefe de Gabinete de Diretor	2	C-28	AMPLO
	Gerente de Hotel	1	C-28	LIMITADO
	Gerente do Fundo de Previdência Supletiva	1	C-28	LIMITADO
	Superintendente Adjunto Médico	1	C-28	LIMITADO
	Superintendente Adjunto Administrativo	1	C-28	LIMITADO
	Assessor II	1	C-28	AMPLO
Direção, Assessoramento	Assessor I	9	C-27	LIMITADO
e Assistência Intermediária	Chefe de Serviço Técnico Profissional	11	C-27	LIMITADO
de Nível Superior	Assistente Religioso	1	C-27	AMPLO
	Assistente de PNS	18	C-27	LIMITADO
	Corregedor Assistente	2	C-27	LIMITADO
	Chefe de Ambulatório	2	C-27	LIMITADO
	Chefe de Serviço Administrativo	11	C-27	LIMITADO
	Subgerente do Fundo de Previdência Supletiva	1	C-27	LIMITADO
	Subgerente de Hotel	1	C-27	LIMITADO
	Coordenador de Unidade Técnica Profissional	108	C-25	LIMITADO
	Atuário	1	C-25	AMPLO
	Médico Auditor	1	C-25	LIMITADO
	Supervisor Médico de Assistência Descentralizada	5	C-25	LIMITADO
	Supervisor Operacional de Auditoria	6	C-25	LIMITADO
	Supervisor Operacional de Sistemas	3	C-25	LIMITADO
Chefia e Assistência Administrativa	Agente de Fiscalização	11	C-24	LIMITADO
	Assistente de 2º Grau	16	C-24	LIMITADO

	Coordenador Administrativo	114	C-23	LIMITADO
	Agente Regional	83	C-23	LIMITADO
	Oficial de Gabinete	14	C-23	LIMITADO
	Oficial de Gabinete	5	C-23	AMPLO
	Coordenador de Atendimento ao Público	2	C-23	LIMITADO
	Coordenador de Segurança do Trabalho	1	C-23	LIMITADO
	Supervisor Administrativo III	18	C-22	LIMITADO
	Supervisor de Hotel	3	C-22	LIMITADO
	Agente de Compras	4	C-22	LIMITADO
	Maitre	1	C-22	LIMITADO
	Supervisor de Manutenção de Hotel	1	C-22	LIMITADO
	Supervisor Administrativo II	8	C-21	LIMITADO
	Encarregado de Cozinha	2	C-21	LIMITADO
	Encarregado de Rouparia	10	C-21	LIMITADO
TOTAL DE CARGOS		517"		

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

* - Publicado de acordo com o texto original.

"Ofício nº 5/2002*

Belo Horizonte, 8 de outubro de 2002.

Senhor Presidente,

Apraz-me encaminhar a Vossa Excelência, para análise e deliberação dessa augusta Casa Legislativa, os projetos de lei complementar, anexos, que dispõem, respectivamente, sobre o Fundo Especial do Ministério Público - FUNEMP -, sobre o Conselho Estadual Gestor do Fundo de Proteção e Defesa do Consumidor - CEGFPDC - e o respectivo Fundo.

Os projetos em referência, de minha iniciativa, conforme previsto no art. 128, § 3º, da Constituição Federal, art. 125, inciso I, da Constituição do Estado, e art. 18, incisos VI e VIII, da Lei Complementar nº 34/93, têm a finalidade de promover ações que visem a cumprir os objetivos da Política Estadual de Relação de Consumo, bem como de assegurar recursos para a expansão e aperfeiçoamento das atividades da Instituição, essencial à função jurisdicional.

Esclareço, por fim, que no Ministério Público de outros Estados já existe previsão de Fundos de Administração do Ministério Público, como no Rio Grande do Sul.

Na oportunidade, aproveito para renovar protestos de especial estima e distinta consideração.

Nedens Ulisses Freire Vieira, Procurador-Geral de Justiça.

Justificação: O presente projeto de lei complementar visa criar mecanismos operacionais e legais para executar as atividades atribuídas ao Ministério Público do Estado, conforme estabelece o art. 14 do ADCT da Constituição Estadual e o art. 24 da Lei Complementar nº 61, de 12 de julho de 2001.

Desse modo, pretende-se seja instituído, no Ministério Público, o Conselho Estadual Gestor do Fundo de Proteção e Defesa do Consumidor e o respectivo Fundo, consoante dilação constante na Lei Federal nº 8.078, de 11.07.90, e no art. 29 do Decreto Federal nº 2.181, de 20.03.97.

Faz-se salientar, na oportunidade, que a aprovação do projeto em referência possibilitará o amplo atendimento ao consumidor, com alcance sociopolítico em todo o Estado de Minas Gerais. À guisa de exemplo, citem-se ações de proteção aos consumidores de combustíveis, conforme especificado no art. 15 da Lei nº 14.066, de 22 de novembro de 2001, o qual prevê competir ao Serviço de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON – do Ministério Público a apuração e o processamento das infrações descritas na lei.

O FEPDC terá escrituração própria, duração indeterminada, observadas, ainda, na espécie, as disposições da Lei Federal nº 4.320/64, Lei Complementar 101/2000 e as normas do Tribunal de Contas do Estado.

Os demonstrativos financeiros do Fundo serão atualizados mensalmente e tornados disponíveis para consulta pública na Internet.

Justificação: O projeto de lei complementar que ora se encaminha objetiva fazer adequação de dispositivos da Lei Complementar nº 27, de 18 de janeiro de 1993, para efeito de instituição do Fundo Especial do Ministério Público.

A criação do Fundo tem por finalidade assegurar recursos para a expansão e aperfeiçoamento das atividades da Instituição, essencial à função jurisdicional, visando ao seu aprimoramento e ampliação, provendo recursos, em especial, para as atividades de modernização administrativa do Ministério Público, desenvolvimento de programas internos, aperfeiçoamento de servidores e membros da Instituição e aquisição de materiais permanentes.

O Fundo será constituído, especialmente, de recursos encaminhados, por meio de convênio ou contrato, governamental ou não governamental, seja estadual, federal ou internacional, e atuará em questão de grande relevo para a sociedade, como, por exemplo, nas áreas relativas ao crime organizado, meio ambiente e outras.

O FUNEMP terá escrituração própria, duração indeterminada, observadas, ainda, na espécie, as disposições da Lei Federal nº 4.320/64, Lei Complementar 101/2000 e as normas do Tribunal de Contas do Estado.

Os demonstrativos financeiros do Fundo serão atualizados mensalmente e tornados disponíveis para consulta pública na Internet.

"PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 54/2002

Cria, na estrutura organizacional do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, o Conselho Estadual Gestor do Fundo de Proteção e Defesa do Consumidor - CEGFPDC -, consoante Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, art. 57, Decreto Federal nº 2.181, de 20 de março de 1997, art. 14 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT da Constituição Estadual e art. 24 da Lei Complementar nº 61, de 12 de julho de 2001, e o respectivo Fundo.

Art. 1º - Fica criado, no âmbito da estrutura organizacional do Ministério Público do Estado, o Conselho Estadual Gestor do Fundo de Proteção e Defesa do Consumidor - CEGFPDC -, nos termos do art. 14 do ADCT da Constituição do Estado de Minas Gerais e do art. 24 da Lei Complementar nº 61, de 12 de julho de 2001.

Parágrafo único - O Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor - FEPDC -, previsto na Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e Decreto nº 2.181, de 20 de março de 1997, destina-se a financiar ações que visem a cumprir os objetivos da Política Estadual de Relações de Consumo, de forma a reparar os danos causados ao consumidor.

Art. 2º - O FEPDC, de natureza e individualização contábeis, será constituído dos seguintes recursos:

- I - indenizações decorrentes de condenações em multas, de decisões judiciais em ações civis públicas relativas ao direito do consumidor;
- II - valores das multas aplicadas pelo Programa Estadual de Proteção ao Consumidor – PROCON-MG –, na forma do art. 57 da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e do Decreto Federal nº 2.181, de 20 de março de 1997;
- III – valores oriundos de termos de ajustamento de conduta firmados no âmbito das Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor do Estado de Minas Gerais;
- IV – rendimentos decorrentes de depósitos bancários e aplicações financeiras;
- V – doações, auxílios, contribuições e legados que lhe venham a ser destinados por pessoa física ou jurídica, nacional ou estrangeira;
- VI – dotação consignada anualmente no orçamento do Estado;
- VII – transferências orçamentárias provenientes de outras entidades públicas;
- VIII – produto de incentivos fiscais instituídos em favor da proteção e da defesa do consumidor;
- IX – recursos provenientes do Conselho Nacional de Defesa do Consumidor;
- X – recursos provenientes do Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos;
- XI – recursos de qualquer origem, desde que não onerosos.

Parágrafo único - As disponibilidades financeiras apuradas em balanço anual serão transferidas para o exercício seguinte.

Art. 3º - Poderão ser beneficiários do FEPDC, para fins previstos no parágrafo único:

I – o órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, estadual ou municipal, responsável pela elaboração, criação, implantação ou execução de projeto ou programa de recuperação, reconstituição, restauração, proteção ou defesa de bem ou direito difuso;

II – o projeto ou programa de recuperação, reconstituição, restauração, proteção ou defesa de bem ou direito difuso, desenvolvido por entidade não governamental legalmente constituída e sem fins lucrativos que atenda aos seguintes requisitos:

a) estar constituída há pelo menos um ano, nos termos da lei civil;

b) incluir, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao consumidor;

III – o PROCON-MG, mediante apresentação de orçamento operacional para custeio de suas atividades.

Parágrafo único - Os recursos arrecadados pelo Fundo serão aplicados na recuperação de bens, na promoção de eventos educativos, científicos e na edição de material informativo especificamente relacionado com a natureza da infração ou do dano causado, bem como na modernização administrativa dos órgãos públicos responsáveis pela execução das políticas relativas a relações de consumo.

Art. 4º - O FEPDC terá prazo indeterminado de duração.

Art. 5º - O CEGFPDC será integrado por 5 (cinco) membros, sendo 3 (três) deles indicados pelo Procurador-Geral de Justiça e os outros 2 (dois) pelos seguintes órgãos:

I – o Secretário Executivo do PROCON-MG;

II – 1 (um) Promotor de Justiça da Promotoria de Defesa do Consumidor;

Art. 6º - Ao CEGFPDC compete:

I – aprovar o plano de aplicação dos recursos e acompanhar a execução;

II – elaborar o cronograma financeiro de receita e despesa do Fundo;

III – elaborar a proposta orçamentária do Fundo;

IV – definir a aplicação das disponibilidades transitórias de caixa do Fundo;

V – zelar pela aplicação dos recursos na consecução dos objetivos previstos na Lei nº 8.078, de 1990;

VI – aprovar o orçamento operacional de custeio das atividades do PROCON-MG;

VII – aprovar e firmar convênios e contratos objetivando atender ao disposto no inciso anterior deste artigo;

VIII – examinar e aprovar projetos de reconstituição de bens lesados, inclusive os de caráter científico e de pesquisa;

IX – promover, por meio de órgãos da administração pública e de entidades civis interessadas, eventos educativos e científicos;

X – fazer editar, inclusive em colaboração com órgãos oficiais, material informativo sobre a matéria mencionada no parágrafo único do art. 1º;

XI – promover atividades e eventos que contribuam para a difusão da cultura de proteção do consumidor;

XII – examinar e aprovar projetos de modernização administrativa.

Art. 7º - Cabe ao CEGFPDC definir, mediante instrumento normativo próprio, as especificações das contrapartidas a serem exigidas dos beneficiários, incluindo-se entre elas:

I – os seguintes projetos ou programas de importância principal:

a) projetos de ressarcimento à coletividade de danos causados aos interesses do consumidor;

b) programas especiais de garantia dos direitos básicos do consumidor;

II – os seguintes projetos ou programas de importância secundária:

a) capacitação de recursos humanos necessários à consecução dos objetivos do art. 1º desta lei;

b) projetos de comunicação para divulgação de ações de proteção e defesa do consumidor;

c) outros projetos voltados para a proteção e a defesa do consumidor.

Art. 8º - O FEPDC terá como órgão gestor a CEGFPDC, que terá, entre outras, as seguintes incumbências:

I – providenciar a inclusão dos recursos de qualquer fonte no orçamento do Fundo, antes de sua aplicação;

II – organizar o cronograma financeiro de receita e despesa, acompanhar sua execução e a aplicação das disponibilidades de caixa;

III – responsabilizar-se pela execução do cronograma físico do projeto ou da atividade beneficiada com recursos do Fundo.

Art. 9º - É agente financeiro do FEPDC o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG – , ao qual compete:

I – aplicar os recursos do Fundo, segundo as normas e os procedimentos definidos pelo órgão competente;

II – remunerar diretamente ou aplicar as disponibilidades temporárias de caixa;

III – comunicar ao CEGFPDC, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a realização de depósitos a crédito de Fundo, com especificação da origem;

IV – emitir relatórios de acompanhamento dos recursos postos à sua disposição.

Parágrafo único - O agente financeiro não fará jus a nenhum tipo de remuneração pelos serviços prestados.

Art. 10 - Os demonstrativos financeiros do FEPDC obedecerão ao disposto na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e às normas do Tribunal de Contas do Estado.

Art. 11 - Fica o Ministério Público do Estado autorizado a regulamentar, por regimento interno, o funcionamento do CEGFPDC.

Art. 12 - Ficam transferidos para o FEPDC os recursos do Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor, repassados para o Fundo Estadual de Direitos Difusos.

Art. 13 - Aplicam-se ao FEPDC as normas gerais da Lei Complementar nº 27, de 18 de janeiro de 1993, ressalvadas as disposições desta lei.

Art. 14 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário."

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, Administração Pública e Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 192, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

"PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 55/2002

Faz adequação de dispositivos da Lei Complementar nº 27, de 18 de janeiro de 1993, para efeito de instituição do Fundo Especial do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

Art. 1º - Fica criado o Fundo Especial do Ministério Público do Estado de Minas Gerais – FUNEMP – , vinculado à Unidade Orçamentária Procuradoria-Geral de Justiça, sem prejuízo das dotações consignadas no orçamento, com a finalidade de assegurar recursos para a expansão e aperfeiçoamento das atividades da Instituição, essencial à função jurisdicional, visando ao seu aprimoramento e ampliação, provendo recursos, em especial, para as seguintes atividades:

I – modernização administrativa do Ministério Público;

II – desenvolvimento de programas internos;

III – aperfeiçoamento de servidores e membros da Instituição;

IV – aquisição de materiais permanentes.

Art. 2º - O FUNEMP, de natureza e individualização contábeis e de duração indeterminada, será constituído dos seguintes recursos:

I – dotações orçamentárias próprias;

II – repasses de valores oriundos de convênios firmados com órgãos estaduais ou federais;

III – doações e contribuições de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, de órgãos ou entidades federais, de outros Estados ou municípios, bem como de entidades internacionais;

IV – recursos resultantes de aplicações financeiras das disponibilidades temporárias;

V – venda de material inservível ou não indispensável;

VI – recursos de depósitos bancários provenientes de extração de cópias reprográficas, de segundas vias de carteiras funcionais e crachás e da venda de materiais inservíveis;

VII – recursos advindos de emolumentos e multas aplicadas no âmbito administrativo ou arrecadadas na fiscalização de drogas e medicamentos controlados, bem como de produtos químicos utilizados no fabrico e transformação em drogas de abuso;

VIII – recursos provenientes da alienação de bens de que trata o art. 4º da Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986.

Parágrafo único - As disponibilidades financeiras apuradas em balanço anual serão transferidas para o exercício seguinte, a crédito do próprio Fundo.

Art. 3º - As receitas próprias, discriminadas no artigo anterior, serão utilizadas no pagamento de despesas inerentes aos objetivos do FUNEMP, mediante solicitação do setor competente.

§ 1º - O Poder Executivo dotará os elementos de despesas próprios por estimativa à Procuradoria-Geral de Justiça.

§ 2º - Sempre que o montante das receitas próprias exceder ao valor da respectiva previsão, as dotações a elas correspondentes serão suplementadas por meio de decreto governamental.

Art. 4º - O Ministério Público do Estado de Minas Gerais será o órgão gestor do FUNEMP, ao qual competirá a fixação de suas diretrizes operacionais e sua administração.

Parágrafo único - Atendida a legislação vigente, poderá o Ministério Público, mediante procedimento adequado, fixar planos de aplicação e utilização dos recursos do Fundo.

Art. 5º - Compete ao órgão gestor do Fundo:

I – providenciar a inclusão dos recursos de qualquer fonte no orçamento do FUNEMP, antes de sua aplicação;

II – organizar o cronograma financeiro de receita e despesa e acompanhar sua execução e a aplicação das disponibilidades de caixa;

III – responsabilizar-se pela execução do cronograma físico-financeiro do projeto ou atividade orçamentária, com auxílio do agente financeiro;

IV – zelar pela devida utilização dos recursos do Fundo;

V – examinar e aprovar projetos de modernização administrativa.

Parágrafo único - Atendida a legislação vigente, poderá o Ministério Público baixar, mediante ato, normas e instruções complementares e fixar planos de aplicação e utilização dos recursos do Fundo.

Art. 6º - É agente financeiro do FUNEMP o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG – , ao qual compete:

I – aplicar os recursos do Fundo, segundo as normas e os procedimentos definidos pelo órgão competente;

II – remunerar diretamente ou aplicar as disponibilidades temporárias de caixa;

III – comunicar ao FUNEMP, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a realização de depósitos a crédito do Fundo, com especificação da origem;

IV – emitir relatórios de acompanhamento dos recursos postos à sua disposição.

Parágrafo único - O agente financeiro não fará jus a nenhum tipo de remuneração pelos serviços prestados.

Art. 7º - O grupo coordenador do FUNEMP terá 2 (dois) representantes da Administração Superior e 4 (quatro) representantes dos serviços auxiliares, competindo-lhes:

I – elaborar a política geral de aplicação dos recursos, fixar diretrizes e prioridades e aprovar cronograma previsto;

II – recomendar ao gestor a readequação ou a extinção do Fundo, quando necessário;

III – acompanhar a execução orçamentária do Fundo.

Art. 8º - O FUNEMP terá escrituração própria, atendidas as normas previstas na legislação vigente, e estará sujeito ao controle externo pela Assembléia Legislativa com auxílio do Tribunal de Contas do Estado.

Art. 9º - Os demonstrativos financeiros do FUNEMP obedecerão ao disposto na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, ao disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e às normas do Tribunal de Contas do Estado, e serão atualizados mensalmente e tornados disponíveis para consulta pública por meio da Internet.

Art. 10 - Aplicam-se aos Fundos da administração do Ministério Público as normas gerais da Lei Complementar nº 27, de 18 de janeiro de 1993, ressalvadas as disposições desta lei.

Art. 11 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário."

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira, para parecer, nos termos do art. 192, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

* - Publicado de acordo com o texto original.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

REQUERIMENTOS

Nº 3.502/2002, da Comissão de Direitos Humanos, solicitando seja encaminhado ao Secretário da Segurança Pública pedido de informações sobre as providências tomadas por esse órgão relativamente ao desaparecimento de Elizabete da Silva Nogueira, no ano de 1999.

Nº 3.503/2002, da Comissão de Direitos Humanos, solicitando seja encaminhado à Delegacia de Polícia de Buritis pedido de informações sobre as providências tomadas por esse órgão quanto ao inquérito em que João Lopo Ornelas figura como vítima de latrocínio. (- Distribuídos à Mesa da Assembléia.)

Comunicações

- É também encaminhada à Mesa comunicação da Comissão de Transporte.

Oradores Inscritos

- Os Deputados Doutor Viana e Carlos Pimenta proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente - Não havendo outros oradores inscritos, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário da comunicação apresentada nesta reunião pela Comissão de Transporte - aprovação, na 103ª Reunião Ordinária, do Projeto de Lei nº 1.966/2002, do Deputado Paulo Piau, e dos Requerimentos nºs 3.439/2002, do Deputado Bené Guedes, 3.447, 3.479 e 3.495/2002, do Deputado Alberto Pinto Coelho, 3.458/2002, do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, e 3.480/2002, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva (Ciente. Publique-se.).

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião especial de terça-feira, dia 15, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária na mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada será publicada na edição do dia 15/10/2002.). Levantase a reunião.

ATA DA 210ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 4/9/2002

Presidência dos Deputados Wanderley Ávila e João Leite

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Palavras do Sr. Presidente - Palavras da Sra. Lucília Almeida Neves - Palavras do Sr. Fábio Wanderley Reis - Palavras do Sr. Luiz Jorge Werneck Viana - Palavras da Sra. Vânia Maria Losada Moreira - Exibição de vídeo - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Alberto Pinto Coelho - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Aílton Vilela - Alberto Bejani - Anderson Aduato - Arlen Santiago - Bilac Pinto - Dilzon Melo - Dimas Rodrigues - Doutor Viana - Fábio Avelar - Gil Pereira - Glycon Terra Pinto - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - Luiz Tadeu Leite - Márcio Kangussu - Maria José Hauelsen - Mauro Lobo - Miguel Martini - Paulo Pettersen - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Wanderley Ávila) - Às 9h08min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado João Paulo, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Lucília Almeida Neves, historiadora e professora titular de História do Curso de Mestrado em Ciências Sociais da PUC-Minas; Fábio Wanderley Reis, cientista político e professor emérito da UFMG; Luiz Jorge Werneck Viana, professor do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ -; Vânia Maria Losada Moreira, professora da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à realização do Ciclo de Debates Os Anos JK, sendo o tema da parte da manhã "JK e os Anos 50".

Palavras do Sr. Presidente

Um acidente automobilístico na Via Dutra, no dia 22/8/76, provocaria uma das maiores comoções da história política brasileira. Morria o ex-Presidente da República Juscelino Kubitschek, que resgatara para o País o sentimento de otimismo e de esperança, com seu estilo arrojado de promover o desenvolvimento. Esgotaram-se, no dia seguinte, as edições dos principais jornais brasileiros. Mais de 100 mil pessoas, vindas de toda parte do País, acompanharam seu sepultamento.

Com a morte de JK, nascia o mito do Presidente que, com coragem, inteligência e visão de futuro, abria definitivamente o caminho para a modernização do Brasil. Esse mito, cultuado no imaginário popular e nos meios políticos, não é fruto apenas das circunstâncias de sua morte, quando, cassado pelo regime militar de 1964, era uma presença incômoda, devido a seus elevados índices de popularidade. A lembrança viva de JK resulta, na verdade, de sua personalidade e de sua marcante trajetória pública.

O estilo político e administrativo de Juscelino, que o projetaria para o Brasil no exercício da Presidência da República, no período de 1956 a 1960, começara a ser posto em prática muito tempo antes, quando, de 1940 a 1945, esteve à frente da Prefeitura de Belo Horizonte. Políticos, historiadores e sucessores na administração da Capital até hoje apontam sua gestão como revolucionária.

As idéias modernizadoras de JK deram nova feição à cidade. Ele asfaltou as principais avenidas, abriu e pavimentou outras, criou bairros, investiu em iluminação pública, saneamento, captação de mananciais de água, construiu o conjunto popular IAPI, o Hospital Municipal, o Cemitério da Saudade, o Lar dos Meninos, restaurantes populares e postos municipais de assistência médica e odontológica.

No plano cultural, fundou a Escola de Arquitetura e Belas Artes, o Museu Histórico Abílio Barreto, iniciou a construção do Teatro Municipal e deixou como sua realização mais notável o conjunto arquitetônico da Pampulha, a primeira grande obra pública de Oscar Niemeyer.

Quando assumiu o Governo de Minas, em 1951, Juscelino entendia que o Estado, do ponto de vista econômico, se encontrava numa fase que ele chamou de "Civilização da Lenha". Com o objetivo de modernizar e impulsionar a economia estadual, ele estabeleceu um programa de reestruturação baseado no binômio energia-transportes. Essas seriam para ele as condições fundamentais para Minas industrializar-se e promover a integração entre suas regiões e com os demais Estados brasileiros.

O passo fundamental para dar início a esse projeto foi a criação da CEMIG, destinada a construir e explorar os sistemas de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica. Os resultados não demoraram a aparecer. A implantação da Companhia Siderúrgica Mannesmann, na Cidade Industrial, foi a primeira demonstração concreta de que o Estado estava se estruturando para receber grandes projetos industriais. Foi também o começo de uma série de grandes investimentos que transformariam Minas em pólo siderúrgico.

A mentalidade desenvolvimentista de Juscelino incluía a busca de recursos financeiros nacionais e de empréstimos estrangeiros e a transformação do Estado em área de atração para empresas e capitais, oferecendo matérias-primas, energia elétrica e facilidades de transporte como vantagens competitivas para a implantação de projetos industriais.

Na área dos transportes, o segundo pilar do binômio, ele reorganizou o Departamento Estadual de Estradas de Rodagem - DER -; estabeleceu um plano de interligação rodoviária de todo o território mineiro; procurou incluir estradas consideradas essenciais para Minas no Plano Rodoviário Nacional; e construiu dezenas de campos de pouso para aviões comerciais.

Minas estava, definitivamente, na trilha da industrialização. O espírito empreendedor de JK no Governo do Estado, acrescido da experiência positiva que tivera na Prefeitura de Belo Horizonte, formaram a plataforma utilizada por seus correligionários para lançá-lo como candidato à Presidência da República.

Chegou ao Governo brasileiro com a disposição, anunciada no "slogan" de campanha, de fazer o País avançar 50 anos em 5. Sua intenção era tirar o País da dependência do café, expandindo a produção de alimentos, e estender ao Brasil a política energética que vinha mudando a face da economia mineira.

Para assegurar recursos que sustentassem seu ambicioso programa de governo, JK, como havia feito no Governo de Minas, procurou utilizar todas as fontes disponíveis de financiamento e de investimentos externos. Uma resposta clara a essa opção foi a entrada de capitais europeus e japoneses que possibilitaram a implantação da indústria automobilística nacional.

Foi um período de grandes realizações, de expansão das atividades industriais e de aumento da produção nos mais variados setores. Destaque-se, nesse processo, a expansão da Cia. Siderúrgica Nacional - CSN -, o início da construção da ACESITA, da COSIPA, da Refinaria Duque de Caxias - REDUC -, a organização da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN - e da Cia. Hidrelétrica de Furnas.

Foram concluídas as ligações rodoviárias entre Belo Horizonte e Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo, São Paulo e Cuiabá. Estimulou-se a produção de cimento e de asfalto e a construção naval. Criou-se a SUDENE, com o objetivo de conceber e realizar planos econômicos capazes de tirar o Nordeste de sua situação de pobreza. JK fez a economia brasileira crescer durante seu Governo a uma taxa média superior a 7% ao ano.

A inauguração de Brasília, em 21/4/60, foi o coroamento do projeto de modernização de Juscelino. A mudança da Capital brasileira para o Planalto Central simbolizava o desafio de interiorizar o desenvolvimento e distribuir as oportunidades de crescimento entre todas as regiões do País. Simbolizava também a vitória da ousadia e da mentalidade criativa e empreendedora.

Entre as restrições que se fazem ao ex-Presidente, especialmente na área econômica, relacionam-se efeitos colaterais de sua obsessão pelo desenvolvimento, como a dependência do capital externo, o aumento dos índices inflacionários e a pouca atenção dada ao meio rural e à política agrária.

Contudo, ninguém lhe pode negar o espírito arrojado, a clarividência, a confiança no futuro e o otimismo, com os quais contagiou toda a Nação brasileira, a habilidade política, a capacidade de negociação e o espírito conciliador, graças aos quais conseguiu afastar as crises durante todo o seu mandato. Não se pode negar também sua inabalável vocação democrática, marca que cultivou durante toda sua trajetória pública.

O objetivo deste ciclo de debates, que se insere nas comemorações do centenário de nascimento de Juscelino Kubitschek, é resgatar um pouco da memória desse estadista, na visão diversificada de historiadores, cientistas políticos, economistas e professores que se dedicaram ao estudo de sua vida e obra.

Agradecemos a presença dos expositores e debatedores, aos demais participantes e a todas as pessoas e instituições que colaboraram para a realização deste evento. Com certeza sairemos daqui compreendendo um pouco melhor o País em que vivemos e as razões pelas quais esse mineiro ilustre se tornou referência obrigatória no cenário político brasileiro. Muito obrigado.

Palavras da Sra. Lucília Almeida Neves

Bom dia, Sr. Presidente, Deputado Wanderley Ávila, querida professora e colega Vânia Losada, Prof. e amigo Fábio Wanderley, grande amigo e ilustre professor Luiz Werneck Viana, senhoras e senhores, espero contribuir para um debate tão rico, complexo e diversificado sobre a memória, a figura e a representação que Juscelino Kubitschek deixou no cenário nacional.

Falarei sobre as datas, os eventos e os momentos que ensejam grandes movimentos comemorativos, se nos lembrarmos de episódios, fatos e personalidades públicas ou da vida cultural que se integraram de forma especial e destacada na trajetória da Nação brasileira. Estamos falando sobre a comemoração dos 100 anos de nascimento de Juscelino Kubitschek. Neste momento de revivescência do passado - pensado e revivido a partir do presente -, podemos fazer uma comparação desse grande movimento nacional. Participei do seminário sobre os 500 anos de descobrimento do Brasil, realizado por esta Casa. As comemorações do centenário de JK ganharam uma dimensão maior, com proliferação de eventos em escolas, museus, Assembléias Legislativas e associações comerciais. Comparando-se essas comemorações com o movimento sobre os 500 anos de descobrimento do Brasil, constata-se que aquelas são muito mais significativas que este.

Evidentemente, essa ênfase dada por inúmeras instituições não é gratuita e faz parte de um movimento que tem duas razões de ser. A primeira é que sempre que vivemos dificuldades, seja na vida pessoal, seja na vida em sociedade, seja na política, há uma tendência de se olhar para trás com certa nostalgia. E quando se encontram na história momentos de pujança, de realização, de otimismo, eles servem como esperança para o presente, que nos parece cinzento, com poucas perspectivas de futuro. Vemos em todas as propagandas eleitorais veiculadas neste momento uma ênfase em torno do emprego e da diminuição da violência, questões que têm marcado a conjuntura atual do Brasil e que preocupam os cidadãos, causando um sentimento de vazio, de medo, de apreensão. Sentimento inverso acontecia nos anos em que Juscelino foi Presidente, foi Governador do Estado. Naqueles anos, o que predominava era um movimento em torno da idéia de modernidade, de construção do novo, da perspectiva de que o Brasil já estava abraçando e construindo o seu futuro, que seria um futuro de otimismo, de desenvolvimento, de crescimento de alguns eixos que, poderíamos falar, constituíram o projeto modernizante de Juscelino. Foi uma modernidade tardia, mas significativa.

O tema da nossa exposição é "Juscelino e os Anos 50". Usando um pouco a história, vou retomar a trajetória de Juscelino em rápidas pinceladas. Gostaria de analisar e propor como discussão a idéia de que o Juscelino dos anos 50, o Juscelino Presidente da República não nasceu repentinamente e não teve uma Presidência da República marcada por tantas realizações que tiveram impactos positivos e que construíram um imaginário de utopia e de progresso em torno da figura de Juscelino; houve pontos vulneráveis, como o aumento da dívida interna, a inflação. De qualquer maneira, a marca que ficou foi a marca do otimismo, da modernidade, da transformação de um país em um canteiro de obras, o qual sai renovado, modernizado, mesmo que com uma modernidade marcada por inúmeras contradições. Assim aconteceu no período em que Juscelino foi Prefeito de Belo Horizonte e assim aconteceu no período em que ele foi Governador de Minas Gerais.

Então, ficou essa figura heróica do empreendedor, marcado pelo mito do otimismo, do progresso, cujo período ficou conhecido como Anos Dourados. Há, inclusive, um livro chamado "1958, o Ano Que Não Deveria Ter Acabado". É um livro gostoso de ser lido e mostra todo o movimento da época.

Essa idéia de anos dourados traduz o sentimento que ficou de que Juscelino foi um grande empreendedor e um Presidente que tinha os olhos voltados mais para o futuro. O presente era simplesmente um patamar sobre o qual se construiria o futuro. E começou a desenvolver essa prática de transformação profunda e simultânea através de várias ações diferenciadas, mas sempre ligadas à idéia de progresso e de desenvolvimento. Juscelino começou a desenvolver esse estilo de governar como Prefeito de Belo Horizonte.

Juscelino foi nomeado Prefeito Interventor à época do Estado Novo, pelo interventor em Minas, Benedito Valadares. Em seu livro de memórias, Juscelino relata que relutou em aceitar o cargo, porque aquele era um momento de autoritarismo político e, sentindo-se democrata, não pretendia ser um Prefeito nomeado. Benedito Valadares, no entanto, foi convidado em um dia, e, no dia seguinte, já tinha sido publicado no "Minas Gerais" o ato da sua nomeação como Prefeito de Belo Horizonte. Ele governa durante o início da década de 40 até a fase final do Estado Novo, encaixando-se ao período por ter uma identidade profunda não com a prática autoritária da época, mas com as idéias de modernização, de planejamento e de crescimento, as quais faziam parte do programa governamental de Vargas. Ele incorpora essas idéias e lhes proporciona maior arrojamento, transformando e revirando Belo Horizonte, que tinha nascido para ser uma cidade traçada e moderna do final do século, destinada a ser a Capital da República, mas não conseguia superar um certo provincianismo. Juscelino será um Prefeito que deseja transformar Belo Horizonte na Capital da modernidade no Brasil. Então, governa de forma peculiar, cercando-se de artistas, de intelectuais, de pensadores e de escritores, para que o ajudassem a pensar a questão da modernidade. Ao mesmo tempo, aceitava empreender somente projetos de impacto. A Pampulha nasce como o símbolo da modernidade que, de certa maneira, precedeu Brasília, que será a metassíntese do plano de Juscelino. Incorporou-se e traduziu-se a modernidade, em Brasília, na forma de um avião, que poderia chegar a longa distâncias. São mostras de sua forma de governar a construção da Pampulha e as realizações ocorridas em seu curto mandato como Prefeito, como a ampliação, de forma assustadora, da rede viária da cidade, a retirada das grades do Parque Municipal para que a população a ele tivesse acesso, a criação de casas de entretenimento, inclusive em torno da lagoa da Pampulha, a idealização do Palácio das Artes e a construção da escola de artes, que depois é transformada na Escola Guignard. Há uma concepção de modernização em um processo de desenvolvimento capitalista no Governo de Minas. Essa fase foi muito arrojada. Juscelino, no Governo de Minas, cria a CEMIG e o Conjunto JK, que era um empreendimento extremamente inovador do ponto de vista da concepção de moradia e do convívio social. Nessa época ocorre um grande salto siderúrgico em Minas Gerais.

Em seguida, como Presidente da República, passa a ser conhecido como Presidente bossa-nova. Essa idéia do novo caracteriza-se a sua época como Presidente da República de uma forma bem marcante. Houve a época do cinema novo, da bossa nova, da construção de Brasília, com linhas arrojadas e grandiosas, simbolizando-se também a idéia da integração nacional, de conquista do interior e de ampliação das fronteiras do Brasil.

Em todo o período na Presidência da República, Juscelino interfere diretamente no cotidiano da população. Ocorre o salto industrial do Brasil

nos marcos do capitalismo, com uma penetração maciça dos recursos estrangeiros e investimentos diretos em fábricas que aqui se instalaram, recebendo incentivos fiscais e outros. Essas fábricas passam a produzir, modificando-se o cotidiano, especialmente da classe média, com a introdução dos eletrodomésticos, dos automóveis. É construída uma rede viária que corta o País, proporcionando uma festa para os empreiteiros do momento. Tudo isso fez com que a imagem predominante do Juscelino fosse a de um governante empreendedor e cosmopolita, ou seja, de uma espécie de "self-made man". Ele se fez sozinho, associando-se a imagens que constroem as chamadas representações e os mitos. A imagem do bandeirantismo já havia sido utilizada por Getúlio Vargas à época do Estado Novo. Os bandeirantes conquistaram o território brasileiro no início da colonização.

Eles são os novos bandeirantes, que penetram no interior e incorporam a Região Oeste brasileira ao Leste e ao Sudeste desenvolvido. A idéia é essa, mas com o comprometimento acentuado com a democracia. E aí entendida a democracia formal, dos partidos, do voto, da livre manifestação de pensamento, etc.

Mas esse Juscelino da modernidade é, também, simultaneamente, o Juscelino da tradição. O culto do moderno sem o desapego às tradições. Tanto é que o Juscelino da bossa nova é o Juscelino seresteiro. O Juscelino que constrói Brasília é o mesmo Juscelino que quando foi Prefeito se preocupou, por exemplo, com a construção de museus. Aí está o Museu Abílio Barreto, construído em Belo Horizonte. Valorizava simultaneamente a modernidade e a tradição. Há uma frase de um sociólogo, Carmelo (...), não muito conhecido, que diz: "No futuro sempre bate um coração antigo". Essa idéia do coração antigo, Juscelino a abraçou.

Na segunda metade dos anos 50, a caracterização geral do Governo juscelinista pode ser assim definida: implantação de empreendimentos que se constituíram com uma base imaginária permanente, uma herança de otimismo, de transformação. Os anos 50 são marcados como um tempo de cultivar utopia, não no sentido do inalcançável, mas para dar base a novas utopias. Foi uma época de modernização desenvolvimentista, de intensa mobilização da sociedade civil. No perfil do Juscelino democrata, o espaço para o crescimento das movimentações autônomas da sociedade civil ganha em perspectiva. Nessa época, surgem as ligas camponesas, o sindicalismo rural, que nasce muito combativo, inclusive porque não havia políticas voltadas para o campo.

A política do Juscelino modernizante era basicamente urbana. É uma época em que o parlamento está extremamente politizado, atuante e também polarizado. É um momento em que a cultura ganha em diversidade, entendendo as mobilizações culturais como arte: arquitetura, cinema, teatro, música, literatura, grandes empreendimentos arquitetônicos dos anos 50, etc. Essa cultura vai ganhando uma dimensão de cultura engajada e de crítica social, que é o contraponto às realizações de Juscelino. Há críticas, em peças apresentadas pelos Teatros Arena e Oficina, versando sobre o subdesenvolvimento num país que se queria colocar na rota do desenvolvimento, criticando as desigualdades sociais. A crença na mudança dominava esse período, e a idéia de mudança aparece muito marcadamente em duas faces: a face dos grandes empreendimentos de Juscelino e a face não submetida a esse empreendimento, que tornou o País mais capitalista, apresentando-se como contraposição às contradições que fizeram parte do mandato juscelinista. O crescimento dos movimentos sociais que, ao término do mandato de Juscelino, reivindicavam controle de remessas de lucro, controle da dívida externa, reforma de base, etc., é filho de um tempo que trouxe um desenvolvimento acentuado, real, mas também marcado por algumas contradições.

O clima dos anos dourados foi sucedido por uma época de crise profunda na política brasileira. Em seguida, com o golpe militar, inicia-se o período Médici.

Além dos empreendimentos arrojados, a Copa de 1958 ganha uma dimensão de tradução do que era o clima da época, assim com a de 1970, com acentuada diferença. Um se era período de desenvolvimento sob a égide da força, e o outro, a plenitude da democracia. A Copa de 1958 reforçou o clima de otimismo, quando tivemos dois times, o primeiro representando o Brasil da modernidade, sendo escolhidos jogadores novos, atletas saudáveis, de preferência brancos, psicólogos foram introduzidos junto à Seleção, etc. Como não deu certo, os jogadores foram substituídos por um segundo time, formado por jogadores tipicamente brasileiros, simbolizados na figura de Garrincha, de Pelé. A Copa de 1958 traduz, na escalação do time, a contradição marcada no Brasil. Um Brasil que queria ser moderno e, ao mesmo tempo, o malogro dessa modernidade. Instala-se um time tradicional de jogadores vindos dos campos de várzea, dos times de futebol, que jogavam de maneira improvisada. Isso representa um pouco o que foi simultaneamente o auge, a marca de um tempo de modernização, de otimismo, mas também as contradições desse tempo que não são decorrentes da ação juscelinista, mas de problemas estruturais do próprio movimento de construção da nacionalidade no Brasil.

Gostaria de conversar um pouco mais com os colegas sobre a marcada contradição com que termina o Governo de Juscelino, um Governo de otimismo, de progresso, que, ao final, se encontra permeado por mobilizações da sociedade civil, sindicatos, apropriando-se do desenvolvimento e objetivando dar a ele um rumo diferente. Obrigada.

Palavras do Sr. Fábio Wanderley Reis

Senhor coordenador, meus companheiros de Mesa, meus amigos, é um prazer participar dessa homenagem a Juscelino Kubitschek. A oportunidade de falar sobre JK e a década de 50, que é o título proposto para esta sessão, traz, em primeiro lugar, algumas memórias, algumas lembranças pessoais. Lembra-me, quando jovem, morando em Belo Horizonte, de Juscelino Governador - o binômio energia-transporte -, e nos divertíamos com a sátira do jornal "Binômio", criado sob a inspiração do Governo Juscelino e destinado a criticá-lo, com o subtítulo que aludia a energia e transporte que era "sombra e água fresca".

Depois, alguns anos mais tarde - eu era ainda adolescente e morava em Copacabana, no Rio de Janeiro -, quando se dava a campanha de Juscelino para Presidente da República, mantive uma discussão com um tio, lacerdista ferrenho, hostil à candidatura de Juscelino Kubitschek.

Em seguida, vivemos a Novembrada, a movimentação político-militar de novembro de 1955, que tentava impedir a posse de Juscelino. Na época, eu era vizinho de Café Filho, o Vice-Presidente de Getúlio, que tinha assumido o Governo após o suicídio de Getúlio e que foi o foco dos acontecimentos da época. Assisti de perto, quase que no centro do palco, aos acontecimentos, vendo Café Filho na janela, o prédio cercado por forças militares. Aquela época ficou marcada por eventos turbulentos, aliás tendo o rótulo apresentado pelo movimento que assegurou a posse de Juscelino Kubitschek, liderado pelo Marechal Lott e que significava "retorno aos quadros constitucionais vigentes", sido objeto de ironia por parte dos lacerdistas. Se se trata de quadros vigentes, como falar de retorno?!... Era um pouco da atmosfera turbulenta da época. Esse é o ponto crucial para se situar o Governo do período de Juscelino com a alusão direta à década de 50, que está no título desta reunião. Era um país que se desenvolvia e se transformava dos pontos de vista estrutural, ocupacional, ecológico, com o processo de industrialização, de urbanização, com a concentração de populações crescentes nas cidades, o populismo e a presença marcante dos militares num período que talvez possa ser identificado com todo o período republicano. Na verdade, se tomarmos especificamente o período de Juscelino Kubitschek na Presidência da República, vemos que ele se situa entre dois períodos de controle autoritário do processo político brasileiro de maior importância na história do País, que são, por um lado, o Estado Novo, que se fechara dez anos antes da eleição de Juscelino, e, por outro, 1964, quando tínhamos o regime ditatorial militar, que se implanta em quatro ou cinco anos, em seguida ao término do mandato de Juscelino.

Se fecharmos o foco e virmos os acontecimentos em termos mais estreitos, é notável e merece ser assinalado com força o fato de que o Governo de Juscelino se situa entre o suicídio de um Presidente no exercício do cargo, Getúlio Vargas, que se mata em 1954, um ano antes da eleição de Juscelino, e a renúncia traumática de outro Presidente, Jânio Quadros, que ocorre em 1961, com conseqüências dramáticas para o quadro político do País, desaguando em turbulência no impedimento da posse de João Goulart, ameaça de guerra civil, acomodada com o parlamentarismo que se cria, mas que não impede, alguns anos depois, em 1964, a implantação de um período de 21 anos de autoritarismo,

que marca profundamente, até hoje, o processo político brasileiro, pelas conseqüências decorrentes, por exemplo, da impossibilidade de recrutamento de novas elites, novos quadros, etc.

Além disso, temos, no plano internacional, um período de extraordinária turbulência. Em 1954, ano do suicídio de Getúlio Vargas, houve, na Guatemala, deposição de armas contra um Presidente que se empenhou em um processo de reformas, desapropriando propriedades privadas fundiárias, incluindo propriedades norte-americanas, o qual resultou na intervenção dos Estados Unidos, apoiando o golpe. Em 1957, temos o lançamento do Sputnik, marcando a afirmação da União Soviética como potência tecnológica e trazendo implicações nítidas ao quadro de enfrentamento com os Estados Unidos, pelos desdobramentos militares envolvidos. E, em 1959, a Revolução Cubana, que foi, sem dúvida, o caso mais intenso e dramático de enfrentamento relacionado com a Guerra Fria, na América Latina. As experiências posteriores, ocorridas em 1961 e 1964, principalmente, estão fortemente condicionadas à experiência cubana, e culminaram no desdobramento da crise dos mísseis, em 1962, quando o mundo esteve à beira do enfrentamento nuclear aberto.

Esse quadro turbulento, instável e dramático nos ajuda a perceber a importância de Getúlio Vargas e do fato específico de que ele pôde não só governar o País com êxito extraordinário, do ponto de vista instrumental, da administração realizada, do esforço envidado, como também pôde assegurar um grau inédito de estabilidade democrática, apesar das manifestações militares.

Juscelino passou a faixa ao seu sucessor em circunstâncias em que havia um forte reclamo por sua recandidatura em 1965. Parte importante do que ocorreu durante o período de JK na Presidência se relaciona com a sua habilidade em colocar na prática o que alguns analistas têm chamado de "consociativismo", isto é, o empenho de atender, de alguma forma, à multiplicidade de interesses, apesar do quadro de tensões. Nessa experiência, que talvez tenha atingido o seu auge exatamente no Governo Kubitschek, o Estado, por meio do controle dos instrumentos de câmbio, por intermédio de instituições como o Banco do Brasil, compõe um jogo no qual é possível atender a uma multiplicidade de diferentes interesses que figuram nos panoramas político, social e econômico do País.

Há, naturalmente, um esforço intenso de desenvolvimento, que permite atender, apesar do recurso intenso a capitais externos, aos interesses do empresariado nacional e aos interesses trabalhistas. Ao mesmo tempo, há a acomodação feita, sobretudo, por meio de negociações no âmbito do Legislativo, do Congresso Nacional, e dos setores tradicionais, como a oligarquia de bases agrárias. E é notável que não haja nenhum esforço conseqüente nessa área. Lembro-me de um texto do Celso Furtado, de 1965, analisando o golpe de 1964, no qual registra o fato de haver nas gavetas das Comissões do Congresso Nacional 200 projetos de reforma agrária.

Portanto, as circunstâncias econômicas e políticas, apesar da tensão e dos fatores de instabilidade, permitiram a obtenção de um desenvolvimento intenso e a realização de um jogo no qual se tornava possível a convergência de uma multiplicidade de interesses, os quais, em muitos casos, eram, naturalmente, contrastantes e antagônicos, sobretudo em 1964.

Vale mencionar, em coerência com essa idéia de esforço consociativo, o nacionalismo brasileiro, especialmente durante o Governo de Juscelino Kubitschek, com a criação do Instituto Superior do Estudo Brasileiro - ISEB -, no Rio de Janeiro, cujos postulados eram claramente convergentes com essa prática de administração de natureza consociativa.

As análises de Hélio Jaguaribe, por exemplo, provavelmente o nome mais destacado do ISEB, chamavam a atenção para o que teríamos no Brasil do período de 1950. Teríamos a feliz convergência entre dois atributos das ideologias de classe: a representatividade e a autenticidade. A representatividade das ideologias de classe corresponderiam ao grau em que elas se ajustariam aos interesses da própria classe como tal.

Por outro lado, a autenticidade tem que ver com a idéia de uma correspondência das ideologias com os interesses da comunidade nacional. Hélio Jaguaribe acreditava que os interesses relativos à autenticidade se davam naturalmente em torno da idéia do desenvolvimento econômico. A convergência que ele via entre esses atributos envolvia a idéia de que, para cada classe, a melhor maneira de defender seus próprios interesses seria defender o desenvolvimento nacional. Daí, tornar-se possível a convergência entre patrões e empregados, empresários e trabalhadores, em torno de uma dinâmica nacional que assumiu a forma do nacional (...), que imperou por muito tempo e que talvez tenha tido no período presidencial de Juscelino Kubitschek a manifestação mais nítida.

Surge naturalmente a questão sobre até qual ponto seria possível levar esse esforço de acomodação consociativa das tensões. A resposta é muito restritiva. A possibilidade era limitada. Tínhamos enfrentamentos latentes, que assumiam a cara do fenômeno do "pretorianismo". Numa circunstância em que não há a adequada acomodação política institucional do enfrentamento de interesses, cada conjunto de interesses é induzido a trazer à arena política os instrumentos à disposição. Os militares que controlam instrumentos muito peculiares, instrumentos de coerção física, desfrutam inevitavelmente um protagonismo importante.

Temos, então, um longo período republicano marcado pela oscilação entre a Presidência ostensiva dos militares e o controle direto do poder político pelos militares. Por um lado há um certo refluxo em que os militares deixam o proscênio, mas em que o risco de que voltem a afirmar a sua presença e a controlar diretamente o poder está sempre latentemente se manifestando, mesmo nos períodos de maior estabilidade. É isso que ocorre durante o Governo Juscelino Kubitschek, apesar da proeza de assegurar a estabilidade numa fase marcada por tanta turbulência, incluindo o suicídio de um Presidente e a renúncia de outro.

Temos manifestações como o episódio de Jacareacanga, no começo do Governo, e o Aragarça, em 1959, etc. Os militares tentam levar a cabo aquilo que tinha sido abortado na Novembro de 1955, que era impedir a continuação do Governo Juscelino Kubitschek. Temos em 1964 a ruptura, e fica a indagação que me parece oportuna numa ocasião como esta.

Provavelmente, a grande questão que se situa e que é relevante numa avaliação retrospectiva do Governo Juscelino Kubitschek, com tudo que teve de positivo, com todas as aportações e contribuições, é o fato de que temos a sobrevivência de nosso famoso esforço social. Nossa pesada herança escravista que se continua a afirmar, apesar de todos os êxitos do processo de desenvolvimento do País que Juscelino Kubitschek exemplifica, mas que tão longe quis se limitar ao período de Juscelino Kubitschek.

O Brasil é o país que mais cresceu em todo o mundo. No entanto, o resultado é essa sociedade desigual. É importante assinalar que a aceleração do processo de desenvolvimento subsiste em circunstâncias em que não há a assimilação adequada da grande massa popular, que continua, em parcelas importantes, à margem desse processo. Produzem-se conseqüências que são cada vez mais dramáticas.

A forma marxista da turbulência que se manifestava durante o período da Guerra Fria, durante o período da ameaça socialista, tem suavizado algo que podemos ver como um problema de ingovernabilidade de características hobbesianas, numa alusão a Tomas Hobbes, pensador que se preocupava com o problema da ordem pública, da segurança, etc. Temos a intensificação da criminalidade, da violência e da insegurança, em circunstâncias em que o próprio Estado, em muitos casos, não se pode fazer presente de maneira adequada. A favela do Rio de Janeiro, da qual o Estado não se aproxima, é um exemplo. Estão tentando sobrevoá-la com um dirigível, que, supostamente, está fazendo a vigilância. É oportuno assinalar, numa ocasião festiva como esta, em que, com boas razões, celebramos o centenário de Juscelino Kubitschek, o fato de que uma dimensão crucialmente importante da vida nacional continua a manifestar traços absolutamente negativos, e o futuro que vislumbramos, de imediato, é também negativo, sem dúvida, é sombrio.

Vou terminar minha breve fala com uma ponderação relacionada com a distinção que os cientistas políticos costumam fazer entre as lideranças de tipo instrumental e as de tipo expressivo, ou a dimensão instrumental "versus" a dimensão expressiva da liderança. A dimensão instrumental está relacionada com a capacidade administrativa que o governante manifesta; a dimensão cognitiva, com o problema de eficácia; a dimensão expressiva tem que ver com a força simbólica que essa liderança exerce.

Em muitos Estados temos a tentativa de separação entre esses dois aspectos da liderança, com a separação entre o Chefe de Governo, de um lado, encarregado dos aspectos instrumentais de eficácia da administração do País, e o Chefe de Estado, que teria mais a função simbólica de representação da Nação. Acabamos de ver, no Governo Fernando Henrique Cardoso, uma articulação inepta dessas duas dimensões. O esforço de administração tem seus lados positivos, seus acertos - como a estabilização -, certo esforço na área da educação, da saúde, certas tentativas relativamente bem-sucedidas de reforma do Estado, sob aquele aspecto, mas temos algo muito importante, que marca um contraste nítido com Juscelino Kubitschek, que é a abdicação com respeito à dimensão simbólica.

O Governo Fernando Henrique prometeu a refundação política do País na sua primeira campanha, mas o que vimos foi uma acomodação, ágil, às exigências supostamente trazidas pela necessidade da administração efetiva do País. Em todas as circunstâncias em que se colocou a opção entre uma postura de exemplaridade e uma realista, de jogar com realismo o jogo político, vimos Fernando Henrique, apesar da promessa de refundação política, fazer o jogo realista e comprometer o esforço de refundação.

Essa posição representa um contraste nítido em relação a Juscelino, que foi, sem dúvida, extremamente bem-sucedido como liderança instrumental. Temos o esforço, registrado aqui, de crescimento econômico, com a implantação da indústria de base, a indústria automobilística, Brasília e suas implicações, apesar de seus custos e da inflação. Temos até quem associe a Copa do Mundo de 1958, como vimos. Seria uma espécie de meta recôndita, parte integrante do Plano de Metas de Kubitschek.

De qualquer maneira, independentemente do que se passa aqui - e se passa muito -, temos também a dimensão simbólica adquirida por Juscelino. É notável como a grandeza simbólica que Juscelino adquire se dê em associação com uma imagem que é leve. A imagem sobre a qual se tem falado é a do "peixe vivo", do seresteiro, do pé-de-valsa, do Presidente bossa-nova. A questão que fica é até que ponto um fato se liga, efetivamente, ao outro. Até que ponto uma certa componente de leveza seria, eventualmente, condição para que pudéssemos ter a afirmação mais consistente dessa dimensão simbólica.

Fica, de toda forma, o fato de que temos, no plano especificamente político, a operação bem-sucedida da democracia com Juscelino Kubitschek, apesar das turbulências, apesar de o processo ser marcado por grande instabilidade, e o fato de que ele pode vir a representar uma referência importante quando se trata da democracia brasileira, e que seja, ainda agora, por exemplo, reivindicado com força por candidatos à Presidência da República, num esforço de fazerem a sua campanha. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Luiz Jorge Werneck Viana

Agradeço o convite. Juscelino é o homem da minha geração, que mudou a vida da minha geração e que abriu para ela um horizonte de afirmação. Faltou nessa lista muito bem feita pela Lucília e pelo Fábio Wanderley citar o lado do ISEB e do Centro Popular de Cultura - CPC. Fui um jovem participante. Era o ISEB dos jovens.

Realmente, foi uma época extraordinária. Ainda tenho, em um calendário, uma foto de Juscelino, com a faixa presidencial, desejando um feliz 1964. Não tive um feliz 1964, nem o País teve.

Em nosso País, é muito complicado falar de uma personalidade como Juscelino, que é como um lugar na encruzilhada. Ele é um equilibrista, um dançarino, um bailarino da política. Peixe vivo, vivíssimo, que veio do mundo da tradição. Não sei se já viram a foto da sua casa: uma porta, três janelas, achatada, em uma cidade prisioneira de si mesma, de sua história, sem ponte, perdida no sertão do Brasil.

Juscelino era filho de mãe viúva, professora. O nome Kubitschek sempre evocou uma idéia de certa fartura no passado, mas era gente pobre do interior do Brasil, pertencendo à classe média das cidades do silêncio das Minas Gerais, depois da mineração. O pai mascate morreu quando ele tinha 3 anos. A vida dá-lhe a oportunidade de ser telegrafista em Belo Horizonte. Foi um duro começo de vida.

Esse homem, de origem humilde, vindo dos confins do País, de um setor das camadas médias mais sem esperança daquelas cidades que a mineração deixara órfãs em Minas Gerais, esse homem da tradição irá modernizar o Brasil. Por quê? Por que não foi um grande nome de Minas, um belo sobrenome mineiro?

Esse enigma já nos situa diante do que foi o paradoxo do Estado Novo: autoritário em política, modernizador e democratizante do ponto de vista social, que na época era chamado de ponto de vista substantivo, opondo-se ao formal. Juscelino é filho do processo de democratização do Estado Novo e, também, da aventura. É filho de Benedito Valadares, pois não há Juscelino sem ele, que encontrou uma forma de dar sustentação política ao novo Governo de Getúlio Vargas, sem passar pelas oligarquias tradicionais, nem os Andrada nem os Franco. Benedito Valadares é o Tércio, homem que, em Minas, representa o delegado do Governo central e que, por isso mesmo, é muito vulnerável a incorporar quadros emergentes da vida política em Minas Gerais.

O encontro de Juscelino com Benedito Valadares, nesse sentido, vai ser definitivo.

Daí lhe veio o primeiro mandato de Deputado Federal, a secretaria do partido em Minas, o controle da vida política em Diamantina, sua terra natal, o controle da vida política em Minas Gerais e, mais à frente, a Prefeitura biônica de Belo Horizonte.

Tudo isso são marcas dessa tradição que procurava interpretar os anseios de modernização do País fora do eixo de São Paulo: Vargas, no Rio Grande do Sul, e Juscelino, em Minas Gerais. Os homens que mudaram o Brasil são os homens da aliança de 1930.

Há alguns meses, com alguns colegas, fui fazer uma atividade no Museu da República, na Rua do Catete, no Rio de Janeiro. Naquele casarão, estava numa mesa como esta, num plenário pequeno, quando me dei conta de que, 30m para além daquele plenário, corriam os bondes nos dois sentidos, na Rua do Catete; que o Presidente da República, ali, ouviu o leiteiro, o padeiro, o barulho das ruas; que, a cento e poucos metros, ficava a Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, um lugar buliçoso, agitado, de protestos, e que, ao norte, também a algumas centenas de metros, ficava a UNE, aguerrida, ilibada, protestatária. Fiquei pensando como era pequeno, como era acanhado o Brasil. Eram 50 milhões de brasileiros. Ali, naquele Palácio do Catete, com umas salas estreitas, uns gabinetes esquisitos, o Presidente da República ficava alterando o tamanho do Brasil, tamanho que, se comparado ao de hoje, ainda era muito a pequenado. Naquela época, 70% da população viviam um mundo agrário.

Agora, em 2002, comemoramos 100 anos da morte de Juscelino, mas comemoramos também os 100 anos de uma obra muito importante, "Os Sertões", de Euclides da Cunha, que tratou de um problema para o qual Juscelino, conscientemente ou não, veio a demonstrar imensa sensibilidade. Como vocês sabem, Euclides era um republicano convicto. Ainda jovem, foi expulso da Academia Militar por ter protestado contra

a monarquia, e, como correspondente de guerra do Estado de São Paulo, foi a (...).

De lá esse militar, esse positivista, esse acendrado republicano voltou com seriíssimas dúvidas a respeito da tempestividade da idéia de república no Brasil e denunciou o crime que o litoral tinha praticado contra o interior, contra o sertão, contra os sertanejos que viviam à deriva no Brasil, mas que, na verdade, eram a rocha viva, o cerne da nacionalidade, lugar sobre o qual se devia assentar um projeto de nação.

Essa era a idéia que animava os melhores espíritos, que está presente também em Capistrano de Abreu: a idéia de valorização do interior como um mar imenso a ser conquistado, de que a nacionalidade estava ali, de que as grandes possibilidades para o Brasil estavam ali, e não na fimbria do litoral.

O Fábio Wanderley já nos pôs diante da hora dramática em que Juscelino chega à Presidência, depois de fazer o esboço aqui, em Belo Horizonte e no Estado, na Pampulha e na modernização da cidade, com o binômio energia e transporte. Que hora é essa? Um Presidente tinha sido levado ao suicídio e despede-se da Nação com uma carta-testamento que, na verdade, conclamava o brasileiro à luta. O povo de que ele tinha sido escravo não seria mais escravo de ninguém.

A idéia de ruptura é dominante nesse período. Se Getúlio começa a sua segunda Presidência, a de 1950, com a idéia de conciliação e temporização, a partir de 1952, 1953, isso se perde, e há um endurecimento da política e da disputa a respeito de caminhos para o Brasil. O caminho do planejamento e do induzimento pelo Estado do desenvolvimento econômico, que nos vinga do Estado Novo, vem em contraposição à antiga expectativa liberal de reconstituir o Brasil pela dimensão do interesse, numa perspectiva centrada na dimensão do privado. Na verdade, desde Tavares Bastos, no Império, entendia-se a agricultura, o mundo agrário, como o lugar da grande atividade produtiva brasileira. Esse era um impasse.

As Forças Armadas se dividiram em torno dos dois partidos, com representantes civis até presentes nas candidaturas presidenciais, como Eduardo Gomes, por exemplo, e Juarez Távola, depois. Esse é o momento em que, parece, a ruptura é inevitável. De certo modo, a ruptura com as instituições da democracia teriam de aguardar mais uma década, mas viriam em 1964.

A tentativa de Juscelino foi de recriar um país que fizesse uma revolução sem revolução, com uma feliz articulação entre economia e política, o que permitiria fugir da polarização à frente. Juscelino não eliminou nenhum dos impasses político-institucionais com que deparou ao chegar no Governo. Ele os contornou como um bailarino, como um peixe vivo, e colocou o centro da sua iniciativa em outro lugar. Ele deslocou aquela oposição. Eram Brasília, o Oeste, os sertões, Juscelino, Euclides da Cunha, Juscelino, Euclides da Cunha, Juscelino e Capistrano de Abreu.

Fala-se em Juscelino como democrata. Mas ele não governou com o Legislativo. Ele contornou o Legislativo. Do ponto de vista sindical, não afastou nenhum dos constrangimentos que existiam sobre a vida associativa dos trabalhadores, que permaneceram absolutamente presentes. O Estado Novo se projetou no Governo Juscelino.

Outra questão de ouro do Estado Novo era não tocar na questão agrária. E não foi tocada pelo Governo Juscelino. E ai, se tocassem!

Somos devedores e devemos comemorar muito a arte de Juscelino, principalmente pelo que se passou depois e pelo que se passa agora. A desconstrução da obra de Juscelino não foi obra da ditadura apenas, de certa forma a ditadura a avivou, recuperando o tema do nacional-desenvolvimentismo. Essa desconstrução, essa desesperança que se introduziu entre nós é obra mais recente, assim como essa denúncia do Estado como entidade malévola, como se devêssemos fazer nossa história apenas a partir da matriz. Essa concepção liberal, neoliberal, que hoje grassa entre nós desconstruiu essas pegadas luminosas deixadas por Getúlio e por Juscelino, as quais nos cabe agora reavivar e recuperar. Muito obrigado.

Palavras da Sra. Vânia Maria Losada Moreira

Bom-dia. Quero agradecer o convite para participar desta Semana JK, em especial agradeço aos Deputados Wanderley Ávila e Antônio Júlio, Presidente da Casa. Parabenizo os meus colegas pelas intervenções feitas. Estou muito honrada por estar ao lado de alguns professores em cujas obras estudei.

Pretendo traçar um pouco do perfil político de JK e, ao mesmo tempo, falar sobre algumas características que marcaram o programa, a proposta, o projeto de desenvolvimento nacional proposto por ele. Selecionei algumas características e ainda ficarei devendo. Como a sua personalidade e o seu projeto são muito ricos, não conseguirei resgatar tudo isso em 20 minutos. Escolhi três características da personalidade do projeto político de JK que considero extremamente marcantes: o desenvolvimentismo, o nacionalismo e o lado euclidiano do ex-Presidente, a que o professor fez referência, ou seja, esse diálogo estabelecido com Euclides da Cunha. Não tenho muita certeza se foi consciente ou inconsciente, mas houve esse diálogo. Vou explorar um pouco isso, porque, como o professor disse, estamos a 100 anos da obra de Euclides e do nascimento de JK.

A Profa. Lucília se referiu ao JK admirador da bossa-nova e da seresta, ou seja, essa ponte entre o moderno e o tradicional. Enquanto o perfil desenvolvimentista e nacionalista resgata o moderno e as idéias mais fervilhantes da década de 50, o perfil euclidiano resgata as tradições do Brasil e as preocupações de longa duração que aparecem com muita clareza em Euclides e em JK.

Durante a campanha presidencial, Juscelino se destacou como um político diferente, porque viajava pelo Brasil afora com as estatísticas de energia elétrica e de transporte, deixando claro para a população brasileira que, se o Brasil desejava industrializar-se, deveria dar um salto quantitativo e qualitativo nas duas áreas, ou seja, na energia elétrica e no transporte. Um político muito importante daquele tempo, José (...), disse que essa linguagem do desenvolvimento, essa forma de andar com estatísticas, números e metas, não fazia parte do perfil da época. Isso não esteve presente nas campanhas de Vargas e de Dutra. Esse tipo de procedimento caracterizou Juscelino como homem desenvolvimentista e moderno.

O perfil desenvolvimentista começou em Belo Horizonte, passou pelo Governo de Minas, mas o desenvolvimentismo ou - como outros preferem - o chamado nacional-desenvolvimentismo, irá consolidar-se como um projeto político para o Brasil apenas na administração de JK. Essa linguagem desenvolvimentista de JK aparecerá com muita clareza e força no seu plano de governo, o chamado plano de metas, que era essencialmente econômico, buscando dar o salto industrial que efetivamente foi dado naquela época. Era dividido em vários setores, como energia, educação, transporte, etc. O plano foi considerado extremamente ambicioso, se tomar como base o que o Brasil era naquele momento. Juscelino não apenas prometeu realizar várias coisas, mas efetivamente as realizou. A maioria das análises críticas sobre o Governo JK afirma que praticamente realizou 100% do prometido, inclusive a construção de Brasília, que não estava inicialmente no programa de metas, sendo incluída durante a campanha presidencial. O salto na energia elétrica foi fantástico, implantou a indústria de base, construiu e pavimentou mais estradas que o prometido, que já era extremamente ambicioso. No campo do automobilismo, por exemplo, prometeu instalar uma indústria com a capacidade de produzir 170 mil veículos, entre carros e caminhões. Em 1960, a meta havia sido superada em 17%, ou seja, a capacidade instalada no País havia superado o que se havia proposto.

A população brasileira percebeu essa aceleração no processo de desenvolvimento. O IBOPE foi criado na década de 40. Em 1961, foi encomendada uma pesquisa nesse instituto para verificar se a população brasileira havia ou não percebido essa aceleração no processo de desenvolvimento nacional. A pesquisa teve um resultado surpreendente. Ela foi feita no Estado da Guanabara, e 80% da população pesquisada afirmaram que Juscelino tinha acelerado o desenvolvimento nacional. Uma parcela de 12% discordava dessa opinião, e os 8% restantes não sabiam opinar. A população realmente percebeu que Juscelino estava acelerando o desenvolvimento do Brasil. A esse lado desenvolvimentista de Juscelino se somava um outro: o lado nacionalista. Obviamente que isso também ficou caracterizado pelo uso do vocabulário nacionalista. Então, Juscelino, em seus discursos, insistia bastante na questão do desenvolvimento nacional, de atuar com as forças nacionais, de realizar a integração nacional. Mas foi sobretudo a aliança política que JK estabeleceu com o movimento nacionalista, que era um movimento muito forte naquele período, que fez com que sua administração tivesse essa alcunha de nacionalista. Daí, a noção de um projeto nacional-desenvolvimentista. Um dos setores nacionalistas mais ligados ao Presidente foi o movimento dos intelectuais do ISEB, que estavam, à época, preocupados em formular a chamada ideologia do desenvolvimento nacional, que deveria dar suporte e apoio ao Projeto Nacional Desenvolvimentista de JK. Mas outros setores nacionalistas da época também deram apoio ao Governo de JK. É importante pontuar que o nacionalismo a que estou me referindo não é apenas o nacionalismo ideológico, mas também um movimento político e social. Como movimento social e político, o nacionalismo tomou força no Brasil a partir da década de 40, sobretudo a partir de 1943, quando foi desencadeada a campanha "O petróleo é nosso". Quem patrocinou a campanha foi o Clube Militar, e já tinha esse nome bastante sugestivo. Havia sido descobertas, naquela época, reservas de petróleo na Bahia, e desencadeou-se uma discussão muito forte sobre quem deveria explorar esse petróleo: se seriam as multinacionais estrangeiras ou empresas nacionais. Dessas campanhas nacionalistas resultou, dez anos depois, a criação da PETROBRÁS. Desde então podemos considerar o nacionalismo como um movimento social e político desse período democrático, que vai do fim do Estado Novo até 1964. O nacionalismo mobilizou estudantes, militares, sindicalistas, professores, associações de mulheres. Formaram-se grupos pequenos e médios pelo Brasil afora, defendendo todos uma plataforma de desenvolvimento nacional. Essa expressão - desenvolvimento nacional -, que nos parece extremamente vaga, tinha um sentido muito preciso para os homens e as mulheres da década de 50: significava industrialização. Não podemos confundir a idéia de desenvolvimento nacional pautada numa economia agrícola. Eles queriam que o Brasil se industrializasse, em vista do ocorrido no País em termos de crise econômica depois da crise de 1929. A dependência do Brasil em relação aos mercados consumidores de produtos primários foi fortemente criticada, e esses homens e mulheres da década de 50, quando se falava em desenvolvimento nacional, pensavam na industrialização, pensavam em transformar o Brasil num país moderno, desenvolvido. Isso, sobretudo para os estudantes presentes aqui hoje, pode parecer engraçado porque vivemos numa sociedade extremamente urbanizada, bastante industrializada, mas temos de lembrar que isso é um fato recente em nossa história. Já foi lembrado aqui que, na década de 50, 70% da nossa população vivia no campo. Então, essa opção pela industrialização era uma opção dos setores progressistas, que se consideravam nacionalistas. Juscelino ganhou essa alcunha de nacionalista porque tinha um trânsito muito bom, não apenas com os intelectuais, mas também com a esquerda nacionalista, que apostava no seu Governo justamente por promover a industrialização. A esquerda vai ficar um pouco decepcionada com o Governo JK e vai romper com o nacional desenvolvimentismo por volta de 1960, quando o Gen. Lott, que era o candidato nacionalista, perde as eleições. Mas, praticamente durante todo o Governo JK, ele terá o apoio dos nacionalistas, nem que seja o apoio crítico, como foi o caso dos nacionalistas vinculados ao PTB e à "Revista Brasileira". A esse lado desenvolvimentista-nacionalista que espelha o lado moderno de Juscelino, junta-se outra característica um pouco menos notada por nós, brasileiros, que é a profunda ligação entre as idéias de Juscelino, a prática política e algumas idéias de Euclides da Cunha. Para entendermos esse lado euclidiano de nosso Presidente, precisamos refletir um pouco sobre a meta a que o próprio Presidente resumia a sua administração: a construção de Brasília e do cruzeiro rodoviário.

A construção de Brasília não pode ser pensada separadamente do cruzeiro rodoviário. Essa é uma meta única para Juscelino e para a equipe que apoiou o seu Governo. Na realidade, esse cruzeiro rodoviário era composto por enormes rodovias que ligaram Brasília aos principais centros políticos e econômicos do País. Nessa época, foram construídas as Rodovias Belém-Brasília, Acre-Brasília, Fortaleza-Brasília, Belo Horizonte-Brasília e Goiânia-Brasília. Como o nosso País não é pequeno, essas estradas têm uma dimensão continental.

Juscelino foi um grande construtor de estradas. As Metas 9 e 8, que são as da construção e da pavimentação de rodovias do plano de metas, não apenas foram coroadas com sucesso, como também superaram o previsto. A grande meta de integração nacional, como dizia Juscelino, era composta por Brasília e pelo chamado Cruzeiro Rodoviário. Qual era a expectativa com relação à realização dessa meta? A idéia era de justamente gerar a integração física e econômica do País, viabilizando-se o desenvolvimento nacional. Isso demonstra a profunda relação entre a cidade e o campo, porque a indústria brasileira, que estava sendo incrementada, por meio desse processo industrial previsto com a própria implementação do plano de metas, exigia, em primeiro lugar, um mercado consumidor interno de bens industrializados. Essa integração física entre as regiões ricas do Sudeste e as do interior significava disponibilizar um mercado consumidor que era subaproveitado e, muitas vezes, não aproveitado, justamente porque não existia as vias de comunicação necessárias.

A primeira razão para a construção de Brasília era o Cruzeiro Rodoviário.

A segunda razão era que, do interior, chegavam as indústrias, as matérias-primas e os alimentos tão necessários à sustentação da população urbana. Mas não era apenas a indústria que tinha a ganhar com a meta de integração nacional. O setor agropecuário, que passava a vender mais para o setor urbano em expansão, também lucraria com ela. A idéia de um sistema econômico deveria ser levada em conta, e a política chamada operação Brasília era considerada, pelo plano de metas, como um ponto de germinação, que dinamizaria a economia brasileira, pois integraria o sistema urbano e rural de produção.

Juscelino tinha muita consciência da importância de Brasília. Esses problemas levantados pelo programa de metas poderiam ter sido solucionados com uma outra alternativa que não fosse a construção de Brasília, mas a opção de Juscelino foi de efetivamente promover a integração econômica e física do País a partir de Brasília e do Cruzeiro Rodoviário. Quando resolveu construir Brasília, a princípio, havia dito que levaria 15 anos, mas, logo que começou a construção, mudou de idéia, falando que a inaugurar ainda em seu Governo. A maior parte dos políticos à época pensavam que Juscelino estivesse delirando, porque pretendia construir uma cidade em três anos, audaciosamente. Mas, efetivamente, inaugurou Brasília e passou a faixa presidencial ao Jânio Quadros nessa cidade. O novo Presidente ficou tão furioso que resolveu criar galinhas no Palácio do Planalto. Construiu uma cerquinha e jogou algumas galinhas no Palácio, para desmerecer um pouco o que Juscelino tinha realizado.

Quando resolveu construir Brasília, Juscelino empenhou três grandes promessas junto ao povo brasileiro. Precisamos resgatá-las. Em primeiro lugar, disse que a população rural brasileira, que representava a grande maioria, teria a sua condição de vida sensivelmente melhorada. Citava freqüentemente Euclides da Cunha, para dizer que resgataria a população sertaneja tão sofrida do Brasil. Ele pensava que poderia melhorar a condição de vida da população sertaneja, porque previa um grande salto do desenvolvimento para o interior, como resultado da implantação do plano de metas e da construção de Brasília. No plano de metas, justamente no setor de alimentação, encontraremos as metas direcionadas à agricultura brasileira. Em resumo, podemos dizer que aquelas metas visavam, inicialmente, a modernizar o setor, por meio do uso de fertilizantes e tratores, modernizando-se a agricultura. Do ponto de vista das responsabilidades do Estado, Juscelino, no que diz respeito ao setor da alimentação, propunha criar silos e armazéns. A política rural do Governo JK era direcionada ao setor agromercantil do mundo rural, mas não necessariamente à população mais pobre. De qualquer modo, uma das promessas do Juscelino foi essa.

A segunda promessa de Juscelino ao público brasileiro foi a do fim das disparidades regionais. As diferenças de desenvolvimento entre as regiões brasileiras seriam solucionadas a partir de sua intervenção no Governo Federal. A idéia básica de Juscelino seria de que, à medida que integrasse o País, do ponto de vista territorial e econômico, haveria uma socialização na distribuição das riquezas. Esse foi o argumento básico do ex-Presidente. Da mesma forma, pensava que a Capital, sendo interiorizada, facilitaria o acesso das diversas regiões ao poder político. Em ambos os casos, haveria uma distribuição mais igualitária do progresso. Quando pensamos nisso, lembramos de dois vocábulos que não são muito usados: o litoral e o interior.

A população do litoral como sendo urbana e a população do interior, do campo. Eram expressões muito usadas no período.

A terceira e última promessa de Juscelino foi de que o Governo romperia com o subdesenvolvimento nacional. Na verdade, Juscelino coloca a construção de Brasília como um marco na história brasileira, como uma página que se virava, ou seja, a página do subdesenvolvimento estava sendo virada com todo aquele processo de desenvolvimento desencadeado pela implantação do plano de metas. Juscelino tem vários discursos em que deixa isso em lugar de destaque.

Concluindo, precisamos reconhecer que essas promessas de Juscelino são todas de cunho social e estavam subjacentes à idéia de que o desenvolvimento geraria um correlato de desenvolvimento social. Obviamente, Juscelino fracassou, e precisamos estudar e discutir as razões desse fracasso. O fato é que tivemos um enorme desenvolvimento do ponto de vista econômico, mas não houve um desenvolvimento correlato do ponto de vista social.

Essa ênfase de Juscelino nas grandes metas que só poderiam ser conquistadas por meio da engenharia, com a construção de hidrelétricas, estradas e coisas do gênero, faz-nos pensar que Juscelino não foi apenas um Presidente de ação, mas também um Presidente euclidiano. Se pararmos para ver a mensagem geral de Euclides da Cunha nas suas diferentes obras, percebemos que a sua grande preocupação era com o sertão e com os sertanejos. Na obra de Euclides da Cunha, isso está muito claro quando fala da necessidade de se fazer uma ligação entre as regiões prósperas do litoral e as regiões atrasadas, que viviam um verdadeiro marasmo no interior.

Euclides, que era engenheiro, dizia que era necessário chamar a engenharia para construir essas vias de acesso que ligassem o interior ao litoral. Mais do que isso, dizia que o Estado brasileiro deveria ser o setor que deveria fazer essa integração da nacionalidade, não apenas com ações concretas, como a construção dessas estradas, mas também através de um ideal comum que unisse o povo em torno desse projeto de integração nacional.

Aí pergunto a vocês o que efetivamente Juscelino fez com Brasília e o cruzeiro rodoviário. Foi exatamente isso, cumprir e realizar um pouco, na prática, as idéias de Euclides da Cunha, até porque também era um otimista e terminou o seu Governo com ampla aceitação popular, unindo as pessoas ao redor do chamado nacional-desenvolvimentismo. Muito obrigada.

Exibição de Vídeo

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Convidamos os presentes a assistir à exibição de vídeo com pronunciamento do ex-Presidente Juscelino Kubitschek proferido no Senado, na véspera de sua cassação.

- Procede-se à exibição de vídeo.

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - Neste instante daremos início à fase de debates. A coordenadoria informa ao Plenário que os participantes poderão formular perguntas aos expositores. As questões deverão ser encaminhadas por escrito ou feitas oralmente, mediante inscrição prévia. Para agilizarmos o debate, solicitamos aos participantes que usem o microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, dispensadas as formalidades das saudações pessoais. Cada participante disporá de até 3 minutos para sua intervenção, sendo garantido o mesmo tempo para as respostas. Aqueles que desejarem poderão se encaminhar aos microfones, indicar o expositor e formular suas questões.

Debates

O Sr. Presidente - Carlos Rafael, estudante da UNI-BH, pergunta à Profa. Lucília Almeida: "JK deixou progresso, mas deixou dívida alta, inflação, desemprego e uma forte crise econômica no Brasil. Ele não foi um dos responsáveis diretos pelo golpe militar de 1964?" Com a palavra, a Profa. Lucília.

A Sra. Lucília Almeida Neves - Na verdade, um projeto de desenvolvimento da dimensão do implementado por Juscelino Kubitschek não era e jamais poderia ser um projeto livre de contradições. Jamais poderia deixar de ter um preço. Se pensarmos em Juscelino como Presidente da República, poderíamos imaginar uma moeda com duas faces. Uma delas, a que mais reluz, é a do Presidente empreendedor, que, com ímpeto e arrojo, colocou o Brasil na dinâmica de uma economia renovada, transformadora, mas, evidentemente, inserida nos padrões do capitalismo internacional. E era a isso que ele se propunha.

O grande mérito do Juscelino, que talvez falte a inúmeros homens públicos brasileiros, era a idéia e o propósito determinados de ter um projeto para a Nação brasileira. Que esse projeto acarretou problemas é inegável. O Brasil, ao final do mandato presidencial de Juscelino, era mais endividado, o salário real da população havia caído, a meta desenvolvimentista-distributivista, portanto, em uma de suas partes, não foi atingida. Por outro lado, o Brasil era outro país, entrecortado por estradas, com o interior mais próximo do litoral, usando as palavras da colega Vânia. Era um país mais moderno e que apostava no futuro. Agora, imputar a Juscelino a culpa do Golpe de 64 é um erro histórico muito grande. Acredito que o movimento de 64 se deu por inúmeras razões, uma delas o fato positivo de que o Governo Juscelino foi democrático, de abertura para as manifestações sociais e políticas da sociedade civil, até então inéditas no grau de autonomia que tiveram na República brasileira. Essas manifestações cresceram. O período do Governo João Goulart foi altamente polarizado, e alguns setores da política brasileira, aliados a grupos de militares, não suportaram essa polarização, porque a tradição brasileira não é de convivência com a democracia, especialmente vinda dos movimentos sociais.

Acho que essa é a principal razão da intervenção militar de 1964, entre inúmeras outras. Meu tempo de resposta não dá para citar todos, mas não é possível relacionar Juscelino, com regime autoritário de 1964, do qual foi uma das vítimas, ou identificá-lo como responsável pelo golpe que aconteceu em março daquele ano.

O Sr. Presidente - Questão para a Profa. Vânia Maria: "De onde foram levantados os recursos para o desenvolvimento do País no período de JK e quais as conseqüências desse empréstimo nas futuras atuações políticas e econômicas do Brasil?"

A Sra. Vânia Maria Losada Moreira - O Brasil tinha a chamada Lei da Usura, que não permitia remunerar com juros condizentes, como o mercado desejava. A poupança interna brasileira era insuficiente para o financiamento do desenvolvimento projetado pelo plano de metas, que, como disse, era extremamente audacioso. Existiam três formas básicas de financiamento. O tipo de financiamento que prevaleceu após a Segunda Guerra estava descartado na época, porque os países industrializados preferiam fazer os chamados investimentos diretos em economias consideradas promissoras. Assim, eram instaladas indústrias, como a automobilística. Parte do plano de metas foi realizada com esses investimentos diretos de capital estrangeiro.

Uma segunda alternativa era o empréstimo de governo a governo, que estava em baixa. Os setores nacionalistas queriam que o financiado se fizesse dessa forma, o que não aconteceu, justamente para que, supostamente, fosse resguardada a autonomia brasileira no processo de desenvolvimento industrial.

Outra forma muito utilizada por JK foi a emissão de papel-moeda, que gerou o que entendemos por inflação. O grande impacto, do ponto de vista financeiro, no Governo JK, foi esse endividamento e a inflação.

Uma reportagem do Cony, que escreve diariamente na "Folha de São Paulo", fazia justamente a comparação entre o tempo de Juscelino e os anos atuais. É preciso ver que JK endividou o País, causou inflação, coisas que geralmente acontecem mesmo, mas, se comparada essa situação aos dias de hoje, veremos que ele até se saiu muito bem, porque hoje temos inflação, endividamento e não temos o tão desejado desenvolvimento.

O Sr. Presidente - A Presidência recebe manifestação de Marco Aurélio Baggio, da Academia Mineira de Medicina. Solicito que ele se encaminhe ao microfone para sua manifestação.

O Sr. Marco Aurélio Baggio - Não há desenvolvimento sem custos e sem preço. Juscelino não foi o causador da inflação. A causa dessa inflação é o subdesenvolvimento, a fraqueza do País. É o fato de que o Brasil é um país pobre, subdesenvolvido, com uma herança escravagista expressiva.

Quando Juscelino assumiu o Governo, o País tinha 19% de inflação ao ano; ele deixou o Governo cinco anos depois, com 32% de inflação, o que, naquela época, era uma taxa muito baixa. A dívida externa era de cerca de US\$1.300.000.000,00, em 1955; ele deixou o Governo com uma dívida de US\$2.100.000.000,00. São dados de Afonso Heliodoro, grande auxiliar de Juscelino.

Os custos que Juscelino impôs ao Brasil nos processos de desenvolvimento foram muito baixos, já que o resultado desse custo foi o desenvolvimento, como já se falou aqui. Mais do que isso, Juscelino trouxe capital estrangeiro para investimento. Quantos bilhões de dólares foram investidos e estão investidos na economia brasileira? Sobre isso ninguém fala. O fato de Brasília ter custado de US\$3.000.000.000,00 a US\$5.000.000.000,00 - avaliação que varia -, poderia ser muito bem sustentado se os Governos seguintes tivessem assumido os custos do desenvolvimento obtido por Juscelino. O que o País teve foi a desgraça de eleger um demagogo como Jânio Quadros. Com isso, viveu o período sombrio da ditadura e, em seguida, essa sucessão de governos hesitantes, que se encerra agora.

Disseram aqui que Juscelino se baseou em Euclides da Cunha. Não tinha percebido isso, porque considero que Juscelino tinha visão internacional. Ele sabia que o Brasil precisava situar-se no contexto mundial e buscou o desenvolvimento para fazer com que o País ocupasse um lugar expressivo no âmbito internacional. Para isso, uma das condições seria mesmo a integração interna, o nacionalismo; mas, fundamentalmente, Juscelino tinha uma visão muito mais ampla do Brasil do que Euclides da Cunha.

O Sr. Presidente - Pergunta da Sra. Cleonice Duarte, do curso de Ciências Econômicas do Unicentro Newton Paiva, dirigida ao Prof. Fábio Wanderley Reis. Ela solicita esclarecimento sobre a comparação feita entre Fernando Henrique Cardoso e JK: "Onde Fernando Henrique Cardoso possui 'articulação inepta das duas dimensões de liderança, instrumental e expressiva', assim como Juscelino Kubitschek?".

O Sr. Fábio Wanderley Reis - Minha intenção foi destacar o fato de que tivemos com Fernando Henrique Cardoso uma certa abdicação, que me parece importante, no que diz respeito ao papel simbólico, que correspondia a um dos elementos que foram objeto de propostas e promessas da sua primeira campanha, a idéia da refundação política do País.

Temos aí algo que remete ao esforço de recuperar a dimensão institucional que tem um componente simbólico decisivo. Fernando Henrique Cardoso era visto como político deficiente por não ser do ramo, como circulou na imprensa com muita frequência. Certas raposas, como Thales Ramalho e outros, classificaram Fernando Henrique como não sendo do ramo.

Parece-me que Fernando Henrique se empenhou em mostrar - e peca pelo excesso - que era do ramo. Há episódios como a anistia de Humberto Lucena, logo no início de seu primeiro mandato, quando ele tinha amplo respaldo da população, em que, em vez de mandar o recado de que as coisas seriam diferentes, mandou ao Congresso o recado de que o jogo continuava igual.

Tenho a impressão de que isso se repete em diversas circunstâncias, em que se colocou a opção entre agir de maneira exemplar e agir em busca de certa eficiência. É claro que é necessário eficiência, é necessário composição com a instituição parlamentar. Um Presidente que simplesmente peite o Congresso, como aparentemente é a disposição de Ciro Gomes, terá problemas. É preciso que se reconheça a instrumentalidade que a própria disposição exemplar tem na administração do País.

O Presidente Collor pôde, pelo fato de contar com o respaldo inicial, antes de seu governo envolver-se com denúncias de corrupção, fazer aprovar pelo Congresso nada menos que o confisco. Isso demonstra que a disposição adequada, com empenho de exemplaridade, pode assegurar a aprovação, pelo Congresso, de reformas que se inviabilizam, no empenho de ser esperto, de ser eficaz e politicamente do ramo, como vimos com Fernando Henrique Cardoso em seu projeto de reeleição.

O Sr. Presidente - Pergunta da Sra. Márcia Pessoa Ferreira, da Uni-BH, dirigida ao Prof. Luiz Jorge Werneck Viana: "Como explicar o surgimento do estadista que visava privilegiar o progresso moderno e arrojado no Brasil, uma vez que ele vinha de um Estado marcado por forte tradição conservadora? Poderia ele ser euclidiano ou audacioso?".

O Sr. Luiz Jorge Werneck Viana - Usei o recurso do Euclides com menos precisão que a minha colega. Usei como metáfora. Brasília, Sertões, uma saída para o Brasil, onde estava aquele bolsão demográfico imenso, largado no fanatismo religioso, no cangaço ou aquele outro sertão que é a Amazônia, com o seringueiro, grande canal para o centro do Brasil. O sertanejo como operário da construção civil.

Essa foi uma saga fantástica, uma revolução demográfica, social e ocupacional. Em Minas, antes de Juscelino, foi Israel Pinheiro. Haverá uma inversão, o pobre dos fundos de Tiradentes será o Governador desses notáveis homens públicos que foram os Pinheiros, em Minas.

O tema de Minas é Estado.

Dois Estados da Federação, muito orientados para o tema da configuração do Estado: Rio Grande do Sul - castilhistas, positivistas - e Minas Gerais - da indústria de Mascarenhas, em 1870. Em plena escravidão, estava lá o Mascarenhas, que saiu do latifúndio, criou uma indústria moderna e esteve na Inglaterra e nos Estados Unidos. Aliás, há uma bela tese sobre o assunto - "Fábrica e Convento" -, de uma colega nossa, Domingos Giroletti. Em Minas, isso está sempre presente e espero que ainda esteja.

O Sr. Adriano Silva - Bom dia a todos da Mesa. O Prof. Wanderley fez uma comparação entre Fernando Henrique e JK, e não concordo. Acho que JK foi um grande estrategista e que Fernando Henrique não é. JK tinha uma visão muito ampla do Brasil, muito inteligente. Fernando Henrique veio no contraponto. Acho que ele é inteligente, sim, como estrategista político, para se reeleger e outras coisas mais. Mas não cabe discutir isso aqui.

JK era ímpar, igual a ele, somente Getúlio Vargas, que também foi um grande estrategista político.

Será que ele não foi um empreendedor de sorte, já que tinha uma visão muito ampla do Brasil, de como integrá-lo e fazê-lo progredir?

Outros participantes disseram que JK deixou uma herança ruim para o Brasil: uma inflação alta e uma dívida externa grande. Do ponto de vista financeiro, será que JK não foi maléfico para o Brasil? Ele trouxe o progresso para integrar o País, mas deixou males de que até hoje não conseguimos nos livrar. Não será que teve sorte no que se propôs a fazer?

O Sr. Fábio Wanderley Reis - Você fez uma comparação entre Juscelino e Fernando Henrique Cardoso na qual Fernando Henrique é o perdedor. Destaquei o fato de que Juscelino teve condições de adquirir uma dimensão simbólica, independente do seu êxito como administrador, como estrategista, e que Fernando Henrique - apesar de êxitos inequívocos como administrador, possui problemas nesse sentido - sacrificou claramente a dimensão simbólica. É incerto avaliar a história desse ponto de vista. Não quero dizer que ele não seja um democrata convicto, que não tenha atuado democraticamente. Acho que atuou com certa abdicação de uma dimensão exemplar, que me parece importante do ponto de vista instrumental, pois viabiliza certos avanços, que, no caso de FHC, ficaram comprometidos, como as reformas. Acho que Juscelino não teve sorte no contexto em que teve de atuar, tanto que terminou sendo cassado.

Não concordo com o restante da avaliação. Há ambigüidades, como a herança do plano monetário e da inflação, que aliás já foi atenuada. Mas isso não é suficientemente importante, levando-se em conta a contribuição trazida por Juscelino no esforço bem-sucedido para mudar a face do País, como, efetivamente, o fez.

O Sr. Presidente - Pergunta de Magno Leão, dirigida à Profa. Lucília: "JK trouxe modernidade e desenvolvimento para o interior do País. Se a sua obra tivesse sofrido continuação, qual seria a nossa posição no 'ranking' do IDH e qual a nossa posição industrial?".

Pergunta de José Américo Avelino Barbosa, também dirigida à Profa. Lucília: "À época da posse de Juscelino, éramos militares comandados. Até hoje não temos uma resposta sobre o fator novembrada, que não queria empossar JK. Qual foi o motivo desse movimento?".

A Sra. Lucília Almeida Neves - A análise do índice de desenvolvimento humano - IDH - envolve, de certa maneira, um exercício de futurologia, uma vez que não se raciocina sobre o que não aconteceu. Agora, do ponto de vista político e histórico, o raciocínio deve ser feito levando-se em conta o que aconteceu. Sempre pensamos o seguinte: se tivesse feito tal escolha em determinado momento da minha vida, teria sido diferente? A ruptura que tivemos em 1964 desviou o rumo do País para uma direção que já se começara a tomar desde a década de 30 e que entendia a industrialização como sinônimo de modernização, mas com cunho extremamente distributivista, pelo menos como parte do projeto de desenvolvimento. Podemos pensar no desenvolvimento em duas linhas: no sentido apenas econômico e econômico e social. Com a ruptura de 1964, o desenvolvimentismo econômico e social passou a ter ênfase apenas econômica, o que levou à concentração de renda. Em longo prazo, o Brasil ficou entre os países com IDH mais baixo.

Se tivéssemos continuado no caminho que buscava associar o desenvolvimentismo econômico ao desenvolvimentismo social, com certeza estaríamos mais bem situados no "ranking" do desenvolvimento humano.

A Novembrada corresponde a uma série de tentativas de participação e de intervenção dos militares na vida política nacional ao longo da República brasileira. Basta lembrar que, no período de 1945 a 1964, houve vários episódios de militares interferindo no destino do País: um deles, para impedir a posse de Getúlio Vargas, quando reeleito; o movimento da Novembrada, tentando impedir a posse de Juscelino; outro, tentando impedir a posse do Vice-Presidente João Goulart, quando Jânio Quadros renunciou; e, por fim, a intervenção militar propriamente dita.

A Novembrada, portanto, faz parte desse ciclo de tentativas de intervenção dos militares na política nacional, quando os rumos apontados não interessavam a segmentos das Forças Armadas. O interessante desse movimento foi o fato de uma ala do Exército, que tinha como um dos líderes o Marechal Lott, ter impedido o golpe contra a posse de Juscelino.

Maquiavel trabalha com o conceito de "fortuna" e "in virtú". As circunstâncias do Governo de Juscelino, considerada a "fortuna", eram difíceis de ser administradas, mas ele teve o "in virtú". Soube administrá-las com certa sabedoria.

O Sr. Presidente - Perguntas de Cláudia, Antônio e Maria Teresa, alunos do UNI-BH, e de Bruno, da Newton Paiva, cada qual por sua vez, para a Sra. Vânia Maria Losada Moreira: "Qual era a verdadeira intenção do Marechal Lott, como militar, ao apoiar JK?"; "JK foi um político brilhante, desenvolveu o Brasil, mas, por outro lado, podemos considerá-lo um aventureiro de sorte?"; "Quais foram as consequências da industrialização e a quem foi dirigida?"; "Apesar do grande desenvolvimento, o endividamento externo criado pelo Governo JK não seria o responsável por hoje não termos como pagar a dívida e sermos obrigados a manter a dependência internacional?".

A Sra. Vânia Maria Losada Moreira - Juscelino, apesar de modernizador, não perdia o contato com o chão, com a terra, com o Brasil, tanto assim é, que dialogou com Euclides da Cunha, um dos maiores pensadores brasileiros.

É exatamente a verve modernizadora internacional o que mais admiro em JK. Quis dirigir a Operação Pan-americana, que era a reunião dos países latino-americanos para um diálogo em pé de igualdade com os Estados Unidos no contexto da Guerra Fria, mas não perdeu a ligação com os grandes intelectuais brasileiros.

A ficha de colaboradores de JK é de cair o queixo. Escolheu para assessorá-lo nada mais, nada menos, que Oscar Niemeyer, Lúcio Costa e outros políticos, intelectuais e economistas brilhantes.

Para responder à primeira pergunta, vale dizer que nos acostumamos a pensar nos militares de forma extremamente negativa por causa do golpe político militar de 1964 e dos 20 anos de autoritarismo. Precisamos, no entanto, saber que as Forças Armadas estavam bastante divididas no período democrático. Não dá para falar de uma ideologia única, tal como a de segurança nacional, que vigorou depois do golpe. Nas Forças Armadas, havia grande ativismo político, com setores conservadores e setores de esquerda. O Marechal Lott, por exemplo, fazia parte do chamado grupo nacionalista.

Carlos Lacerda resumiu bem a divisão das Forças Armadas. Num discurso interessantíssimo, disse que quem tivesse a chave dos tanques ao redor de Brasília teria a chave do Brasil.

JK tinha consciência dessa divisão. Sabia que, quando Getúlio Vargas foi deposto, um grupo das Forças Armadas havia dado apoio ao movimento. O povo da época também sabia que quem deu apoio a Juscelino para assumir o Governo, depois do golpe, era outra parte das Forças Armadas. Então, precisamos levar em conta o contexto de divisão política e ideológica que vigorava nas Forças Armadas e que acarretou até mesmo uma limpeza nas Forças Armadas, uma espécie de cassação, sendo vários Generais postos na reserva. Isso explica essa relação.

Quanto à segunda questão, não penso que Juscelino possa ser considerado um aventureiro ou apenas um homem de sorte. É difícil decidirmos sobre a parcela de sorte que dá impulso na vida das pessoas. Certamente, ele teve seus dias de muita sorte, como teve seus dias de pouca sorte, como quando enfrentou a cassação e quando do fim de sua vida pública - em grande solidão e sem o reconhecimento da Nação, pelo menos o reconhecimento oficial, pois, quando JK faleceu, eu era criança e morava em Brasília, uma cidade extremamente cercada em seus direitos sociais e políticos, e me lembro de que a cidade chorou, com muita dor, a morte de Juscelino, nada tendo feito os militares, que costumavam intervir até em festa de criança. Na verdade, Juscelino foi um político muito habilidoso. Concordo com algumas opiniões aqui emitidas, sobretudo com a do professor que o comparou a um peixe vivo - ele realmente contornava as situações.

Isso me leva a responder à pergunta sobre se o suposto endividamento que nos deixou não teria aumentado a nossa dependência internacional. Temos de contextualizar a época de cada um; não podemos ser responsáveis pelo que é feito antes ou depois de nós - temos uma profunda relação com o tempo em que vivemos. E é preciso perceber que, na década de 50, a discussão sobre a dependência externa era muito diferente da discussão que hoje se trava. Àquela época, quem se dedicou a estudar a questão da dependência foi o Instituto Superior de Estudos Brasileiros - ISEB -, além de alguns intelectuais de São Paulo, sobretudo um grupo de intelectuais vinculados ao Diretor da "Revista Brasileira", Caio Prado Júnior. E chegaram a conclusões muito diversas, não tendo JK se fiado no grupo do Caio, mas no do ISEB, para o qual a dependência externa era aquela que a economia brasileira tinha em relação aos mercados consumidores externos. Assim, a economia agrária exportadora brasileira produzia dependência externa. É claro que essa idéia evoluiu posteriormente, mas, nos anos JK, essa era a linha-mestra da reflexão do ISEB. Entendiam que, a partir do momento em que o País passasse por um processo de industrialização ancorado na sua demanda interna, a dependência externa seria superada. Mas a esquerda, sobretudo esse grupo ligado à "Revista Brasileira", desdobrou muito essa questão e começou a perceber que era possível criarem-se outros laços de dependência externa a partir do processo industrial. Então, foram além: criticaram ainda mais o processo de dependência produzida a partir de uma economia industrial. Aí, sim, entra a questão, não só tecnológica - de se importar ou não -, mas também dos financiamentos.

De qualquer forma, não penso que Juscelino tenha querido aumentar a dependência. Muito ao contrário, o que queria era combater o processo de dependência, criando uma indústria nacional em um país desenvolvido - e, de certa forma, isso teve continuação. Creio que, historicamente, o Brasil se endividou muito porque queria lutar contra essa dependência. Parece-me que somente agora é que os políticos, sobretudo o Governo FHC, abrem mão dessa discussão sobre a dependência. Resumindo, o que penso é que, historicamente, há noções diversas de dependência e que Juscelino efetivamente lutou pela independência econômica do País, dentro de uma visão contemporânea, que acreditava que a industrialização seria o passaporte para a construção de um Brasil moderno, forte e independente.

Mesmo em termos políticos, ele lutou, na Operação Pan-americana, para criar um grupo de lideranças latino-americanas, para dialogar com os Estados Unidos durante o processo da Guerra Fria, também visando a nossa independência. Mas não resta dúvida de que, à medida que ficamos dependentes da tecnologia e dos capitais externos, criamos áreas vulneráveis. Porém, isso é histórico, vem de antes de JK e é algo que ainda temos de trabalhar no presente.

Para finalizar, a outra questão posta indaga "para quem é a industrialização?" É para o povo brasileiro. Talvez a maior dívida do Juscelino seja para com a população do campo, que era maioria, por não ter feito a reforma agrária, por não ter estendido os direitos sociais e trabalhistas ao campo. Essa é a grande dívida social de Juscelino. É certo que ele procurou combater esses problemas, por meio de seu plano de metas, por meio do desenvolvimento, mas essas medidas não foram suficientes. Depois dos anos JK e no decorrer dos anos 60, ficou muito claro que, para recuperar as condições de vida da população rural brasileira, seriam necessárias intervenções diretas no "status quo" rural e uma efetiva distribuição de terras, além do apoio para as áreas de saúde, educação etc.

Mas a industrialização que ele promoveu foi para o conjunto do País, não tenho a menor dúvida.

O Sr. Presidente - Temos duas perguntas direcionadas ao Prof. Werneck Viana. A primeira é de Décio Nazareth, do SETOP: "JK contornou a burocracia oficial através de grupos executivos, como o GEIPOT para os transportes. Fernando Henrique Cardoso, atualmente, criou as agências, como a ANT e a ANTAC. O modelo é o mesmo?". A outra questão é de Maria Elizabete: "Qual a saída para o País após o desmonte do Estado realizado pelos grupos neoliberais?".

O Sr. Luiz Jorge Werneck Viana - Vou responder brevemente porque tenho de me dirigir agora para o aeroporto. Em primeiro lugar, quero elogiar a iniciativa da Assembléia e dizer da minha satisfação por estar presente. Entre os grupos executivos e as agências, há aparências, digamos, de contorno formal, mas são bastante diversas. Com os grupos executivos de toda natureza, GEIQUIN, GEIPOT, GEICIMA, GEA, o que se pretendeu foi criar uma comunicação corporativa entre o Governo, através da sua tecnocracia, e empresários, numa associação entre público e privado, visando abrir fronteiras industriais para o País. Em geral, essa estratégia foi muito bem-sucedida. Havia mobilização de várias agências governamentais de política tributária. Para quem quiser estudar melhor essa questão, existe um belo livro do Celso Lafer, a sua tese de doutorado, reeditada agora, de cujo título não me lembro, mas o Fábio Wanderley deve se lembrar.

Quanto a essas agências, agora é um outro momento. Não se trata mais de implantar a atividade, mas de regulá-la. Está até prevista, na legislação que criou essas agências, a possibilidade de a sociedade ter mais presença. O que se pode dizer, num diagnóstico atual, é que, infelizmente, a presença da sociedade tem sido muito menosprezada. Mas não é o destino institucional dessas agências. Dependendo da postura do Poder Legislativo, podem se tornar um extraordinário instrumento de participação da sociedade na condução dos destinos da coisa pública. Depende muito do Poder Legislativo e da pressão da sociedade civil, especialmente da sua parte organizada.

Sobre o desmonte do Estado, sobre o que foi desconstruído, cabe reconstruir, mas não nas bases que nos vêm dos anos 30, o mundo é outro. Mas, certamente, é só participar, como todos participamos, pelo menos passivamente, desse processo eleitoral para ver a importância do Estado em todos os programas. Criar 8,5 milhões de emprego, fazer isso, fazer aquilo, tudo é política governamental, é reconstrução do Estado. Uma sociedade como a nossa é filha da política, filha do Estado. Não viemos da Virgínia, do mundo de um determinado tipo de interesse, de homens associados livremente. Somos filhos de outra experiência. Mas não é uma experiência catastrófica, somos filhos de uma boa experiência. O Brasil é um país extraordinário e com problemas. Grande parte deles está diante de nós, para a nossa intervenção agora, depois que saímos desses 70 anos de muito zigzag: o primeiro Estado Novo de Getúlio, o segundo Estado Novo da ditadura, o primeiro e legítimo Juscelino, o bastardo Juscelino da ditadura, o nacional-desenvolvimentismo; e depois essa freada de arrumação que se deu no País, querendo que cada macaco fique no seu galho. Fernando Henrique quer o Governo de botar os macacos nos seus galhos, ajustar, ordenar o País.

Juscelino foi quem mexeu na árvore: fez com que cada macaco fosse para o galho que pudesse ir. Criar oportunidades é isso, é abrir caminhos pelo emprego, pela iniciativa, pela indústria, pelos serviços, etc. Essas são as maneiras de o brasileiro realizar-se.

Precisamos voltar a essa situação, e é claro que ela não nos será devolvida em estado natural. Isso tem que ser metabolizado, processado de forma diversa, e este encontro tenta, de certa forma, fazer isso. A universidade, os políticos, a militância dos partidos, os cidadãos devem começar a abrir-se para essa questão: como recuperar os nossos anos dourados?

Agradeço a oportunidade de ter participado. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Temos duas últimas perguntas, sendo que a primeira dirige-se ao Prof. Fábio Wanderley Reis: "JK procurou desenvolver o

País. Apresentava boas intenções em relação à distribuição de renda. Atualmente vivemos um período conturbado, com poucos investimentos na área social. Favor comentar."

O Sr. Fábio Wanderley Reis - O que dizer a respeito do problema social brasileiro?

Lembro-me de ter lido, em 2002, uma reprodução feita pelo "Estado de São Paulo" de um editorial do jornal do dia 1º/1/1901. O que havia de interessante, principalmente, era o fato de se deixar clara a percepção dos editorialistas sobre o País, especificamente com respeito a um aspecto que é crucial, do ponto de vista da nossa herança social. O editorial é, clara e candidamente, eurocêntrico e racista.

Para a perspectiva daquela época, o fato de haver massas de populações escravas recém-libertas era uma espécie de acidente que não tinha nada a ver com a identidade nacional. Foi conveniente o uso da mão-de-obra escrava, mas essa havia virado uma espécie de problema. O País, propriamente, não incluía aquela gente que sobrara da escravidão.

Nesse editorial, era nítido que a dualidade do País não importava. O País que contava era "o país dos 30%", para usar uma linguagem que a revista "Veja" costuma usar. E é aí que está a parte crucial do nosso problema político-institucional: apesar de o processo sócio-econômico ser excluyente - como eu falei, crescemos extraordinariamente, no entanto incorporamos muito pouco, uma parte minoritária da população -, o processo democrático, por definição, é incluyente. E temos que repetir: apenas 10 milhões de contribuintes devem pagar Imposto de Renda, depois de um esforço enorme de arrecadação, mas existem 115 milhões de eleitores. E olhem que, quando chega o momento eleitoral, o País muda de mãos.

Do ponto de vista social e econômico, apesar de todos os fatos relevantes acontecerem na Bélgica, da antiga Belíndia do Edmar Bacha, no momento eleitoral quem decide é a Índia, o que, evidentemente, só pode ser fruto de problemas. Então, parte crucial das turbulências da instabilidade que temos vivido tem a ver, certamente, com isso.

Seguramente, não vamos resolver o problema da nossa atualidade numa perspectiva de curto prazo. Essa é uma tarefa em longo prazo, e acho que depende, de maneira decisiva, de que incorporemos a idéia de que a nossa identidade nacional não é verdadeira, à medida que continuamos sendo orientados para um certo ideal de brancura, um certo eurocentrismo, que, claramente, não corresponde à realidade do País. Obrigado.

O Sr. Presidente - A última pergunta é do Antônio, da Uni-BH, à Profa. Lucília Almeida Neves: "JK não se descuidou dos aspectos sociais: foram construídas 137 novas escolas e instalados 129 postos de saúde em diferentes regiões do Estado. O que difere JK do atual quadro de políticas hoje?"

A Sra. Lucília Almeida Neves - Com esses dados que apresentou, imagino que você esteja se referindo à época do Governo Estadual, mas podemos pensar Juscelino num conjunto composto por fases diferentes: Juscelino Prefeito, Juscelino Governador, Juscelino Presidente da República.

O que respondi na pergunta anterior é que o projeto desenvolvimentista de Juscelino era econômico, mais marcadamente social. A ênfase era no lado econômico, mas havia uma noção de distributivismo, herdada ou não de Getúlio Vargas, que fazia parte de uma concepção de nacionalidade e do que eram políticas públicas naquele momento da história brasileira, naquelas conjunturas que não são iguais, que vêm da década de 30 e que vão se sucedendo e se transformando, acoplando a herança de um momento anterior e se reformulando, porque a história é um processo em movimento.

Então, na verdade, mesmo que tivesse havido êxus sociais efetivos e reais no período de Juscelino, êxus sociais que acabaram se desdobrando em reivindicações muito contundentes no período posterior, no Governo João Goulart, já que Jânio governou apenas por sete meses - aliás, nem governou, fez apenas uma grande cena política -, é inevitável identificar que esse período de desenvolvimentismo tinha uma marca, que a Vânia ressaltou muito contundentemente, que era uma marca nacionalista, mas de um nacionalismo do seu tempo. E essa marca nacionalista se cruzava com algumas questões e algumas palavras que eram muito repetidas naquele momento: industrializar, superar subdesenvolvimento, renovar o País.

No fundo, se formos relacionar as inúmeras palavras que faziam parte da linguagem política daquele tempo, percebe-se a inclusão de uma preocupação com a questão social. De uma forma ou de outra, essa questão foi atendida através de projetos específicos para a educação, saúde, etc. Mas o grande projeto era o da industrialização, interiorização, construção de rede viária e de indústria de base. A partir daí é que pensaram em ganhos e programas sociais. Acho que, no Brasil de hoje, por incrível que pareça, temos muito Estado de um lado e pouco Estado de outro. O discurso do Estado mínimo, que o Werneck traduziu como cada um no seu galho, acaba sendo também um discurso de Estado máximo, porque obriga cada um a estar no seu galho, não impulsiona movimentos ou não absorve movimentos divergentes, naturais em um processo democrático. A divergência e o senso fazem parte da democracia, ou seja, um Estado mínimo, não absorve ou não dá ênfase necessária às políticas sociais. Se analisarmos os oito anos de mandato do Governo Fernando Henrique Cardoso como um todo, poderemos destacar os seguintes programas: "Comunidade Solidária", alguns programas na área educacional e alguns na área de saúde. No conjunto, a questão social não é tratada como uma obrigação pública.

Traduzindo o conceito de "res publica", o governo para o público e do público, sinto e avalio que o Governo atual é muito pouco voltado à causa pública, entendida como causa social. Vi uma frase de uma professora de História, Maria Helena Capelato, que dizia que o grande diferencial do Governo Vargas é que ele foi o primeiro Presidente da República a considerar a questão social. Em todos os matizes e problemas que há nessa consideração, era um período de ditadura do Estado Novo. Na verdade, da década de 30 até o ano de 1964, houve uma preocupação com a questão social, que foi se reduzindo e adquirindo características diferentes e diminutas. De 1964 até hoje, considerando as diferentes conjunturas, acho que a questão social foi colocada em segundo plano na vida política brasileira. Acho que falta, tanto do ponto de vista simbólico, Fábio Wanderley, quanto do ponto de vista real, um projeto para a Nação entendendo-a como sua população, como povo em movimento, com milhões de habitantes que a formam. Falta governar para dentro do País.

Sem desconsiderar que vivemos em um mundo marcado por relações internacionais, que são inevitáveis, acho que governamos mais para fora. O Governo Federal é mais para fora do que para dentro do País. E esse Governo fica nervoso quando o mercado fica nervoso, um ente abstrato que fica nervoso, histérico, extremamente atacado. Quem sabe um dia o povo também fique nervoso, triste, abafado. Quem sabe um dia pensaremos menos no mercado e mais na realidade concreta, que é a realidade do povo brasileiro. Muito obrigada.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência agradece os convidados pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, bem como para a reunião extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

Presidência dos Deputados Aílton Vilela e Amílcar Martins

Sumário: Composição da Mesa - Destinação da interrupção dos trabalhos ordinários - Palavras do Sr. Presidente - Palavras da Sra. Vera Alice Cardoso Silva - Palavras do Sr. Dércio Garcia Munhoz - Palavras da Sra. Eneida Maria de Souza - Esclarecimentos sobre os debates - Debates.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente (Deputado Aílton Vilela) - A Presidência convida a tomar assento à mesa o Exmo. Sr. Dércio Garcia Munhoz, economista e ex-Presidente do Conselho Federal de Economia; e as Exmas. Sras. Vera Alice Cardoso Silva, Professora do Departamento de Ciência Política da UFMG, e Eneida Maria de Souza, Professora Titular da UFMG.

Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O Sr. Presidente - Destina-se esta parte da reunião ao prosseguimento do Ciclo de Debates Os Anos JK, sendo o tema desta tarde "O Legado JK: Economia, Cultura e Sociedade".

Palavras do Sr. Presidente

Sinto grande satisfação em presidir esta etapa da discussão sobre JK. É um prazer retomar contato com o debate acadêmico, do qual me afastei alguns anos por força de atividades políticas. É um prazer receber amigos, colegas, professores da UFMG, estudantes e interessados na retomada dessa discussão tão importante para a compreensão do passado e do futuro.

Palavras da Sra. Vera Alice Cardoso Silva

Agradeço a honra do convite que me foi feito pela comissão organizadora destas celebrações do centenário de nascimento do Presidente Juscelino Kubitschek, particularmente ao Deputado Amílcar Martins, a quem, independentemente das nossas relações de amizade, prezo muito e admiro. Estamos reunidos por sua iniciativa, porque é o autor do requerimento que deu origem a esta semana de comemorações especiais em honra de Juscelino Kubitschek.

O nosso tema é o legado de Juscelino Kubitschek. Iniciarei refletindo um pouco sobre a noção de legado, aquilo que é deixado para os que vêm depois de nós. No caso de Juscelino, a noção de legado tem de ser muito bem detalhada e esclarecida. Independentemente do ator político que foi, representa uma época da história brasileira, é referência para se falar de uma era, de uma época inteira da história do nosso País: é a Era JK. É, mais do que uma figura, um político a ser lembrado e analisado a partir das ações e decisões que tomou. Representa um momento da história brasileira.

Para falar sobre o seu legado, temos de fazer uma separação entre o Juscelino figura, político, e o contexto em que atuou, no qual interveio de formas diversas e que perdurou, não só depois que foi forçado a abandonar a vida política, mas também após sua morte, como resultado de um processo histórico de que participou durante certo tempo.

Tentarei pensar o legado de Juscelino associando essas duas dimensões. A noção de legado de uma pessoa deve levar em conta o que ela foi, o modo como encarou os desafios, a sua missão histórica. Juscelino tinha uma noção de política e uma concepção de ação política muito claras.

O contexto histórico em que atuou era uma fase de transição daquilo que poderíamos chamar de Brasil arcaico para Brasil moderno, de Brasil antigo para moderno. E Juscelino, ao se tornar personagem da história brasileira nesse contexto, criou uma visão de política. E o seu modo de fazer política e de atuar como político profissional que foi tem a ver com o seu legado. Então, gostaria de tratar essa história do legado associando Juscelino à visão de política que desenvolveu.

Em primeiro lugar, ao desenvolver essa análise, lembro que o próprio Juscelino, quando fez uma retrospectiva e uma auto-análise do seu legado, no que se refere à história política e ao rumo do Brasil moderno, reconhecia que a sua atuação como Presidente da República havia criado uma série de desequilíbrios e problemas; sabia da natureza complexa, da gravidade dos problemas que o seu Governo havia, algumas vezes, criado e, algumas vezes, aprofundado.

Ao se dispor a continuar a sua trajetória política como Presidente que se recandidataria ao cargo em 1965, Juscelino falava não só para os seus colegas políticos do PSB, como também para o Brasil inteiro, que o grande desafio a ser enfrentado era o da modernização da agricultura do Brasil, com tudo que, em sua visão, conseguiu identificar como problemático nas relações de trabalho, na natureza da propriedade, no campo, no atraso do desenvolvimento agrícola brasileiro. Tanto isso era verdade, que colocava, como meta do Programa JK 65, uma série de linhas de ação, todas elas dirigidas para a agricultura. O Plano JK 65 tinha mais de 90 metas.

Reconhecia também que o próprio processo de modernização, que induzira o crescimento acelerado das cidades, havia gerado problemas urbanos sérios, como as favelas, as populações marginais, a carência de serviços públicos urbanos, entre outros, e reconhecia ainda que cabia ao Governo desenvolver políticas para compensar essas situações de desigualdade e desequilíbrio criadas pela intensificação da modernização, da industrialização, da urbanização.

Quero acentuar que o próprio Juscelino, quando se dispôs novamente a ser candidato à Presidência da República, com o apoio do seu partido, o PSB, sabia que havia cumprido uma etapa no desenvolvimento do Brasil, mas que o próprio cumprir dessa etapa havia criado uma série de outros problemas, que deveriam ser enfrentados pelo Governo. Portanto, a própria personagem sabia perfeitamente que o que havia feito e legado para o Brasil era uma mistura de coisas muito boas, de avanços significativos, com muitos efeitos adversos ocorridos durante o caminho.

Como ele pensava dar andamento a uma ação governativa para superar essas dificuldades, desigualdades e desequilíbrios? Pensava na mesma linha de ação política que tinha usado no Governo de Minas, como Governador, e no Governo do Brasil, entre 1956 e 1961, que englobava uma série de noções sobre política que, a meu ver, olhando para o que foi a ação política de Juscelino Kubitschek e o modo de funcionamento da política no Brasil, é o seu legado principal. Ao destacar um legado de Juscelino, quero falar sobre a noção que ele tinha sobre política, sobre o papel do Estado e o do Governo, principalmente o do Poder Executivo, e considerar que essa visão que Juscelino tinha da política é o seu principal legado, aquele que ainda hoje faz sentido recuperar, que ainda hoje pode nos inspirar, pode ajudar os políticos e os cidadãos brasileiros a olhar de maneira mais otimista e criativa as formas de superar os problemas de desigualdades e de desequilíbrios que marcam o desenvolvimento brasileiro, tão fortemente induzido pelas políticas do Governo Juscelino Kubitschek, por intermédio de seu plano de metas.

Gostaria de falar sobre essa noção de política. Juscelino era um homem muito prático, mas, ao mesmo tempo, era conservador. Se ele era inovador nas propostas de ação para o desenvolvimento do Estado de Minas, do Brasil e da cidade de Belo Horizonte, que também governou, era bastante conservador na política. Isso significava que ele não queria vir a ser um elemento de discórdia, não queria atuar no plano político-partidário como um semeador de discórdia, um polarizador de opiniões; ao contrário, ele achava que os esforços dos partidos e dos políticos deveriam convergir para criar a estabilidade das instituições e das relações sociais. Por esse prisma, nessa perspectiva, Juscelino era sempre muito conciliador, não gostava de acirrar ânimos, mas de negociar acordos, apoios e a tramitação de políticas polêmicas, como foi claramente o caso do projeto para a transferência da Capital para o centro do País. Mas, ao mesmo tempo, estava convencido de que o desenvolvimento do País jamais poderia ser o resultado natural e espontâneo da atuação dos partidos e da política partidária do Brasil, tal como era o Brasil na década de 50. Ele achava que na estrutura partidária, na forma de atuação dos políticos do Brasil e no próprio modo de a política se organizar no plano dos municípios e dos Estados, o que estava presente ainda era um forte espírito de estadualismo e regionalismo, que dificilmente, de maneira espontânea e natural, convergiria para um projeto nacional. Aos olhos de Juscelino, esse projeto nacional deveria passar por um outro caminho, que ele experimentou no Governo de Minas e colocou em prática de maneira completamente sistemática no Governo do País, que foi a instituição daquilo que hoje poderíamos chamar de um governo paralelo, um governo feito por comissões especiais, por órgãos vinculados ao Poder Executivo com a finalidade específica de planejar a alocação de recursos, as políticas a serem aplicadas nos diversos setores, definidos como prioritários pelo plano de metas.

Para esses cargos da administração paralela, chamava pessoas da burocracia do Estado que já estavam lá e tinham competência técnica, bem como outras pessoas da sociedade, dos negócios, das universidades, para atuarem como assessores ou como responsáveis diretos por políticas e planejamentos. Com isso, criava uma dinâmica para tomada de decisões e para implementação de planos, que era muito mais ágil que aquela que passava pela política formal dos partidos, pela política partidária convencional. Assim, ele imaginava a política, e imaginava a Presidência da República como uma instância de direção. Juscelino não era um estatista. Em nenhum momento, achou que a solução boa para o Brasil fosse estatizar as diversas atividades e empresas. Não obstante, era defensor de um tipo de instituição, a empresa de economia mista, que vinculava recursos do Governo a recursos provenientes do setor privado. Para ele, tanto fazia se o setor privado fosse nacional ou estrangeiro. Ele não era um nacionalista exacerbado, um intransigente defensor do capital nacional, do cerceamento da entrada de capital estrangeiro no Brasil. Não o era, pois tinha uma mentalidade muito pragmática, sabia que o Brasil não tinha o dinheiro necessário para promover o desenvolvimento, sabia que não havia aqui a tecnologia necessária, que isso tinha de ser trazido de fora. Não era um estatista, mas um intervencionista, pois achava que o Estado tinha de intervir e dar direção. Era um planejador, encarava a ação política do Governo, o Poder Executivo, como uma instância de planejamento, sistemática, deliberada, que tinha de intervir para dirigir um investimento, para criar as condições propícias. Mas, nesse sentido, estava seguindo um pouco a lição de Getúlio Vargas no seu último Governo. Esse modelo já havia se iniciado com Getúlio Vargas. Juscelino aperfeiçoou-o, expandiu-o, refinou-o. Precisou ser corajoso para assumir a responsabilidade por políticas públicas muito polêmicas, como na época que teve de dizer ao FMI que não adotaria um plano de estabilização monetária, porque o Brasil precisava de certa taxa de inflação para desenvolver. Ele deixou claro para os empresários brasileiros e para o mundo em geral que tinha uma clareza muito grande sobre as dificuldades do desenvolvimento brasileiro e o papel de promoção desse desenvolvimento, o qual cabia ao Presidente da República. Ele fez isso e, de maneira muito elegante, disse ao Fundo Monetário: "não faremos nada que impeça ou diminua as condições do desenvolvimento brasileiro no estágio em que ele está". Ele assumiu essa responsabilidade e disse para os que viessem depois dele que realmente tinha deixado um País com um índice de inflação problemático, mas que o que tinha feito pelo Brasil valia esse preço, que poderiam colocar como prioridade a estabilidade da moeda, mas que isso deveria ser colocado em contraponto e, necessariamente, olhando o objetivo maior, ou seja, o desenvolvimento nacional. Ao mesmo tempo, achava que, como Presidente, teria de se colocar acima de tensões e conflitos da sociedade brasileira que se exprimissem no plano do Legislativo para ser também um mediador de conflitos.

Sob esse prisma, queria ficar um pouco fora da política partidária. Não queria que convergissem para o Legislativo as grandes tensões e os conflitos das desigualdades da sociedade brasileira. Achava que o Presidente da República deveria ser aquela figura capaz de pacificar, unir, criar as convergências.

Podemos dizer que quando JK saiu da Presidência da República o legado político desaparece, porque os Presidentes que vieram depois, Jânio Quadros e João Goulart, não deram conta de manter a estrutura do planejamento e da transferência na condução do processo de desenvolvimento brasileiro que não acirrasse os ânimos. Ambos contribuíram de maneira extremamente dramática para a polarização.

O Governo Militar recupera a capacidade de planejamento e cria imagem da política como planejamento, administração, gestão de negócios, mas à custa da emasculação da política brasileira. Acaba a política, a vida partidária nacional. Sob esse prisma, os Presidentes que vieram depois perdem a herança política de JK. Os Presidentes militares recuperam a herança do planejamento, exacerbam a dimensão planejadora do Estado, do intervencionismo, mas não recuperam a política.

A política, enquanto esfera de negociação, de "conservação" sobre os melhores caminhos do Brasil e solução dos conflitos, vem a ser recuperada recentemente.

A Constituição de 1988 é a maneira de criar as instituições e a combinação entre o Executivo e o Legislativo para recriar esse equilíbrio. Então, a herança política de Juscelino está sendo recuperada, mas precisa ser mais refinada no âmbito do Executivo e do Legislativo. Podemos falar que não está morta, de jeito nenhum. Quer a herança de planejamento, de intervenção na condução do desenvolvimento nacional. Provavelmente isso é cada vez mais necessário para diminuir os desequilíbrios e os efeitos perversos do desenvolvimento capitalista independente no Brasil. A herança política, a Constituição de 1988 recupera porque dá grande poder de ação para o Executivo, permite que realmente lidere em várias esferas de iniciativas orçamentárias e de políticas públicas, inclusive dá ao Governo Federal o direito de governar, em certa medida, por decreto, por medida provisória, mas dá também para o Legislativo a responsabilidade de ser lugar de negociação das diferenças e problemas da sociedade civil.

Está na hora de se aperfeiçoar esse legado, de se refletir sobre ele e de transformá-lo em instrumento real que auxilie na solução dos problemas brasileiros. Não sabemos o que o Brasil seria caso Juscelino tivesse sido Presidente em 1965 - devemos pensar sobre essa idéia do ponto de vista de seu legado. Teria continuado um modo de fazer política, de pensar os grandes desafios do desenvolvimento nacional. Penso que ainda é tempo, podemos olhar para trás e aprender com esse Presidente, grande homem, que teve como maior paixão de sua vida, mais do que a seresta de Minas Gerais, um Brasil moderno e grande na esfera internacional. Muito obrigada.

Palavras do Sr. Dércio Garcia Munhoz

Inicialmente, gostaria de agradecer o convite que recebi da Assembléia, por meio do Deputado Amílcar Martins. Congratulo-me com esta iniciativa da Assembléia, porque a vida e a obra de Juscelino não têm sido suficientemente divulgadas. Eventos como esse têm importância extraordinária. Não seria o caso de recuperar a memória de Juscelino, mas sim de lembrar ao País a importância de sua obra e quanto o Brasil deve à sabedoria política de Minas e dos mineiros que, no século XX, tiveram uma grande importância nos rumos que o País tomou.

Juscelino é uma peça chave nessa participação política de Minas e na contribuição dada à moldura da política do País. Para avaliar o período de Juscelino, temos de lembrar em que contexto ele assumiu o comando do País. Na primeira metade dos anos 50, a economia mundial crescia muito pouco. Se crescia muito pouco não oferecia muitas oportunidades de comércio. Os preços dos produtos agrícolas, primários em geral, que interessavam a países como o Brasil, estavam caindo ao longo do tempo.

As receitas caíam, e havia, no Brasil, uma despesa grande em dólares. Gastava-se muito com fretes internacionais, que cresciam muito, com rendas de capitais, com juros e lucros de empresas estrangeiras. Nessa época, a par da crise política que levou Getúlio ao suicídio, as pressões

políticas contra uma política nacionalista eram oferecidas possibilidades muito limitadas ao crescimento de um país. Os espaços na economia mundial eram estreitos.

No panorama internacional, havia uma prioridade. As Nações Unidas e os seus órgãos criados em 1947, como o FMI e o Banco Mundial, estavam preocupados apenas com a recuperação econômica da Europa e com a reindustrialização do mundo industrial. Isso era fundamental porque, sem o mercado para os americanos, como poderiam deixar de produzir tanques e aviões. Precisavam de mercado. Os mercados estavam devastados pela guerra, então todo trabalho era em prol do mundo rico, que se tentava reavivar.

Paralelamente a isso, havia ausência de mecanismos de financiamento internacional. Sabemos que, quando estamos numa economia aberta nas transações internacionais, os países, como as empresas, muitas vezes, precisam de financiamento. No entanto, no mundo de pós-guerra, não havia financiamento internacional. O Banco Mundial, embora tenha sido criado com essa finalidade, só financiava a reconstrução européia. Apesar de o FMI ter surgido para financiar o desequilíbrio da balança de pagamentos, só financiava se o País se submetesse a suas regras, ou seja, se aceitasse uma orientação de política econômica externa. Então, vemos que era realmente muito difícil fazer uma opção.

Quando Juscelino assumiu tinha dois caminhos. Um, era a estagnação, dado ao estrangulamento externo. Não se conseguia obter dólares nas vendas internacionais, porque os preços caíam, e os mercados eram pequenos, com pequeno desenvolvimento. Então, se não conseguia os dólares, não conseguia avançar. Era a estagnação. A outra opção era a substituição de importações. Isso significava passar a produzir internamente bens industriais antes importados.

Na verdade, essa substituição de importações era quase que um caminho único, porque significava implantar setores industriais novos, que, historicamente, sempre são implantados nunca com máquinas velhas, mas com máquinas mais modernas e de tecnologia mais recente. Isso traria a modernização ainda que, no caso brasileiro, quanto à indústria automobilística, tenhamos recebido muitos equipamentos de segunda geração. Mas a substituição de importações é modernizante, especialmente num país como o Brasil, que, no pós-guerra, tinha uma base fundamentalmente agrícola.

Três quartos da população estavam na agricultura. A maior parte das receitas de exportação, 80%, era de produtos agrícolas. A industrialização significava o quê? Balanço e opção por um caminho de modernidade. Juscelino fez opção histórica, sábia, o programa de metas. Trazia, já em princípio, pela industrialização, a recusa a uma política do FMI, paralisante. O FMI nunca propôs a nenhum País política de modernização, de crescimento, melhoria do bem-estar, autonomia de decisões. É política que coloca contra a parede porque deseja que tenha equilíbrio perfeito interno e externo, coisa que não se conhece no Primeiro Mundo, mas se exige do Terceiro. Podemos dizer que essa visão de Juscelino é histórica, de estadista, o que o diferencia de outros Presidentes que passaram. Talvez tenhamos tido, e tivemos de fato, a visão de Getúlio Vargas, primeiro nos anos 30, ainda a despeito da questão política, implantando a siderúrgica nacional, por exemplo. Depois dos americanos se recusarem a implantar siderúrgica particular no Brasil, Getúlio fez Volta Redonda, a Vale do Rio Doce. Juscelino teve essa visão histórica e partiu para o programa de metas. Poderíamos dizer que o programa era ambicioso mas, muito antes de ser ambicioso, era abrangente de um crescimento até equilibrado do País.

A expansão industrial traria a modernização e empregos na cidade de qualificação e com salários maiores. Era a construção de um mercado urbano. Os instrumentos da expansão industrial foram, primeiro, o câmbio, em que se adotou um sistema cambial com o qual o Fundo jamais concordou. Para certos produtos de importação que não se produziam internamente, o dólar era barato. Para os que se pretendia substituir internamente mais lentamente era um dólar de preço médio. Alguns que se podiam substituir de imediato, era o dólar bem caro. O custo de um produto importado era diferenciado por um sistema de preços de câmbio e de leilões. Era a clássica reserva de mercado, aquilo que encontramos na história econômica dos Estados Unidos, do Japão, da Alemanha, da França, da Inglaterra. Proteção do mercado, sem o que não se faz nada. Com esses instrumentos cambial e tarifário, que Juscelino reconstruiu, o sistema de políticas tarifárias em 1957, porque é mais fácil colocar tarifa sobre certos produtos porque posso discriminar o produto. É o imposto de importação. A partir da política de industrialização, tivemos uma política de expansão agrícola. Não tivemos a reforma agrária porque naquela época, salvo engano, a política de Juscelino foi, pela primeira vez, estabelecer mecanismo de financiamento agrícola, destruído recentemente, em 1985. Quando tínhamos mecanismo de proteção industrial, em que, vendendo o dólar a preços variados, se obtinha renda que se chamava fundo de ágios, para onde o Governo destinava essa renda? Parte para financiar a agricultura, um fundo de financiamento agrícola; outra para financiar a construção de estradas e outra para subsidiar exportações num momento difícil de vender produtos no exterior, porque os produtos eram gravosos, ou seja, não se conseguia entrar no mercado se não se desse tratamento favorecido ao exportador. Tivemos política de expansão agrícola com os financiamentos através do fundo de ágios, no Banco do Brasil, que daria surgimento a fundos de financiamento agrícola. Acho que a carteira agrícola era um pouco antes, quando havia recursos.

O terceiro, foi a expansão de estrutura. Tivemos, na área de transportes, paralelamente à indústria automobilística, o programa de construção e pavimentação de estradas e a indústria naval. Portanto, a produção de veículos, a construção de estradas, financiados por um fundo de ágios advindo da proteção agrícola. Era um programa bem integrado econômica e financeiramente. Paralelamente a essa estrutura, tínhamos os programas de expansão energética e finalmente, a integração territorial como uma das políticas de Juscelino, fundamental para a ampliação do mercado e para a unidade política do País. A Federação formava-se ou reformava-se a partir daquele momento. Isso se conseguia através da construção de Brasília, muito criticada, especialmente pelos que dela mais se beneficiaram, quais sejam as indústrias de São Paulo. Houve construções de estradas e criação de órgãos como a SUDENE. A integração territorial fazia parte da ampliação do mercado, ao passo que se dava uma sustentação ao setor de importações. Tivemos, com Juscelino, um programa revolucionário para seu tempo, apesar das críticas de que foi alvo. Eu, naquela ocasião, havendo ingressado no Banco do Brasil, lembro-me da chuva de críticas que recebíamos, pois não havia compreensão dos problemas do País. Juscelino provocou déficits no balanço de pagamentos, devido a uma política cambial, ou seja, preço do dólar que subsidiava importações. Como o dólar era muito barato, gastava-se muito combustível e comia-se muito pão. Essa era a essência do problema do balanço de pagamentos. Também se dizia que Juscelino havia provocado inflação no País; porém, quanto ao problema cambial, não havia subsídios, porque existia o chamado câmbio de custo. Pagava-se mais barato por US\$1,00 para importar combustíveis, petróleo, fundamental ao transporte urbano e de mercadorias; trigo, fundamental à alimentação; fertilizantes para a agricultura; papel de imprensa, contrária a Juscelino, para o qual se tinha um esquema de cobrança menor para demonstrar a existência de liberdade de imprensa. Caso apenas as pessoas de alta renda tivessem acesso aos jornais, diriam ser algo antidemocrático. Também eram favorecidas as importações de equipamentos para investimentos de interesse nacional. Esses setores privilegiados pagavam mais barato. Falava-se que os problemas do País se deviam a esses subsídios, mas isso não era verdadeiro. No início da década de 60, eram Cr\$100,00 por US\$1,00, e esse dólar se chamava câmbio de custo, ou seja, o preço médio que o Banco do Brasil pagava quando comprava dólar dos exportadores. Se era o preço médio pago pelo Banco do Brasil, é claro que não estava sendo subsidiado; porém, não estava sendo vendido com ágio, essa era a questão. Quanto à política cambial, a crítica era mal colocada, esquecendo-se de que tínhamos um grande aumento na importação de combustíveis porque eram muito mais quilômetros de estrada e a indústria de material de transportes tinha grande aumento de produção, havendo, no período de Juscelino, aumentado em 300% a produção de veículos, ou seja, a produção se multiplicou por quatro. Havendo mais veículos e mais estradas, tinha de se consumir mais combustível. As dificuldades da balança de pagamento estavam ligadas à questão de preço.

Dependíamos de produtos agrícolas porque 50% da receita brasileira era proveniente do café, e foi caindo a partir de 1953. A exportação caiu de US\$1.800.000.000,00 por ano para US\$1.200.000.000,00. Ou seja, perdeu-se 1/3 das receitas em dólares. É claro que teríamos dificuldade na balança de pagamento nessa situação. Se tivéssemos financiamento internacional, teríamos superado isso. Mas em vez de financiamento internacional, vieram as pressões do Fundo para que se desmontasse a política desenvolvimentista, para que se equilibrassem as contas externas, os preços. Juscelino não concordou e rompeu com o Fundo. Trocou o Ministro da Fazenda, que apoiava o Fundo, e falou que o País era muito mais importante do que o Fundo e mais importante do que um Ministro que tem visão monetarista e concorde que renunciemos ao projeto de construir um país diferente. Havia também muitas críticas por causa da inflação, mas havia um problema que não se podia desconhecer, que era a subdivisão de importações, um programa em que, por exemplo, se deixam de importar motores baratos do Japão para produzir internamente. Mas só posso produzir motores para competir com os japoneses se tiver proteção, caso contrário os outros países que

têm tecnologia colocam os motores aqui a preço de banana. Um programa de subdivisão de importação faz a produção interna, mas a um custo pouco maior do que o produto importado, necessariamente. Quanto, hoje, os americanos pagam por tonelada de suco de laranja brasileiro? Pagam, de impostos, US\$450,00, e mais algumas taxas adicionais, para que a produção de suco de laranja da Flórida não desapareça. Mas US\$450,00 é uma loucura em termos de preço, e ninguém está reclamando. Ninguém está dizendo que o suco de laranja poderia ser de graça nos Estados Unidos se se permitisse o produto brasileiro, mas não se permite. Políticas protecionistas fazem parte de qualquer política econômica. E o caso da inflação? Tínhamos que ter inflação. Se estou implantando indústria para produzir na área de comunicações, veículos ou indústria naval, é claro que estou produzindo a custos maiores. Se não estivesse produzindo a custos maiores, estaria num nível de competição com as grandes economias mundiais. O que não é o caso. Estava tentando possuir uma base industrial. Então, depois dessas críticas todas, Juscelino entrega o governo em 1961. Os seus críticos assumem o poder. Jânio Quadros, com grande apoio, varrendo com votos, consegue se eleger, e aí vêm os sucessores. O que ocorre no País depois que sai Juscelino? O desastre cambial. Assim que assumiram, disseram que não poderiam manter o câmbio favorecido para as importações essenciais. E, num célebre dia, Jânio Quadros apareceu na televisão mostrando o "Estado de S. Paulo", jornal que aos domingos tinha muitos anúncios. E dizíamos, brincando, que precisava de toda a família para carregar. Jânio falou do desperdício proporcionado a partir do dólar barato, do dólar de custo para o papel de imprensa. Mas acabaram com o dólar de custo para todos os itens. De repente, no dia 13/3/61, por instrução da antiga SUMOC, que depois viria a ser o Banco Central, passaram de Cr\$100,00 para Cr\$200,00 o preço do dólar para importar combustível, trigo, papel de imprensa, fertilizante, máquinas para investimentos essenciais, etc. O que ocorreu com um país em que se pegam itens essenciais como esses e se dobra de preço de um dia para o outro? Os importadores ficariam chorando a noite toda? Não! Estavam revendo as planilhas de custo e aumentando os preços no dia seguinte para sobreviverem como empresas. Esse desastre cambial provocou desastre inflacionário no País, que foi o problema de março, e depois, na crise política, quando Jânio renunciou e Jango conseguiu tomar posse, os preços se multiplicaram, e houve explosão inflacionária.

Outra questão foi o desastre econômico: com a inflação incontrolável, a economia do País parou. Portanto, houve a questão cambial, que desorganizou a economia, a grande inflação decorrente, a paralisação da economia e, na seqüência, o problema político.

Temos que reconhecer que com JK o Brasil deu um salto. Basta ver os indicadores do quadro comparativo que publiquei em texto da Assembléia. Entre 1955 e 1960, a área cultivada aumentou 20%; a população bovina, 16%; o petróleo, cerca de 1.300%, uma vez que a PETROBRÁS era recente; o cimento, 60%; o aço, 50%; a eletricidade, 35%; veículos, 300%; as estradas de ferro, 3%; as rodovias não pavimentadas, 25%; e as pavimentadas tiveram seus quilômetros multiplicados por quatro. Foi uma performance incrível, em cinco anos. Realmente, em cinco anos evoluíram-se 55. O salto em termos quantitativos foi enorme.

Quanto às estradas de ferro, Juscelino poderia ter feito uma obra como essa da Norte-Sul, mas não podemos culpá-lo, porque, depois de seu Governo, as estradas de ferro começaram a diminuir, até a serem erradicadas.

Se fizermos comparação com outras filosofias de Governo, veremos que Juscelino estabeleceu metas físicas e trabalhava para cumpri-las. Há muito perdemos essa capacidade de trabalhar com metas físicas, grande herança dele. Hoje, nossas metas são virtuais, monetárias. O objetivo é manter a inflação em determinada porcentagem, sem se preocupar com outras questões, como o emprego, etc.

Já com Juscelino havia outros objetivos, e daí veio seu sucesso: trabalhar dentro de um programa. Uma das causas de os Estados Unidos vencerem a guerra foi trabalharem dentro de um esquema chamado "perde tempo", que consiste em conseguir tudo no momento certo, para que o produto seja obtido no momento certo e na quantidade desejada.

No Brasil, JK trabalhou com esquemas de programação. No momento em que começamos a trabalhar com metas virtuais, vieram problemas como estagnação, desemprego, etc. Quando ouço críticas a Juscelino, faço determinadas comparações: o crescimento industrial antes dele foi 45% em cinco anos; no seu Governo, 61%; depois dele, 20%. Lembro que, nos anos que se seguiram, havia ainda o ano de 1961, que era parte de seu Governo. A economia como um todo, antes de Juscelino, cresceu 39%; com ele, 39%; depois dele, 24%. A dívida externa, área em que é tão criticado, antes dele, chegava perto de US\$1.000.000.000,00; com ele, diminuiu para R\$729.000.000,00; e depois dele chegou a mais de R\$1.000.000.000,00, ou seja, aumentou muito mais, graças à economia parada, ao desemprego e à queda de salários. A inflação, antes dele, foi de 120% em cinco anos; com ele, 170%; e, depois dele, 988%, em cinco anos.

Assim, vemos que não se pagou nenhum preço pelo Governo de Juscelino. Pagamos pelo desacerto da política pós-Juscelino.

Finalizando, gostaria de ler a parte final do texto que escrevi e que sintetiza meu pensamento sobre esse período: (- Lê:)

"Talvez não se possa prestar melhor homenagem a JK do que lembrar que a sua visão de futuro e o seu espírito de brasilidade deixaram marcas profundas de dedicação e amor ao País como derradeira herança aos brasileiros. As bases de uma indústria moderna, dinâmica e responsável pela criação de oportunidades de trabalho, de melhores salários, de esperanças revividas. A nova Capital, como marco cravado no coração do País, simbolizando a ousadia de um líder, a fé de um estadista e a confiança de um povo na capacidade de traçar os próprios destinos."

Penso que esse tenha sido o Juscelino que deu um balanço e um alento ao País. Devemos nos lembrar e divulgar esse grande exemplo para a geração atual e futura. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Palavras da Sra. Eneida Maria de Souza

Agradeço o convite para participar deste ciclo de debates. Apresentarei um trabalho que faz parte de um projeto que estamos desenvolvendo na UFMG sobre a época do Juscelino. Começamos com questão arquitetônica da Pampulha até sua Presidência. O nosso projeto chama-se Modernidades Tardias no Brasil. Falarei sobre a questão cultural, principalmente em Belo Horizonte, porque centralizamos a pesquisa na Capital.

A experiência da modernização de Belo Horizonte traz o germe de uma posição política ímpar no Brasil, quando Juscelino Kubitschek desejava transformar a cidade em uma metrópole que pudesse dialogar com as demais do Centro-Sul. Para tal intento, vale-se de uma estratégia que visava a ultrapassar o domínio nacional, por meio do endosso de uma política de valorização do regional pela visão de um olhar transnacional. Nas artes, na literatura e na cultura em geral, as realizações, nesse período, são exemplares.

A construção do conjunto arquitetônico da Pampulha, em área afastada do centro da cidade, revela a intenção de deslocar os espaços legitimados pelo poder estatal, ao dirigir-se para uma região ainda a ser explorada, de lazer, e a um lugar, provavelmente, do futuro.

Instaurava-se uma nova concepção de cidade, ao lado da já quarentona Belo Horizonte, acrescentando-lhe atributos capazes de tornar mais atraente o cotidiano do cidadão. A área de lazer representaria uma abertura não apenas para os novos espaços, como também para os novos tempos, criando-se assim um ambiente cosmopolita, com a realização dos "shows" no Cassino, com artistas de várias partes do Brasil e do mundo. A Pampulha representaria ainda, no imaginário belo-horizontino, com o Iate Clube e a lagoa, a ilusão do mar, ou seja, "uma metáfora a mais no mar a menos de Minas", tão bem sintetizada pelo poeta Affonso Ávila.

Juscelino deslocava espaços e condensava o tempo presente e o tempo futuro. Uma forma de embaralhar os centros hegemônicos do País e de acreditar também na ousadia da experiência local como uma saída para a sua visão internacionalista. A cidade mudava de aparência e ganhava ares cosmopolitas, com a verticalização arquitetônica causada pela construção dos prédios em "art déco", visivelmente marcados pela mescla da tradição com o moderno. A profusão de salas de cinema, de clubes, de novos bairros, de avenidas asfaltadas, de complexos industriais, de casas comerciais, de clubes de futebol e de estações de rádio cumpria o ritual da modernização urbana e da demanda de construções que serviriam à população em crescimento. Segundo o arquiteto Leonardo Castriota, a "art déco" liga-se, desde o seu início, à idéia de modernidade, uma vez que as construções de vanguarda da década de 40, como a Pampulha, conviviam com os arranha-céus, que, por meio da mescla estilística da sua construção, atendiam aos anseios sociais e ao consumo de massa.

A modernização urbana de JK fazia ainda coro com as mudanças que estavam sendo processadas nos outros centros, aguçando a criação de um imaginário social ambivalente, em decorrência da presença de edifícios que apontavam a modernidade, na forma de uma realidade local, pela exploração de formas geométricas avançadas ao lado das decorações indígenas. Todos nós conhecemos esses prédios modernos, cujos nomes eram antigos e remontavam ao vocabulário indígena, tais como Ibaté, Indaiá, Tambaú, Cauê e o famoso Acaiaca.

O mesmo se processava com o surgimento do rádio, veículo imprescindível para o avanço da modernização urbana. As emissoras eram denominadas com nomes indígenas, como Rádio Guarani, ou com referências locais, como Rádio Mineira e Rádio Inconfidência.

Com forte inclinação para valorizar o ambiente mineiro, o projeto modernizador dos meios de comunicação de massa não se fechava às tendências estrangeiras, utilizando-se de repertório que atendia aos mais diversos gostos musicais, mas o maior parceiro do espírito utópico e modernizador da época continua sendo a sala de cinema no estilo americano, que contribuiria não só para a transformação das subjetividades cotidianas, iriam também atuar, deliberadamente, nos hábitos e costumes do cidadão.

A crescente atuação dos meios de comunicação nesse período interfere na concepção de universos imaginativos, que desfazem barreiras territoriais e lançam o indivíduo em busca de prazer e liberdade, utopia e reflexão. Não se trata de considerar a fantasia e a imaginação como práticas residuais, confinadas a pessoas ou a domínios especiais, restritas a momentos ou a lugares específicos.

A criação de utopias sociais e a geração de novos tipos de ação política e de expressão coletiva dependem, também, em grande escala, dessa variedade de "comunidades imaginadas", na expressão de Benedict Anderson, que vão surgindo de forma sorrateira e eficiente.

Se o estudo do cinema como mediador entre política e vida urbana fosse, à época, levado mais a sério, não haveria lugar para a condenação da cultura de massa como espécie de ópio do povo, como feito, muitas vezes, pelos seus detratores.

O Cine Brasil, hoje monumento tombado pela Prefeitura como marco de uma época de glorificação do cinema e da arquitetura de massa, reina hoje, na Praça Sete, como peça de museu urbano. Mas torna-se impossível esquecer que esses espaços - como também os Cines Metrôpole e Glória - foram palco de grande conagração popular, de experiência que a sétima arte proporcionava em termos de magia e ilusão, como os filmes: "Cidadão Kane", "No tempo das diligências", "E o Vento Levou", "Casablanca", "Rebecca", "O Mágico de Oz", "A Ponte de Waterloo", "Tudo Isso e o Céu Também", "Uma Noite no Rio". Nós, que somos dessa época, lembramos. Esses títulos evocam não só os grandiosos estúdios hollywoodianos, mas a nostalgia de um tempo que a opinião pública considera melhor do que o atual.

O cinema brasileiro de massa só surgirá no final dos anos 40, com as produções da Atlântida, que seria paródia nacional sobre o cinema vitorioso americano. Portanto, a saída para o imaginário registra, também, a saída para a quebra de fronteiras nacionais e políticas.

A propaganda de guerra influenciaria ainda o perfil de uma cidade que deixa, aos poucos, uma tendência européia no gosto e nos valores estéticos, para ir-se munindo de hábitos e costumes da América do Norte. "A Capital está cheia de garotas americanizadas", dizia reportagem na Revista Alterosa, nos anos 40. E registravam-se os efeitos da guerra, a adoção de um estilo norte-americano de ser, de se vestir, abandonando-se, assim, o estilo europeu. Essa influência, ainda na esteira dos meios de comunicação de massa, correspondia ao desejo de uma sociedade nova que lutava pela democracia, comportando-se de forma arredia à ditadura política de Vargas.

Embora o ideal liberal corresse a passos curtos no Brasil, o regime não mais conseguiria controlar o nacionalismo estreito da ditadura e o fechamento em direção aos empréstimos e modas internacionais. Cláudio Bojunga, no seu livro-biografia de Juscelino, expressa-se da seguinte maneira:

"Juscelino conhecia os métodos da burocracia estatal de natureza patrimonial e sabia que eram entraves para mentalidade ajustada aos novos tempos. Ao contrário de Getúlio, muito marcado pelo nacionalismo dos anos 30 e pela obsessão do Brasil como "projeto nacional", Juscelino classificava o capital em produtivo e especulativo, não em nacional e estrangeiro. Não era xenófobo, embora fosse prudente e soubesse ser firme quando lidava com os poderosos e arrogantes. Como não tinha compromissos paternalistas com o trabalhismo, aceitava com pragmatismo e tranqüilidade o processo de internacionalização da economia do pós-guerra, modestíssimo pelos padrões do final do século".

Em 1944, a convite do Prefeito de Belo Horizonte, Juscelino Kubitschek, uma caravana paulista e outra carioca visitam a cidade, com o objetivo de conhecer o moderno conjunto arquitetônico da Pampulha, assinado por Oscar Niemeyer.

A "Exposição de Arte Moderna", com obras dos expoentes do modernismo da década de 1920 e de outras que se seguiram, reforça o desejo de unir a vanguarda artística à paisagem urbana e aos ideais políticos. Com o intuito de romper com o conservadorismo, uma das acepções mais estereotipadas da tradição, o conceito de moderno ressurgiu sob o signo da ruptura e do desenvolvimento industrial, a partir do exemplo da revolução artística processada na literatura e nas artes desse período. A arquitetura da década de 1940, tardiamente concebida como moderna, suplementa o vazio do momento e se ergue como reconstrução do novo e da retomada do progresso.

A equação moderna brasileira, com plena realização nas áreas da literatura e das artes plásticas, recebe, nos anos 40, novo impacto e se configura, tardiamente, nos projetos arquitetônicos. No Brasil, não tínhamos arquitetura moderna, mas tínhamos arte e literatura modernas. O projeto da Pampulha, desenhado para se instalar na periferia de uma cidade moderna e recém-construída, deu continuidade às obras anteriores assinadas por seus autores, além de abrir o caminho para a construção de Brasília, obra-prima de arte concreta. Inaugurado em 1942 - com exceção da Igreja de São Francisco -, o conjunto arquitetônico representava, no Brasil, o desdobramento do que tivera início, nos anos 20, nos planos literário e artístico. Essa construção, por se achar afastada do centro da cidade e enxertada na parte ainda despovoada de Belo Horizonte, deslocava o espaço tradicional reservado à vida pública e inaugurava a arquitetura moderna na "periferia" de uma cidade igualmente moderna. Com traços racionalistas e abstratos, voltado para o caráter internacional que presidia seu projeto estético e para a singularidade da arte de Niemeyer, o conjunto arquitetônico acrescentou outra dimensão ao conceito de moderno.

O discurso de abertura da Exposição de Arte Moderna de 1944, realizada no Edifício Mariana, na Av. Afonso Pena - porque não dispúnhamos de museu de arte, sob a curadoria de Guignard e Menegale, reuniu artistas do Rio e de São Paulo - aponta a intenção de Juscelino Kubitschek de reforçar a atmosfera de renovação artística de Belo Horizonte, com o objetivo de colocar a cidade no nível das grandes metrópoles.

Uma nova metrópole deveria, por sua tradição e história, sensibilizar-se com as mudanças processadas na área cultural, sem se deixar contaminar, segundo ele, "pela toxina de idades mortas". A idéia de progresso se casava com o empreendimento modernizador da época, da mesma forma que marcava as grandes vanguardas políticas do século XX. No entender desse discurso político, arte e técnica caminhavam ao lado da política. Pelo convite aberto de Juscelino, no sentido de reforçar essa analogia, não é difícil perceber que raramente, os discursos artísticos atuam de forma correlata ao projeto modernizador e progressista que, em distintos momentos, reveste a modernidade de aparatos ideológicos desprovidos de contradição e de rasuras.

Sem ignorar a relação ambivalente existente entre estética, técnica e política, torna-se necessário refletir sobre o convívio da industrialização com a vanguarda artística promovida pelo discurso modernizador de Kubitschek. O preço a pagar por esse investimento residia na proposta da arte abstrata, o começo "da capo", a recusa em admitir o passado como modelo e o desejo de construção da nacionalidade pelo viés de valores internacionais e cosmopolitas. A abertura de Minas para as formas mais arrojadas da arquitetura inseria o discurso político na rota da vanguarda, pelo rompimento com o passado do período colonial, visto como "subdesenvolvido".

O convidado modernista da festa que congrega os dois momentos de vanguarda artística, 1922 e 1944, não é Mário, mas Oswald de Andrade. Representante de uma posição mais anarquista, tanto na literatura como na política, o autor de "Miramar" torna-se, durante a visita, o embaixador do modernismo, ao legitimar a continuidade entre passado e presente, na conferência que profere, intitulada "O Caminho Percorrido". A pretensa continuidade atendia ao apelo político de Kubitschek, disposto a atar os fios da história moderna com a lição vanguardista do passado.

Citarei um trecho do discurso de Oswald de Andrade. (- Lê:)

"Perguntou-me alguém se o título que dei a esta palestra, 'O Caminho Percorrido' indicava o trajeto ferroviário de São Paulo a Belo Horizonte. Não disse que não. E fiquei pensando nessa curiosa analogia em que a distância geográfica entre as duas Capitais pode ilustrar uma etapa superada no tempo. O caminho percorrido de 22 a 44. São Paulo do Centenário, Belo Horizonte de Juscelino Kubitschek. Em 22, São Paulo começava. Hoje, Belo Horizonte conclui. Porque enquanto Minas procura unificar o Brasil, São Paulo se dispersou em 70 painéis e foi preciso virmos a Belo Horizonte para dar o espetáculo duma família solidária e respeitável.

A produção literária e artística da época contava, entre seus representantes mais notáveis, os modernistas que ainda permaneciam na cidade, como Cyro dos Anjos, Abgar Renault, Henriqueta Lisboa, além dos novos que começavam a se inscrever no cenário intelectual do momento. Alphonsus de Guimarães Filho, Murilo Rubião, Fernando Sabino, Autran Dourado, Hélio Pelegrino, Otto Lara Resende, João Etienne Filho, entre vários outros, irão lançar os primeiros textos literários na década de 40, embora já exercessem a profissão de jornalistas ou de advogados. Alguns entre esses jovens intelectuais serão os futuros parceiros de Kubitschek na vida pública, ainda que tenham, à época, se posicionado de forma contrária à política municipal, vista como decorrente da ditadura de Vargas. Uma outra parcela da classe de jornalistas, ensaístas e escritores defendia, a seu modo, o espírito de academia, pelo conservadorismo e pelo passadismo de suas idéias. Serão esses os maiores críticos das realizações da Prefeitura, não pelo bom-senso de sua posição, mas pela incapacidade de acompanhar as mudanças da cidade e a chegada, mesmo que tardia, do movimento cultural e artístico que transformaria a cidade no que ela é atualmente.

O período construtivo das artes e da política no Brasil culmina, portanto, com a construção de Brasília, reunião do ideal utópico de progresso com o sentido moderno e nacionalista exigido pelo projeto desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek. A poesia concreta, o abstracionismo geométrico nas artes plásticas, a prosa intimista, a crônica carioca, a bossa-nova e o cinema novo representam o estilo minimalista e experimental de se fazer arte, na tentativa de utilização de uma linguagem que pudesse ser entendida internacionalmente, embora marcada pelo traço local. A montagem moderna da cidade, pela reunião heteróclita de elementos díspares, trazia, como não é novidade, a contradição entre sua forma revolucionária, que a igualava às construções dos países mais desenvolvidos, e a realidade social do País, marcada pelo atraso e pela miséria. A euforia que caracterizava o eterno desejo de mudança gerou a epidemia do novo, nos âmbitos artístico e político, pelo esforço conjunto de se redefinir o sentido de identidade nacional. A dimensão abstrata da nova estética recusa o figurativismo do alto modernismo como forma de composição da paisagem nacionalista e nutre-se dos modelos político e artístico do plano-piloto de Brasília, poema concreto instalado no Planalto Central do País.

A aceitação da sina de país periférico e a resistência que impulsiona a busca da diferença e das inserções residuais de nossa cultura diante das demais colocam em xeque o preconceito de estarem as idéias sempre fora do lugar de origem. Elas se desenvolvem segundo uma temporalidade simultânea e em descompasso com o tempo das metrópoles. Nem por isso podem ser consideradas inferiores. Vivíamos a época da confiança no atraso como uma forma de inserção positiva na ordem mundial.

Com Juscelino Kubitschek, não resta a menor dúvida, o Brasil aprendia, portanto, a ser mais eufórico e mais esperançoso."

Obrigada.

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - A Presidência informa ao Plenário que os participantes poderão formular perguntas aos expositores. As questões poderão ser encaminhadas por escrito ou oralmente, mediante inscrição prévia. Para que possamos agilizar os debates, solicitamos aos participantes que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, sendo dispensada a formalidade das saudações pessoais. Cada participante disporá de até 3 minutos para fazer a sua intervenção, sendo garantido o mesmo tempo para as respostas.

Debates

O Sr. Presidente - Está aberta, portanto, a fase de debates. Enquanto as pessoas pensam em suas inscrições, gostaria de fazer à Profa. Eneida, cuja exposição foi muito instigante, uma pergunta sobre algo em que tenho enorme curiosidade.

Essa visão transformadora de Juscelino certamente acarretou reações imediatas, no momento mesmo em que as transformações estavam sendo propostas. Enfim, houve um preço a ser pago à resistência, à transformação, à modernização de Belo Horizonte.

Lembro-me de dois episódios. Um deles ocorreu na famosa exposição de arte moderna de 1944, em que a famosa tela do galo, de Portinari, foi rasgada a canivete, literalmente, por uma assistente. Todos conhecemos essa tela de que estou falando. E a outra reação à mudança foi o fato de a Igreja de São Francisco ser consagrada efetivamente apenas 17 anos depois, porque Dom Cabral não aceitou o fato de Portinari, no famoso painel que lá existe, ter substituído o lobo por um cachorro vira-latas, que se aproximava muito mais da realidade brasileira.

Nunca ouvi nenhuma informação sobre como o próprio Juscelino reagiu a esse tipo de resistência, a esse tipo de manifestação. Não sei se a senhora tem informações sobre isso, porque essas manifestações são conhecidas, e há várias outras, mas nunca ouvi falar sobre isso.

A Sra. Eneida Maria de Souza - O Juscelino, como disse a Vera Alice, sabia lidar com essas coisas de uma forma muito interessante. Já li muito

sobre isso e não sei qual foi a reação. Na exposição do Museu Abílio Barreto, conseguimos colocar o retrato do próprio Juscelino, feito pelo Guignard, que foi um retrato polêmico na época, tendo sido um dos quadros que não foram entendidos. Houve um jornalista que teve a petulância de dizer que o quadro ainda não estava completo, que era inacabado. Juscelino deu esse quadro para sua irmã, tendo ficado desaparecido durante muito tempo. É incrível que, nos anos 40, em Belo Horizonte, as pessoas ainda não tivessem visto uma exposição de arte moderna. Juscelino fez isso em 1944, e foi muito importante para a cidade. Se, em 1922, São Paulo teve toda uma revolução poética e artística, Belo Horizonte continuava com o espírito conservador, embora tenha sido criada e construída de forma moderna. Isso tudo me deixa cada vez mais encantada com Juscelino.

O Sr. Presidente - Obrigado. Pergunta formulada por Beatriz Chagas, que é da Assembléia Legislativa, dirigida ao Dr. Dércio Munhoz: "JK sobreviveria politicamente hoje?"

O Sr. Dércio Garcia Munhoz - Acho que sim; aliás, acho que estamos precisando de um JK, porque sua mensagem era otimista, ele tinha uma visão de futuro. Geralmente, pensamos isso, mas quem é que pensa no País no futuro? Quem olha o horizonte e lança esperanças além dele? Desesperadamente, quando vêm as eleições, temos que enxergar alguém assim, porque havia muito ceticismo com relação às propostas de Juscelino, que pareciam impossíveis, como a construção de Brasília e os 50 anos em 5, principalmente dadas as dificuldades internacionais. Vejam que ele conseguiu, a partir de um limão, fazer uma limonada, ou seja, conseguiu ver possibilidades. Quando o Fundo Monetário Internacional não fornecia e tentou estrangular o Governo Juscelino, inventaram uma maneira de financiamento que trocava moeda nacional por moeda estrangeira com as empresas que entraram aqui, conseguindo superar a situação sem se render. Ele conseguia encontrar fórmulas que fizessem com que caminhássemos para um ponto no futuro. É disso que precisamos, de alguém que possamos seguir e acreditar.

O Sr. Presidente - Continuam abertas as inscrições para o debate. Pergunta formulada por Ivete de Oliveira Resende, da FAPAM, dirigida ao economista Dércio Munhoz: "O slogan de Juscelino '50 Anos em 5' realmente aconteceu na economia brasileira em seu quinquênio?"

O Sr. Dércio Garcia Munhoz - É um sentido figurado, seria um crescimento acima do normal. Juscelino conseguiu um crescimento do produto um pouco maior que no período anterior - vimos que a produção industrial cresceu 60% em cinco anos. Nos anos de 1960 e 1961, quando ele saiu, a economia cresceu mais de 10% ao ano. Tivemos esse crescimento apenas em alguns anos do período de 1967 a 1973, que foram excepcionais, porque foi feita uma política "à la Juscelino", uma política de ampliação do mercado interno, uma política de rendas. E, no caso do Japão no pós-guerra, também tivemos esse crescimento.

E Juscelino conseguiu. A forma como expandiu as estradas, como integrou, como rompeu o isolamento do centro do País, grande produtor de cereais; como ligou Brasília, distante do litoral, a Belém, naquilo que os inimigos chamavam de "estrada das onças", foi incrível. E era realmente uma visão diferente. E o desenvolvimento deu saltos. Tanto é que, quando se fala em 50 em 5, em sentido figurado, isso não é contestado. Se olharmos os dados de crescimento das últimas décadas do século, diremos que, proporcionalmente, ele fez em 5 o que hoje estamos levando 50 para fazer. Realmente, foi alguma coisa extraordinária, que colocou o Brasil em outro patamar.

O Sr. Presidente - Pergunta dirigida ao Prof. Dércio, de Urigara Maria Tameirão, do Sindicato dos Psicólogos de Minas Gerais. Ela afirma: "O Presidente Fernando Henrique Cardoso gosta de se comparar a Juscelino Kubitschek. Gostaria que o senhor fizesse uma comparação entre os dois Governos".

O Sr. Dércio Garcia Munhoz - Acho que são dois Governos com diferenças muito grandes. Não há como tentar fazer uma comparação.

O Sr. Presidente - Pergunta de Maria Elizabeth Gontijo dos Santos, da Assembléia Legislativa, dirigida à Sra. Vera Alice Cardoso Silva: "Qual era a relação de Juscelino Kubitschek, Presidente, com o Poder Legislativo? Como ele obtinha a aprovação dos seus projetos e de sua política?"

A Sra. Vera Alice Cardoso Silva - Como mencionei antes, Juscelino tinha uma forma peculiar de lidar com os problemas polêmicos. Tinha uma base partidária forte no PSD mineiro. No PSD nacional, havia uma certa resistência por parte de algumas bancadas, principalmente das do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Distrito Federal e de uma parte da de São Paulo. Quando era colocado um problema de natureza polêmica, Juscelino tratava de usar seus aliados para buscarmos, no plano do Legislativo, um consenso. Temos o exemplo do projeto de transferência da Capital para o centro do País. A aprovação desse projeto foi negociada. É interessante observar que parte da votação de oposicionistas, de acordo com relatos de algumas pessoas, achava que criariam uma tragédia anunciada. Pensavam: "Vamos aprovar um projeto polêmico que não tem como se realizar e ver esse político dar com os burros n'água, perder credibilidade no plano nacional". Essa é a diferença que marca Juscelino. Ele negociou o apoio, conseguiu fazer passar o projeto por meio de uma estratégia de negociação, de conversas nos bastidores, de acordos com políticos influentes. No plano do Executivo, tratou de garantir que aquela decisão polêmica se transformasse de fato em realidade. Aí, ele navegou fora da esfera do Legislativo.

Então, tenderia acentuar a capacidade de negociação de Juscelino. Ao lado disso, acentuar também uma espécie de cuidado permanente, que Juscelino sempre teve como estrategista político, que era de obter uma imprensa favorável a ele.

Havia uma imprensa que era detratadora, por exemplo a chefiada por Carlos Lacerda, mas também havia os "Diários Associados", que eram favoráveis a ele. Em praticamente todos os Estados, os órgãos dos "Diários Associados" magnificavam as obras e o estilo de Juscelino.

De alguma maneira, esse aspecto mercadológico da política, que se torna cada vez mais importante, que é a opinião pública favorável a certa linha de ação, de atuação política, foi muito bem usado por ele. Talvez tenha sido o primeiro Presidente brasileiro a usar sistematicamente a imprensa e os meios de comunicação de massa para criar opinião favorável a ele. Isso, naturalmente, influía no Legislativo. Afirimo que tinha estratégia de negociação e de formação de alianças, tinha pessoas com quem sempre contava. Usava os meios de comunicação sempre que o tema era polêmico, para criar um clima favorável ao caminho que, como Presidente, favorecia.

O Sr. Presidente - Pergunta à Sra. Vera Alice, de Carlos Rafael, da UNI-BH: "Ao estabelecer o plano de metas, JK não teria agido de forma incoseqüente, sabendo que o plano traria "efeitos colaterais"?"

A Sra. Vera Alice Cardoso Silva - Juscelino, quando anunciou seu plano de metas, tratou de distribuir a responsabilidade pelo plano. Como o Prof. Dércio Munhoz acentuou, o plano, como linha de Governo, como consolidação diretiva, abrangia todas as grandes áreas importantes do País: energia, transportes, educação, agricultura, desenvolvimento infra-estrutural e a metassíntese, que era a construção de Brasília. Todos esses itens de governo foram divididos em várias metas específicas, e, como disse o Prof. Dércio, todas as metas foram codificadas. Ao apresentar esse plano ao Brasil, disse estar consolidando uma série de propostas e linhas de ação, que já foram devidamente estudadas, apontadas como necessárias em áreas em que o Governo deve intervir por meio de ação dinamizadora para promover o desenvolvimento nacional. Já foram estudadas pela comissão mista formada pelo Brasil e pelos Estados Unidos que funcionou no Brasil no período do Governo de Getúlio, de julho de 1951 a 1953. E mais, estou aqui usando os estudos já feitos pela Comissão Econômica para a América Latina, órgão da ONU, especificamente criado, em 1947, para estudar os problemas do atraso econômico da América Latina. Estou usando, portanto, estudos, avaliações, propostas de duas comissões insuspetíssimas, uma mista, Brasil-Estados Unidos, e a outra formada por notáveis, dirigidas por um economista muito importante da Argentina, Raúl Prebisch, da qual fazia parte Celso Furtado.

Juscelino tratou de se sustentar na autoridade de outras pessoas para apresentar um projeto ambicioso para o Brasil.

Portanto, todo o mundo que discutia a necessidade da intervenção estatal na promoção do desenvolvimento nacional, todos os defensores dessa concepção chamada de nacional desenvolvimentista sabiam que o Governo tinha de estabelecer metas que poderiam desencadear novos tipos de problemas. Juscelino estava bastante consciente disso.

No final do seu Governo, ao fazer uma espécie de avaliação do que havia sido feito e do que restava a fazer, como disse na minha exposição, Juscelino declara muito explicitamente que via, conhecia e estava inteiramente ciente dos efeitos adversos e perversos do desenvolvimento promovido durante o seu Governo. Reconhecia que havia desigualdades e desequilíbrio. Disse que a próxima etapa seria enfrentar os problemas gerados pelo desenvolvimento da fase anterior.

Não acho que o Juscelino tenha sido irresponsável. Acredito que tenha sido corajoso, um homem que tomou decisões, enfrentou oposição e levou adiante um programa de governo. Imagino que, se tivesse podido, teria também enfrentado com coragem, criatividade e energia os problemas que o Brasil passou a viver ou que se aprofundaram nos anos que se seguiram a 1961.

O Sr. Presidente - As três últimas perguntas são dirigidas ao Prof. Munhoz. A primeira é também de Igara Maria Tameirão, do Sindicato dos Psicólogos de Minas Gerais. "As pessoas gostam de culpar Juscelino pela dívida externa atual. O senhor vê alguma ligação?".

O Sr. Dércio Garcia Munhoz - Aliás, como já indiquei, na época do Juscelino - e está no artigo que está sendo divulgado pela revista -, a dívida externa cresceu muito menos com ele, comparativamente ao quinquênio anterior e ao quinquênio posterior. A produção industrial subiu muito mais no seu período, com menos dívida e menos inflação comparativamente ao período posterior, e com inflação um pouco maior que no anterior.

Quando Juscelino saiu, o País teve problema de endividamento, apesar de uma economia semi-estagnada. Depois, no final dos anos 60, tivemos um problema de endividamento, no período do milagre, mas eram apenas cerca de US\$3.000.000.000,00 para uma economia que dobrou de tamanho. Então, não era muita coisa.

O grande problema de endividamento que tivemos foi, nos anos 70, com a crise do petróleo, quando pagamos a conta do petróleo consumido pelos países ricos. Nos anos 80, acertamos e zeramos a dívida que era originada do petróleo. Até aí, a dívida que vinha dos anos 50 e 60 era até irrelevante. Nos anos 90, avançamos novamente no endividamento. Até 1994, tínhamos uma situação de equilíbrio. Já com o surgimento do Plano Real, a situação tornou-se incontornável. Então, a dívida atual não está relacionada nem com os anos 80.

De 1987 a 1994, conseguimos equilibrar as contas internacionais. A dívida que vinha dos anos 70 era contratada ou recontratada, por 30 anos, a juros baixos, etc. Então, a conta que está aí é nova e não tem nada a ver com aquela época. O problema externo que o Juscelino teve não foi com o tamanho da dívida. O problema foi que ninguém financiava. O FMI, a única fonte que havia, só financiava se o país abdicasse de um programa econômico, como acontece agora em que quer fazer uma imposição.

Se não havia fonte de financiamento internacional, o que se podia fazer? O problema do Juscelino, como foi do Jango Goulart, foi o estrangulamento por uma dívida pequena. Na tentativa de superar esse cerco, Jango Goulart, que sucedeu a Jânio Quadros, chegou a ir a Washington, com Roberto Campos, seu Ministro de extrema direita, conservador, para falar com o Presidente americano a fim de conseguir um financiamento, porque a situação financeira estava estrangulando o Jango.

A questão que Juscelino enfrentou foi essa. O Jango tentou superar o problema, mas não conseguiu a quantia de US\$1.000.000.000,00 de que precisava. Como já disse, Juscelino superou a situação fazendo operações diferentes. Ele superou não uma grande dívida, mas um cerco. Juscelino não deixou legado desse tipo ou de inflação.

O problema é que o País foi desorganizado em março de 61 por uma política na linha do Fundo. O Fundo vinha tentando impor a Juscelino. Saiu, impuseram e aí parou o País. Dobraram os preços de importação de produtos essenciais, inflação, os sindicatos tentaram recuperar salários, alguns conseguiram, outros não, e o problema político fundamentalmente. Quando Jânio Quadros renunciou, o Vice-Presidente estava na China comunista. Naquele momento todos ainda achavam que na China e na União Soviética comiam-se crianças vivas, sem colocar sal. Os problemas se potencializaram em termos políticos a partir de crise econômica de quem desmanchou a política econômica de Juscelino. Não é porque o seguiu, mas porque desmanchou toda a arquitetura da política econômica que dava embasamento ao plano de metas e ao programa econômico de Juscelino.

O Sr. Presidente - Próxima pergunta de Eliane, também da UNI-BH, dirigida ao Prof. Munhoz. "Com todo o investimento de Juscelino nas indústrias locais, como poderia ser vista a questão da ALCA no País?".

O Sr. Dércio Garcia Munhoz - É claro que para falar na ALCA, no Governo Juscelino não tínhamos nem experiências mundiais de integração econômica. A integração europeia surgiu em 1958. Antes disso, tínhamos experiência de integração europeia na área do átomo e do carvão e do aço. O Mercado Comum Europeu foi a primeira experiência em 1958. A ALCA é um processo de integração muito profundo, que nem era pensado. Juscelino lançou, por exemplo, a operação Nordeste com a criação da SUDENE, pensando na integração política e econômica do País. Lançou a Operação Panamericana naquela época em que o mundo, especialmente os Estados Unidos e os órgãos internacionais, estava voltado para a reconstrução europeia, a Guerra Fria; Estados Unidos e União Soviética disputando as melhores áreas de domínio dentro do mundo, olhando a América Latina, o continente como parceiro político e econômico para o futuro. Diria que Juscelino, certamente, não embarcaria numa ALCA. Via a América Latina para se fortalecer, um fortalecimento conjunto. A ALCA é uma formiga dormindo com um elefante. A possibilidade de sobreviver é zero. Tanto é que o Reino Unido, quando era o elefante, quis chamar as formigas como os Estados Unidos e outros para conviver com ele, e ninguém quis. É mais ou menos isso. É problemático se unir a uma grande economia. É o que o Reino Unido fazia com poder militar e financeiro. O império do passado agia como age o do presente, mas o do presente se tornou império exatamente porque não cedeu às pressões e aos interesses do império do passado.

O Sr. Presidente - Pensou-se na ALALC, Associação de Livre Comércio da América Latina.

O Sr. Dércio Garcia Munhoz - Que veio em 1961.

O Sr. Presidente - Pergunta de Pedro Pinto: "É possível perceber entre os quatro principais presidencialistas características mais próprias da política administrativa e econômica de JK?".

O Sr. Dércio Garcia Munhoz - Não vejo, por enquanto. Aliás, com apreensão e desalento. Quando JK assumiu o Governo, as pressões internacionais sobre o Brasil já vinham de antes. Quando lançou o programa, sabia que enfrentaria dificuldades internas e externas.

Um Presidente que enfrenta dificuldades para tomar posse, que se empossa e enfrenta rebeliões militares como o fez, costurando politicamente, não punindo ninguém, tudo em função de um projeto. Esse projeto não comportava a submissão dos interesses do País a programas do Fundo porque o FMI é instituição composta de técnicos de vários países do mundo, que nunca viram uma lavoura, não sabem o que é uma pessoa sair de casa, pela manhã, para trabalhar a fim de sobreviver. São pessoas que nos seus países estudaram nas melhores universidades, foram para as melhores universidades dos Estados Unidos, fazem carreira internacional e ditam regras de comportamento para nós. Juscelino renegou tudo isso. Estamos vendo os candidatos dizer que concordarão com o Fundo e seguiram suas metas. Mas ninguém fala em meta física. Estão falando em metas virtuais: que o superávit primário será de tanto, ou seja, o Governo não gastará para pagar juros; que a meta da inflação será de 6,5%, esquecendo-se de que está a 2% ao mês. Trata-se de um mundo de ilusões. Diria que ainda não aterrissaram, e a pressão do Fundo é grande. Só o futuro dirá se o eleito terá alguma coisa do espírito de Juscelino. O Fundo imporá a paralisação para que haja o pagamento de dívidas, etc. Dependendo da reação do Governo, veremos o que ocorrerá. E nossa esperança é a de que surja algo das lições de Juscelino.

O Sr. Presidente - A última pergunta de Eugênio Macedo, da UNI-BH: "O lema de JK foi avançar 50 anos em 5. O lema do Governo FHC seria o de regredir 80 anos em 8?".

O Sr. Dércio Garcia Munhoz - Acho que FHC pegou o País numa situação muito boa, seguiu o modelo neoliberal do consenso Washington, como Argentina, etc. Mas a América Latina, quando seguiu esse modelo, encontrava-se dentro de um projeto político, e não econômico. Estabilizaram artificialmente a moeda no México, fazendo com que o Partido Revolucionário conseguisse ganhar as eleições, embora digam que a referida eleição foi roubada. O Menem usou a estabilização de preços, que levou a Argentina à atual situação, num projeto político visando sua permanência no poder. Infelizmente, aqui, o Presidente foi enganado pela equipe econômica que o levou a trabalhar num projeto político quando não havia sustentação econômica. Diria que isso afetou gravemente o comportamento da economia por razão simples: essa equipe enganou o Presidente. Digo isso porque o Presidente tem vivência maior e, normalmente, não se deixaria levar. À medida que o Governo aumentou sua participação na renda para pagar juros, alguma receita teve que diminuir, e os salários estão cada vez mais baixos. Juscelino queria construir mercado, muito emprego, melhorou salários, tanto que o ano de 1959 registra o salário real mais elevado do Brasil. Na atual política os salários decrescem, há o desmonte do mercado, porque o Governo aumentou sua renda para pagar juros, sem considerar as empresas telefônicas e de energia elétrica que fazem o mesmo. O Presidente, se tinha projeto político, marchou em sentido contrário a ele, infelizmente. E não há tempo para consertar o que foi feito. Acredito que a equipe econômica, os técnicos, tinham de ter dito ao Presidente: por esse caminho, há benefícios, mas haverá problemas difíceis a enfrentar mais à frente, que é o endividamento interno e externo, falta de emprego e baixos salários.

O Sr. Presidente - Esta é a última manifestação, não se trata de pergunta, do Sr. José Guimarães Alvarenga, aposentado: "Juscelino, para mim, foi o melhor Presidente de todos os tempos. Os que o criticaram tinham-lhe inveja. Se o País hoje se encontra nessa dificuldade, nós a devemos à revolução de 1964".

Convido a todos para assistirem à exibição de um vídeo, contendo pronunciamento do ex-Presidente Juscelino Kubitschek na véspera de sua cassação.

- Procede-se à exibição de vídeo.

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta seus agradecimentos às autoridades e demais convidados por sua honrosa presença.

ATA DA 264ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 10/10/2002

Presidência dos Deputados Antônio Júlio e Wanderley Ávila

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Suspensão e reabertura da reunião - Discussão e Votação de Pareceres: Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 2.329/2002; aprovação - 2ª Fase: Questão de ordem; suspensão e reabertura da reunião - Discussão e Votação de Proposições: Prosseguimento da votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.229/2000; renovação da votação da Emenda nº 1; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.528/2001; apresentação das Emendas nºs 1 a 3; encerramento da discussão; votação do projeto, salvo emendas; aprovação na forma do vencido em 1º turno; votação da Emenda nº 1; aprovação; votação da Emenda nº 2; aprovação; votação da Emenda nº 3; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.944/2002; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.010/2002; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.043/2002; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Antônio Júlio - Alberto Pinto Coelho - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Aílton Vilela - Ambrósio Pinto - Antônio Andrade - Bené Guedes - Bilac Pinto - Carlos Pimenta - Dimas Rodrigues - Djalma Diniz - Doutor Viana - Durval Ângelo - Eduardo Brandão - Eduardo Hermeto - Elaine Matozinhos - Ermano Batista - Fábio Avelar - Gil Pereira - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - João Batista de Oliveira - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - Luiz Fernando Faria - Luiz Tadeu Leite - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Hauelsen - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Antônio Júlio) - Às 9h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Wanderley Ávila, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a apreciação de pareceres e de requerimentos.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por 25 minutos para entendimentos entre as Lideranças sobre a apreciação da matéria constante na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos.

Discussão e Votação de Pareceres

O Sr. Presidente - Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 2.329/2002, do Governador do Estado, que dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 14.247, de 2002, e dá outras providências. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o parecer. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À sanção.

2ª Fase

O Sr. Presidente - Esgotada a matéria destinada à 1ª Fase, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com discussão e votação da matéria constante na pauta.

Questão de Ordem

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, solicito a V. Exa. que suspenda a reunião para entendimentos entre as Lideranças sobre a apreciação da matéria constante na pauta.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência, em atenção à questão de ordem suscitada pelo Deputado Carlos Pimenta, vai suspender a reunião por 30 minutos. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Prosseguimento da votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.229/2000, do Deputado Agostinho Silveira, que autoriza o Poder Executivo a implantar na rede pública hospitalar programa de prevenção e tratamento da obesidade e das doenças dela decorrentes. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. O projeto foi aprovado na reunião ordinária de ontem à tarde. A Presidência vai renovar a votação da Emenda nº 1. Em votação, a Emenda nº 1. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.229/2000 na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.528/2001, do Deputado Hely Tarquínio, que dispõe sobre o tratamento dos casos de hipotireoidismo congênito e de fenilcetonúria diagnosticados precocemente. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

- Vêm à Mesa:

EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 1.528/2001

EMENDA Nº 1

Acrescente-se onde convier o seguinte artigo:

"Art. - Fica criada, na estrutura da Secretaria de Estado da Saúde, uma Diretoria Regional de Saúde, com sede na cidade de Januária.

Parágrafo único - A descrição, a competência e a área de jurisdição da unidade administrativa de que trata este artigo serão estabelecidas em decreto."

Sala das Reuniões, 10 de outubro de 2002.

Carlos Pimenta

EMENDA Nº 2

Acrescente-se onde convier o seguinte artigo:

"Art. - Ficam criadas, na estrutura da Secretaria de Estado da Saúde, duas Diretorias Regionais de Saúde, com sede nas cidades de Iturama e de Viçosa.

Parágrafo único - A descrição, a competência e a área de jurisdição das unidades administrativas de que trata este artigo serão estabelecidas em decreto."

Sala das Reuniões, 10 de outubro de 2002.

Paulo Piau - Irani Barbosa.

EMENDA Nº 3

Acrescente-se onde convier o seguinte artigo:

"Art. - Ficam criadas, na estrutura da Secretaria de Estado da Saúde, três Diretorias Regionais de Saúde, com sede nas cidades de Três Pontas, Carangola e Curvelo.

Parágrafo único - A descrição, a competência e a área de jurisdição das unidades administrativas de que trata este artigo serão estabelecidas em decreto."

Sala das Reuniões, 10 de outubro de 2002.

Bilac Pinto - Sebastião Costa - Paulo Pettersen - Doutor Viana.

ACORDO DE LIDERANÇAS

Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

Os Deputados que este subscrevem, representando a maioria dos membros do Colégio de Líderes, deliberam seja recebida, no 2º turno, uma emenda, de autoria do Deputado Carlos Pimenta, ao Projeto de Lei nº 1.528/2001, contendo matéria nova, uma emenda dos Deputados Paulo Piau e Irani Barbosa; uma emenda dos Deputados Bilac Pinto, Paulo Pettersen, Sebastião Costa e Doutor Viana.

Sala das Reuniões, 10 de outubro de 2002.

Ivaír Nogueira, Líder do BPDP - Ambrósio Pinto, Vice-Líder do PTB - Sebastião Costa, Líder de PFL - Luiz Fernando Faria, Líder do PPB - Luiz Tadeu Leite, Líder da Maioria - Ermano Batista, Líder da Minoria.

O Sr. Presidente - Encerra-se a discussão. A Presidência informa ao Plenário que no decorrer da discussão foram apresentadas ao projeto três emendas, uma do Deputado Carlos Pimenta, que recebeu o nº 1; uma de autoria dos Deputados Paulo Piau e Irani Barbosa, que recebeu o nº 2; e uma dos Deputados Bilac Pinto, Sebastião Costa, Paulo Pettersen e Doutor Viana, que recebeu o nº 3, as quais, por conterem matéria nova, vêm acompanhadas de Acordo de Líderes, e que, nos termos do § 4º do art. 189 do Regimento Interno, as emendas serão votadas independentemente de parecer. Em votação, o projeto, salvo emendas. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Em votação, a Emenda nº 2. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Em votação, a Emenda nº 3. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovada, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.528/2001 na forma do vencido em 1º turno com as Emendas nºs 1 a 3. À Comissão de Redação.

O Sr. Presidente (Deputado Wanderley Ávila) - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.944/2002, do Deputado Antônio Júlio, que prorroga o prazo a que se refere o art. 2º da Lei nº 11.612, de 19/9/94, que autorizou a doação de imóvel ao Município de Estrela do Indaiá. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.010/2002, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Vermelho Novo o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos, encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.043/2002, do Governador do Estado, que altera a redação de dispositivos da Lei nº 12.836, de 21/5/98, que autorizou o Poder Executivo a realizar operação de crédito com o Banco do Nordeste do Brasil para o fim que menciona. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Fica, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.043/2002 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA, EM 27/8/2002

Às 10 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados Antônio Júlio, Presidente; Alberto Pinto Coelho, 1º-Vice-Presidente; Ivo José, 2º-Vice-Presidente; Olinto Godinho, 3º-Vice-Presidente; Mauri Torres, 1º-Secretário; Wanderley Ávila, 2º-Secretário e Álvaro Antônio, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa, nos termos da Resolução nº 5.119/92, aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil, os demonstrativos da arrecadação e movimentação bancária do Fundhab, relativos ao mês de maio de 2002, com os esclarecimentos apresentados pela Gerência-Geral de Finanças e Contabilidade e parecer técnico da Controladoria, e, aprova,

também, a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil, os demonstrativos da arrecadação e movimentação bancária da Secretaria da Assembléia, relativos ao mês de julho de 2002, com os esclarecimentos apresentados pela Gerência-Geral de Finanças e Contabilidade. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Olinto Godinho, as seguintes matérias: processo contendo o Termo de Contrato de Doação CT0-109/2002 a ser celebrado entre esta Assembléia e o Município de Fronteira, tendo como objeto a doação de bem móvel inservível, avaliado em R\$ 200,00 – parecer favorável, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Material e Patrimônio e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Contrato de Doação CT0-112/2002 a ser celebrado entre esta Assembléia e a Associação de Defesa ao Consumidor, ao Meio Ambiente e ao Patrimônio Público e Histórico de Nova Era-MG, tendo como objeto a doação de bens móveis inservíveis, avaliados em R\$ 230,00 – parecer favorável, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Material e Patrimônio e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Contrato de Doação CT0-104/2002 a ser celebrado entre esta Assembléia e o Projeto Assistencial Novo Céu, tendo como objeto a doação de bens móveis inservíveis avaliados em R\$ 400,00 – parecer favorável, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Material e Patrimônio e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Afetação CT0-100/2002 a ser celebrado entre esta Assembléia e a Secretaria de Estado da Segurança Pública – Terceira Delegacia Distrital/Seccional Sul, tendo como objeto a afetação de bens móveis inservíveis avaliados em R\$ 950,00 – parecer favorável considerando as manifestações da Gerência-Geral de Material e Patrimônio e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Contrato de Doação CT0-97/2002 a ser celebrado entre esta Assembléia e o Município de Conceição do Mato Dentro, tendo como objeto a doação de bens móveis inservíveis avaliados em R\$ 400,00 – parecer favorável, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Material e Patrimônio e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Contrato de Doação CT0-71/2002 a ser celebrado entre esta Assembléia e a Associação dos Aposentados e Pensionistas de Poté, tendo como objeto a doação de bens móveis inservíveis, avaliados em R\$ 415,00 – parecer favorável, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Material e Patrimônio e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Contrato de Doação CT0-70/2002 a ser celebrado entre esta Assembléia e o Lar dos Meninos São Domingos Obra Social, tendo como objeto a doação de bem móvel inservível, avaliado em R\$ 200,00 – parecer favorável, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Material e Patrimônio e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Contrato de Doação CT0-57/2002 a ser celebrado entre esta Assembléia e a Prefeitura Municipal de Divino das Laranjeiras, tendo como objeto a doação de bem móvel inservível, avaliado em R\$ 200,00 – parecer favorável, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Material e Patrimônio e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; ao Deputado Mauri Torres, as seguintes matérias: processo contendo o Termo de Aditamento ADT-44/2002 para rescisão amigável do CT0-115/2000 celebrado entre esta Assembléia e o Canal 23 Ltda., cujo objeto é o serviço de veiculação de programa diário televisivo sobre o Poder Legislativo "Assembléia Informa" – parecer favorável à ratificação da rescisão a partir de 01/5/2002, considerando as manifestações da Diretoria de Comunicação Institucional e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Aditamento ADT-42/2002 para rescisão amigável do CT0-99/2001 celebrado entre esta Assembléia e Ediminas S/A, cujo objeto é o serviço de publicação das atividades do Poder Legislativo de acordo com o art. 37, §1º da Constituição Federal – parecer favorável à ratificação da rescisão a partir de 01/5/2002, considerando as manifestações da Diretoria de Comunicação Institucional e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Aditamento ADT-43/2002 para rescisão amigável do CT0-43/2002 celebrado entre esta Assembléia e a Fundação TV Minas Cultural e Educativa Ltda., cujo objeto é a veiculação de programas televisivos sobre o Poder Legislativo – parecer favorável à ratificação da rescisão a partir de 01/5/2002, considerando as manifestações da Diretoria de Comunicação Institucional e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo oriundo da Tomada de Preços nº 020/2001, tendo como objeto a prestação de serviços de adaptação de instalações, consertos, reparação e manutenção predial das dependências do Palácio da Inconfidência e seus anexos – parecer favorável à homologação da licitação, autorizando a respectiva despesa em favor da empresa Engecon – Engenharia e Comércio Ltda., vencedora do certame, e, autorizando, também, a contratação através do CT0-082/2002, aprovado; processo contendo o Termo de Cessão de Uso CT0-119/2002, a ser celebrado entre esta Assembléia e o Município de Guidoal, tendo como objeto a cessão de uso de uma ambulância Mercedes Bens 310-D Sprinterf, diesel, placa GMG-9864, ano 1998, chassi nº 8AC690330WA521422 – parecer favorável, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Manutenção e Serviços e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Cessão de Uso CT0-136/2002, a ser celebrado entre esta Assembléia e o Município de Maravilhas, tendo como objeto a cessão de uso de uma ambulância Mercedes Bens 310-D Sprinterf, diesel, placa GMG-9863, ano 1998, chassi nº 8AC690330WA521438 – parecer favorável, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Manutenção e Serviços e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Cessão de Uso CT0-137/2002, a ser celebrado entre esta Assembléia e o Município de Florestal, tendo como objeto a cessão de uso de uma ambulância Mercedes Bens 310-D Sprinterf, diesel, placa GMG-7782, ano 1997, chassi nº 8AC690330VA500558 – parecer favorável, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Manutenção e Serviços e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Aditamento ADT-96/2002 para alteração qualitativa do CT0-27/2002 celebrado entre esta Assembléia e a empresa Rodoviário Job Ltda., cujo objeto é a contratação de serviço de locação de veículos – parecer favorável, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Manutenção e Serviços e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Contrato CT0-99/2002 a ser celebrado entre esta Assembléia e a empresa AlSCO Toalheiro Brasil Ltda., tendo como objeto a locação de oito toalhas Steiner contínuas, bobinadas, em tecido de algodão e de três gabinetes (toalheiros) – parecer favorável, com dispensa de licitação, com base no art. 24, II da Lei nº 8.666/93, autorizando a respectiva despesa, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Manutenção e Serviços e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Contrato CT0-103/2002 a ser celebrado entre esta Assembléia e a empresa Lavanderia Lav Sec Rápido Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de lavanderia destinados à lavagem, passagem e esterilização de roupas – parecer favorável, inclusive ratificando a dispensa de licitação, autorizando a respectiva despesa, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Rádio e Televisão, Gerência-Geral de Manutenção e Serviços e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Aditamento ADT-94/2002 para prorrogação do CNV-6/2002 celebrado entre esta Assembléia e o Governo do Estado de Minas Gerais/Secretaria de Estado de Cultura, cujo objeto é a colaboração entre os participantes na execução de projeto cultural de incentivo às bandas de música cívica do Estado – parecer favorável, considerando as manifestações da Diretoria de Comunicação Institucional e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo solicitação do Senhor Deputado Marcelo Gonçalves para realização de tratamento de saúde – parecer favorável, aprovado; processo contendo o Termo de Composição Amigável a ser celebrado entre esta Assembléia e Maria da Conceição dos Santos, viúva do ex-servidor desta Secretaria, Antônio dos Santos, tendo como objeto o acordo extrajudicial para quitação de dívida de financiamento perante ao Fundhab – parecer favorável, considerando as manifestações da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Aditamento ADT-92/2002 para alteração da denominação social da contratada para Bull Ltda., do CT0-145/2001 celebrado entre esta Assembléia e a empresa Integris Ltda., cujo objeto é a prestação de serviços de assistência e suporte à infra-estrutura tecnológica dos computadores centrais da contratante – parecer favorável, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Sistemas de Informações e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Aditamento ADT-86/2002 para alteração de cláusulas do CT0-15/2002 celebrado entre esta Assembléia e o Hospital Semper S/A Serviço Médico Permanente, cujo objeto é a prestação de serviços de assistência médico-hospitalar, incluindo a realização de exames complementares, em regime de internação e ambulatorial aos integrantes do plano de assistência da Casa – parecer favorável, considerando as manifestações da Coordenação de Saúde e Assistência e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Aditamento ADT-91/2002 para rescisão do CT0-59/1998 celebrado entre esta Assembléia e o Laboratório Hemobel Patologia Clínica Ltda., cujo objeto é a prestação de serviços de assistência médica aos integrantes do plano de assistência da Casa – parecer favorável, considerando as manifestações da Coordenação de Saúde e Assistência e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Aditamento ADT-90/2002 para reatificação do ADT-59/2002 celebrado entre esta Assembléia e a empresa Locamais Ltda., cujo objeto é a locação de veículos, sem motorista, incluído seguro total sem ônus de franquia para a Casa – parecer favorável, autorizando a respectiva despesa, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Manutenção e Serviços e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo Termo de Contrato CT0-0093/2002 a ser celebrado entre esta Assembléia e a CEMIG-Companhia Energética de Minas Gerais, tendo como objeto o fornecimento de energia elétrica, segundo estrutura tarifária convencional – parecer favorável, inclusive ratificando sua inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 25 da Lei nº 8.666/93, e autorizando a respectiva despesa, considerando as manifestações da Gerência de Manutenção e Obras e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Contrato CT0-114/2002 a ser celebrado entre esta Assembléia e a empresa Oracle do Brasil Sistemas Ltda., cujo objeto é a conversão de licença de programas e prestação de serviços de informática – parecer favorável, inclusive ratificando a inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 25, I, da Lei 8.666/93, e autorizando a respectiva despesa, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Sistemas de Informações e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Convênio CNV-63/2002 a ser celebrado entre esta Assembléia, a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) e o Sindicato das Empresas de Base Biotecnológica no Estado de Minas Gerais (SINDBIO), tendo como objeto a realização de fórum técnico sobre biotecnologia – parecer favorável, considerando as manifestações da Secretaria-Geral da Mesa e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso IV do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa

nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Para finalizar, o Presidente assina os seguintes atos: aposentando, a pedido, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, a partir de 15/7/2002, conforme a sua situação funcional em 16/12/98, o servidor Olyntho Moreira Filho, ocupante do cargo de Agente de Execução às Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; aposentando, a pedido, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, a partir de 12/8/2002, conforme a sua situação funcional em 16/12/98, o servidor Edilson José Rosetti, ocupante do cargo de Agente de Execução às Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; aposentando, a pedido, com proventos integrais, a partir de 22/7/2002, Maria Lúcia de Almeida Aguiar, ocupante do cargo em comissão de recrutamento amplo de Técnico Executivo de Gabinete do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar do Quadro de Pessoal desta Secretaria, conforme a situação funcional em 16/12/98, data de publicação da Emenda à Constituição Federal nº 20, com proventos taxados no cargo em comissão de recrutamento amplo de Técnico Executivo de Gabinete; tornando sem efeito o ato publicado no "Minas Gerais" - Diário do Legislativo, edição de 1º/8/2002, que nomeou, em virtude de sua classificação em 10º lugar em concurso público, Flávio Lúcio Crespo Ribeiro para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria - Taquígrafo, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; nomeando Fernanda Oliveira Nacif para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria - Taquígrafo, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 12º lugar em concurso público; nomeando Thábita Cristina Mota para o cargo de Assistente Administrativo, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria; exonerando Fabíola Cristina Silva Machado do cargo de Atendente de Gabinete, 8 horas; nomeando Ana Maria Gazzola Sant'ana para o cargo de Atendente de Gabinete, 8 horas. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 10 de setembro de 2002.

Antônio Júlio, Presidente - Alberto Pinto Coelho - Ivo José da Silva - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio.

ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA, EM 10/9/ 2002

Às 10 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados Antônio Júlio, Presidente; Alberto Pinto Coelho, 1º-Vice-Presidente; Ivo José, 2º-Vice-Presidente; Olinto Godinho, 3º-Vice-Presidente; Mauri Torres, 1º-Secretário; Wanderley Ávila, 2º-Secretário e Álvaro Antônio, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa, nos termos da Resolução nº 5.119, aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil, os demonstrativos da arrecadação e movimentação bancária da Secretaria da Assembléia Legislativa, relativos ao mês de agosto de 2002, com os esclarecimentos prestados pela Gerência-Geral de Finanças e Contabilidade, e, aprova, também, a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil, os demonstrativos da arrecadação e movimentação bancária do Fundhab, relativos ao mês de agosto de 2002, com os esclarecimentos prestados pela Gerência-Geral de Finanças e Contabilidade e parecer técnico da Controladoria. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Olinto Godinho, as seguintes matérias: processo contendo o Termo de Contrato de Doação CT0-106/2002 a ser celebrado entre esta Assembléia e a Ação Social da Igreja Batista da Lagoinha, tendo como objeto a doação de bem móvel inservível, avaliado em R\$ 30,00 - parecer favorável, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Contrato de Doação CT0-95/2002 a ser celebrado entre esta Assembléia e a Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Jardim Paraíso, tendo como objeto a doação de bem móvel inservível avaliado em R\$ 200,00 - parecer favorável, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Material e Patrimônio e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Contrato de Doação CT0-108/2002 a ser celebrado entre esta Assembléia e o Município de Extrema/MG, tendo como objeto a doação de um microcomputador avaliado em R\$ 200,00 - parecer favorável, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Material e Patrimônio e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Contrato de Doação CT0-110/2002 a ser celebrado entre esta Assembléia e a Associação dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas dos Municípios de Barão de Cocais, Santa Bárbara, Bom Jesus do Amparo e São Gonçalo do Rio Abaixo, tendo como objeto a doação de bens móveis avaliados em R\$ 400,00 - parecer favorável, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Material e Patrimônio e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Contrato CT0-107/2002 a ser celebrado entre esta Assembléia e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Barão de Cocais, tendo como objeto a doação de bens móveis inservíveis avaliados em R\$ 400,00 - parecer favorável, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Material e Patrimônio e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; ao Deputado Mauri Torres, as seguintes matérias: processo contendo o Termo de Aditamento ADT-86/2001 para rescisão amigável do Credenciamento nº 332/22/91 celebrado entre esta Assembléia e Luiz Antônio de Freitas Cardoso, cujo objeto visa a prestação de serviços de assistência médica na especialidade de Angiologia/Cirurgia Cardiovascular aos integrantes do plano de assistência da Casa - parecer favorável, considerando as manifestações da Coordenação de Saúde e Assistência e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Aditamento ADT-99/2002 para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CT0-211/2000, celebrado entre esta Assembléia e o Posto Antônio Massud Ltda., cujo objeto é a prestação de serviço de abastecimento de combustível para veículos automotores - parecer favorável, autorizando a respectiva despesa, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Manutenção e Serviços e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Aditamento ADT-93/2002 para terceira prorrogação do CT0-7/2000, celebrado entre esta Assembléia e a Cooperativa de Comunicação e Apoio Social dos Condutores Autônomos da Grande BH, cujo objeto é a prestação de serviços de transporte por táxi - parecer favorável, autorizando a respectiva despesa, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Manutenção e Serviços e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Contrato CT0-115/2002 a ser celebrado entre esta Assembléia e Francisco F.H. Bretas Urologia-S/C, tendo por objeto a prestação de serviços de assistência médica aos integrantes do plano de assistência da Casa - parecer favorável, inclusive ratificando a inexigibilidade de licitação, por inviabilidade de competição, com base no art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666/93, e autorizando a respectiva despesa, considerando as manifestações da Coordenação de Saúde e Assistência e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Contrato CT0-113/2002, a ser celebrado entre esta Assembléia e Wilson Bax Ortodontia Ltda., tendo por objeto a prestação de serviços de assistência odontológica na especialidade de ortodontia e ortopedia facial aos integrantes do plano de assistência da Casa - parecer favorável, inclusive ratificando a inexigibilidade de licitação, por inviabilidade de competição, com base no art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666/93, e autorizando a respectiva despesa, considerando as manifestações da Coordenação de Saúde e Assistência e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Aditamento ADT-98/2002 para prorrogação do CT0-280/2000, celebrado entre esta Assembléia e a empresa Digitécnica Equipamentos e Serviços Ltda., cujo objeto é a prestação de serviços de manutenção preventiva e assistência técnica em um equipamento tipo "no-break" instalado no Plenário desta Casa - parecer favorável, autorizando a respectiva despesa, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Apoio ao Plenário e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Aditamento ADT-102/2002 para alteração do CNPJ do contratante do CT0-279/2001 celebrado entre esta Assembléia e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), cujo objeto é a realização de cursos de informática - parecer favorável, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Sistemas de Informação e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso IV do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Para finalizar, o Presidente assina os seguintes atos: aposentando, a pedido, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, a partir de 19/8/2002, José Maria da Silva, ocupante do cargo de em comissão de recrutamento amplo de Secretário de Gabinete, do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar do Quadro de Pessoal desta Secretaria, conforme a sua situação funcional em 16/12/98, com proventos taxados no cargo que exerce; aposentando, a pedido, com proventos integrais, a partir de 02/9/2002, Maria Raimunda Teixeira, ocupante do cargo em comissão de recrutamento amplo de Secretário de Gabinete, do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com proventos taxados no cargo ora exercício, e conforme a sua situação funcional em 16/12/98; aposentando, por invalidez permanente, com proventos integrais, a partir de 19/7/2002, Celso Romualdo de Oliveira, ocupante do cargo em comissão de recrutamento amplo de Escrevente Parlamentar, classificado em Oficial de Execução do Grupo de Execução de Apoio à Administração da Secretaria da Assembléia; aposentando, a pedido, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, a partir de 20/8/2002, conforme a sua situação funcional em 16/12/98, o servidor José Modesto Sobrinho, ocupante do cargo de Agente de Execução às Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; nomeando Flávia Arantes Pereira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, 8 horas; nomeando Rinaldo de Oliveira Porfírio para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, 8 horas. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta

ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 25 de setembro de 2002.

Antônio Júlio, Presidente - Alberto Pinto Coelho - Ivo José da Silva - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 98ª reunião ordinária da comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, a realizar-se às 10 horas do dia 15/10/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 891/2000, do Deputado Gil Pereira; 1.470/2001, do Deputado Edson Rezende.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 942/2000, do Deputado João Leite; 2.027/2002, do Deputado Wanderley Ávila; 2.069/2002, do Deputado José Henrique; 2.084 e 2.183/2002, do Deputado Ivo José; 2.149 e 2.216/2002, do Deputado Bené Guedes; 2.165/2002, da Deputada Maria José Haueisen; 2.180/2002, do Deputado Djalma Diniz; 2.181 e 2.200/2002, do Deputado Marco Régis; 2.185/2002, do Deputado Sebastião Navarro Vieira; 2.192/2002, do Deputado Fábio Avelar; 2.196/2002, do Deputado Mauri Torres; 2.197, 2.198 e 2.204/2002, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.201 e 2.224/2002, da Deputada Maria Olívia; 2.208/2002, do Deputado Amilcar Martins; 2.211 e 2.212/2002, do Deputado Miguel Martini; 2.221/2002, do Deputado Antônio Júlio; 2.263/2002, do Deputado Geraldo Rezende.

Requerimentos nºs 3.489, 3.490, 3.491 e 3.492/2002, da CPI das Carvoarias.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 94ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, a realizar-se às 15:00 horas do dia 15/10/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 3.477/2002, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.482 a 3.485/2002, do Deputado Arlen Santiago.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 62ª reunião ordinária da comissão de Redação, a realizar-se às 14h30min do dia 16/10/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discussão e votação de pareceres sobre proposições em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 49/2001

Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Relatório

De autoria do Deputado Paulo Piau, a proposição em comento instituiu a Região Metropolitana do Vale do Rio Grande, dispõe sobre sua organização e funções e dá outras providências.

Publicado no "Diário do Legislativo" em 23/11/2001, o projeto recebeu da Comissão de Constituição e Justiça parecer pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade. A Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização perdeu prazo para emitir parecer.

Vem, agora, o projeto a esta Comissão para receber parecer.

Fundamentação

O projeto institui a Região Metropolitana do Vale do Rio Grande, a ser integrada pelos Municípios de Uberaba, Veríssimo, Conceição das Alagoas, Água Comprida, Delta, Conquista, Sacramento e Nova Ponte. Dispõe, também, sobre a Assembléia Metropolitana, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, a gestão, o Colar Metropolitano e o Fundo de Desenvolvimento do Vale do Rio Grande.

A Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, no dia 9/4/2002, sob a presidência do ilustre Deputado Marco Régis, promoveu reunião com a participação de várias autoridades, destinada a colher subsídios para elaboração de parecer sobre os projetos de criação de regiões metropolitanas em tramitação na Casa.

Na oportunidade foi enfatizada a necessidade de revisão do atual modelo metropolitano com vistas a resultados mais eficazes, razão por que o Presidente requereu a realização de fórum técnico para amplo debate do assunto; contudo, de imediato, algumas observações já poderão aprimorar o texto.

Primeiramente, cumpre atentar para os requisitos que devem ser prévia e objetivamente observados para criação da referida Região, conforme o art. 44 da Constituição Estadual. Até o momento, nenhum estudo específico foi apresentado, em que pese a ser imprescindível.

O art. 47 da Constituição mineira criou o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano, "destinado a promover investimentos e financiamentos de projetos nas regiões metropolitanas, cuja composição da receita será definida em lei complementar."

O referido Fundo foi criado pela Lei Complementar nº 49, de 23/12/97, a qual determina, no § 2º do art. 1º, que "para cada região metropolitana que vier a ser instituída, será criada subconta específica do Fundo, nos termos da lei".

Portanto, deverá haver um só fundo - Fundo de Desenvolvimento Metropolitano - para todas as regiões metropolitanas instituídas, que o integrarão através de subcontas.

Além de a iniciativa estar consonante com o ordenamento constitucional, assegurando uma uniformidade na gestão, nenhum prejuízo representará para a Região Metropolitana do Vale do Rio Grande, porque os recursos são distinguidos pelas subcontas e somente reverterão para a respectiva região metropolitana.

A funções públicas de interesse comum, nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 26, de 1993, serão executadas pelo Estado e pelos municípios em regime de colaboração, com base em diretrizes e instrumentos definidos no Plano Diretor Metropolitano. Compete, ainda, ao Estado, a adoção de instrumentos específicos de integração, a partir da política de desconcentração planejada de desenvolvimento econômico, como preceitua o parágrafo único do art. 42 da Constituição Estadual.

Vale dizer que, na reunião realizada pela Comissão de Assuntos Municipais, foi enfatizada a necessidade de os órgãos públicos estaduais prestarem maior apoio às regiões metropolitanas. Isso porque o Estado, direta ou indiretamente, já se encontra bem servido de estrutura técnica, mostra empenho em conduzir a bom termo as atribuições e pode até evitar novos encargos, sem comprometer os objetivos que estão na expectativa da sociedade.

Em face do exposto, apresentamos as Emendas nºs 2 e 3 com o objetivo de promover maior integração entre Estado e municípios metropolitanos. A Emenda nº 4 limita a quantidade de Vereadores, e as Emendas nºs 1 e 5 referem-se à subconta no Fundo de Desenvolvimento Metropolitano.

Por derradeiro, permitimo-nos sugerir que o estudo quanto à viabilidade da criação da Região Metropolitana do Vale do Rio Grande seja examinado pela Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 49/2001 com as seguintes Emendas nºs 1 a 5.

EMENDA Nº 1

Dê-se ao "caput" do art. 4º a seguinte redação:

"Art. 4º – À Assembléia Metropolitana da Região do Vale do Rio Grande, órgão colegiado com poderes normativos e de gestão financeira dos recursos da subconta específica do Fundo de Desenvolvimento Metropolitano compete:".

EMENDA Nº 2

Acrescente-se o parágrafo único no art. 4º:

Art. 4º -

"Parágrafo único - No exercício de suas atribuições, a Assembléia Metropolitana do Vale do Rio Grande contará com o assessoramento de entidades estaduais da administração indireta, na forma do regulamento.".

EMENDA Nº 3

Acrescente-se o seguinte artigo na Seção III:

"Art. - O estabelecimento das diretrizes da política tarifária de que trata o art. 45, VI, da Constituição do Estado, obedecerá aos seguintes princípios:

I – continuidade dos serviços públicos de interesse comum;

II – partilha dos benefícios e dos recursos comunitários compensatórios;

III – manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato;

IV – justa remuneração pelos serviços prestados.

§ 1º - Os serviços de interesse comum dos municípios integrantes da Região Metropolitana relativos a transporte intermunicipal e a sistema viário serão implantados, administrados e operados por órgão ou entidade da administração direta ou indireta do Estado, diretamente ou mediante contratação de terceiros.

§ 2º - Compete ao Governo do Estado a fixação das tarifas dos serviços públicos de interesse comum prestados por órgão ou entidade da administração direta ou indireta do Estado, diretamente ou mediante contratação de terceiros, observado o que dispõe o art. 40 da Constituição do Estado.

§ 3º - A gratuidade em serviço público ou função pública de interesse comum só poderá ser concedida, ampliada ou estendida mediante a indicação da correspondente fonte de custeio."

EMENDA Nº 4

Dê ao inciso II do art. 5º a seguinte redação:

Art. 5º -

"II – Vereadores das Câmaras Municipais dos municípios que compõem a Região Metropolitana do Triângulo, na proporção de um Vereador para cada cinquenta mil habitantes, respeitado o limite máximo de três Vereadores por município."

EMENDA Nº 5

Dê-se ao art. 11 a seguinte redação, e suprimam-se os arts. 12 a 19.

"Art. 11 - Será criada uma subconta específica da Região Metropolitana do Vale do Rio Grande na conta do Fundo de Desenvolvimento Metropolitano instituído pela Lei Complementar nº 49, de 1997, ou outra que vier a substituí-la."

Sala das Comissões, 9 de outubro de 2002.

Dilzon Melo, Presidente - Bilac Pinto, relator - Márcio Kangussu.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 2.062/2002

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 2.062/2002, de autoria do Deputado Ambrósio Pinto, que dá a denominação de Deputado Euclides Pereira Cintra ao trecho da Rodovia MG-173 que liga o Município de Paraisópolis à BR-459, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 2.062/2002

Dá a denominação de Deputado Euclides Pereira Cintra ao trecho da Rodovia MG-173 que liga o Município de Paraisópolis à BR-459.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica denominado Deputado Euclides Pereira Cintra o trecho da Rodovia MG-173 que liga o Município de Paraisópolis à BR-459.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 21 de agosto de 2002.

Maria Olívia, Presidente - Dilzon Melo, relator - Aílton Vilela.

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 25/9/2002, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/03/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Alberto Bejani

exonerando, a partir de 14/10/2002, Ater Augusto dos Santos do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas.

Gabinete do Deputado Durval Ângelo

exonerando, a partir de 11/10/2002, Simone Etelvina Pinto dos Santos do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 8 horas.

Gabinete do Deputado Eduardo Hermeto

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 10/10/2002, que nomeou Márcios Mário Murta para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas;

nomeando Lilian Bianchi Coelho para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas.

Gabinete do Deputado Irani Barbosa

exonerando, a partir de 14/10/2002, Maria Helena Rocha do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 4 horas;

nomeando Maria Helena Rocha para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 8 horas.

Gabinete do Deputado Kemil Kumaira

exonerando, a partir de 14/10/2002, Andresa Sucupira Santos do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;

exonerando, a partir de 14/10/2002, Daniela Mendes Soares Leal do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;

exonerando, a partir de 14/10/2002, Marinho Gonçalves da Rocha do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13, 8 horas;

exonerando, a partir de 14/10/2002, Raíssa Teles Martins do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 4 horas;

exonerando, a partir de 14/10/2002, Ricardo Wander de Oliveira do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;

exonerando, a partir de 14/10/2002, Teodoro Saraiva Neto do cargo de Técnico Executivo Gabinete II, padrão AL-41, 8 horas;

nomeando Christiano Luar Barra Melo para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 4 horas;

nomeando Flávia Miglio Martin para o cargo de Técnico Executivo Gabinete II, padrão AL-41, 8 horas.

Gabinete do Deputado Olinto Godinho

exonerando, a partir de 14/10/2002, Ana Claudia Martins Moraes do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 8 horas;

exonerando, a partir de 14/10/2002, Edvan Miranda do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas;

exonerando, a partir de 14/10/2002, Henrique Jackson de Carvalho Duarte do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 4 horas;

exonerando, a partir de 14/10/2002, Márcia Costa Alves Batista do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 4 horas;

exonerando, a partir de 14/10/2002, Wadson Viana Almeida do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

nomeando Aline Andrade Godinho para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas;

nomeando Alisson Andrade Godinho para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;

nomeando Ana Claudia Martins Moraes para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Edvan Miranda para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

nomeando Flávia da Costa Medina para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Márcia Costa Alves Batista para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, as Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, 1.189, de 22/2/95, 1.360, de 17/12/96, 1.389, de 6/2/97, 1.418, de 12/3/97, 1.429, de 23/4/97, 1.522, de 4/3/98, 1.784, de 29/9/99, 1.821, de 2/12/99, e 1.945, de 20/12/2000, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

exonerando Nathan Brauer do cargo de Assistente Administrativo, AL-20, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete do Deputado Kemil Kumaira, Vice-Líder do PSDB;

nomeando Marcelo Augusto Delmondes Kumaira para o cargo de Assistente Administrativo, AL-20, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete do Deputado Kemil Kumaira, Vice-Líder do PSDB.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Locamais Ltda. Objeto: locação de veículos. Objeto do aditamento: prorrogação contratual. Dotação orçamentária: .01.031.101.4-123.0001 33903900. Vigência: 12 meses a partir da data da sua assinatura.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Locamais Ltda. Objeto: locação de veículos. Objeto do aditamento: rerratificação do ADT/59/2002. Dotação orçamentária: . 01.031.101.4-123.0001 33903900. Vigência: 4 meses a contar do término do contrato original ou até que se conclua novo procedimento licitatório.

Aviso de Licitação

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 58/2002

CONVITE Nº 38/2002

Objeto: aquisição de 1 projetor de multimídia. Licitantes desclassificadas: IK Representações Ltda. e Estado da Arte Informática e Tecnologia Ltda. Licitante vencedora: Só Suportes & Ventiladores Ltda.

Aviso de Licitação

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 59/2002

CONVITE Nº 39/2002

Objeto: aquisição de aparelhos telefônicos. Licitante vencedora: Só Suportes & Ventiladores Ltda.

AVISOS DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 39/2002

TOMADA DE PREÇOS Nº 10/2002

Data de julgamento da habilitação: 11/10/2002.

Objeto: contratação, por um período de 12 meses, de fornecimento de gasolina comum, gasolina aditivada e óleo diesel para os veículos da ALEMG.

Licitante habilitada: Posto Antônio Massud Ltda.

Belo Horizonte, 11 de outubro de 2002.

Eduardo de Mattos Fiuza, Presidente da Comissão Permanente de Licitação.